

UNIVERSIDADE DE ÉVORA



Título da dissertação

«As necessidades de serviços biblioteconómicos em Évora»

Por: João Sebastião Cardoso Azaruja

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Esperança

Esta dissertação não inclui as críticas e as sugestões feitas pelo Júri

Outubro de 2005

31
Duple.
159509

UNIVERSIDADE DE ÉVORA



Título da dissertação

«As necessidades de serviços biblioteconómicos em Évora»

Por: João Sebastião Cardoso Azaruja

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Esperança



186701

Esta dissertação não inclui as críticas e as sugestões feitas pelo Júri

Outubro de 2005

Agradecimentos

Todos os trabalhos de investigação apresentam um esforço individual e requerem um trabalho e apoio, uma actividade de rectaguarda, sem a qual, diria eu, seria, quase, impossível realizá-los. Esta circunstância repetiu-se, nesta tese de dissertação, pelo que agradeço a colaboração do Senhor Director da Biblioteca Pública de Évora, Prof. Dr. José António Calixto, quer pela entrevista concedida, quer pelas facilidades oferecidas, por si, e pela sua Equipa de Trabalho, que possibilitaram a aplicação do inquérito por questionário aos utilizadores, a quem, também, reconheço a gratidão. Torno, igualmente, este reconhecimento, extensível, a Francisca Vilas-Boas, aluna da Escola Secundária Gabriel Pereira, de Évora, que se disponibilizou para uma entrevista, à minha esposa e filho, pelas horas que lhes «roubei», bem como aos ex-colegas da BPE e amigos da área de BAD.

RESUMO

«As necessidades de serviços biblioteconómicos em Évora»

«As necessidades de serviços biblioteconómicos em Évora», centra - se num estudo de caso – as expectativas dos utilizadores da Biblioteca Pública de Évora, em termos de oferta de novos serviços. Os princípios do Iluminismo, o historial das bibliotecas públicas portuguesas, desde o séc. XVIII até aos nossos dias e o inquérito aplicado aos utilizadores corporizam este trabalho.

Frei Manuel do Cenáculo fundou a instituição, em 1805, por considerar úteis as bibliotecas, para a emancipação do Homem. A partir da década de 80 do séc. XX, a BPE deixou de cumprir as suas missões e perdeu utilizadores.

Entre as várias conclusões referentes à oferta de novos serviços, destacamos o empréstimo domiciliário e a importância das tecnologias da informação, premissas do Manifesto da UNESCO (1994). Pretendemos, pois, identificar pistas promotoras dos novos papéis e desafios que se colocam, em 2005, à BPE – ano do seu bicentenário.

ABSTRACT

«The necessities of library-economical services in Évora»

«The necessities of library- economical services in Évora» is focused on a case study- the expectations of the users of Biblioteca Pública de Évora, in terms of the offer of new services. This work is based on the claims of Illuminism, the records of Portuguese public libraries, from the 18th century to our days and the survey to the users.

The institution was founded by Frei Manuel do Cenáculo, in 1805, as he considered that the libraries were useful in helping men to become independent. Since the 1980's, BPE had started to fail its goals and lost users.

Among the several conclusions respecting the offer of new services, we point out the lending residence service as well as the importance of the new information technologies, fundamental principles of the UNESCO Manifesto (1994). So, we intend to identify the clues, which promote the new roles and challenges faced by BPE in 2005- the year of the bicentenary.

ÍNDICE GERAL

Introdução	1
Fundamentação teórica	3
Capítulo 1 – No preâmbulo da Biblioteca Pública: a Europa das Luzes e a emancipação do saber útil	4
1.1. O contexto ideológico das Luzes	5
1.2. Os canais de difusão das Luzes e a emergência do conceito de «Público»	6
1.3. A instrumentalização das Luzes em Portugal	7
Capítulo 2 – Frei Manuel do Cenáculo: um «Homem das Luzes» entre o Catolicismo Iluminado e a utilidade das Bibliotecas	9
Parte 1 – A edificação de Bibliotecas	10
2.1.1. O Catolicismo Iluminado	11
2.1.2. O projecto reformista	12
2.1.3. A Missão da Biblioteca Pública da Real Mesa Censória	14
2.1.4. Livros, leitores e leituras na criação das Bibliotecas do Convento de Jesus e dos Seminários de Beja e de Évora	15
Parte 2 – A fundação da Biblioteca Pública de Évora	18
2.2.1. O início de uma Missão	19
2.2.2. Luzes e sombras na BPE, no pós-fundação	20
Capítulo 3 – A reafirmação do papel das Bibliotecas Públicas: da Revolução Liberal à génese da Rede Nacional das Bibliotecas de Leitura Pública	25
Parte 1 – O Paradigma da Biblioteca Liberal	26
3.1.1. Os Gabinetes de Leitura (1801-1920)	27
3.1.2. A Missão da Biblioteca Liberal	28
3.1.3. As primeiras Bibliotecas do Liberalismo (1833)	29
3.1.4. As Bibliotecas Populares (1870)	31

Parte 2 – Da República ao «Manifesto da Leitura Pública» (1983)	34
3.2.1. «Os Palácios da Leitura» (1910-1926)	35
3.2.2. As Bibliotecas em tempo de ditadura (1926-1974)	36
3.2.3. As Bibliotecas nos primeiros anos da Democracia (1974-1983)	39
3.2.4. «O Manifesto da Leitura pública»: a antecipação da mudança (1983)	39
Capítulo 4 – A edificação da Rede Nacional das Bibliotecas Públicas	43
4.1. O cerne da mudança	44
4.2. A realidade e os números que fazem a Rede	49
4.3. As bibliotecas da RNBP e a Sociedade da Informação	60
Desenvolvimento da Investigação	71
Capítulo 5 – Os utilizadores da BPE: as expectativas da mudança	72
5.1. O inquérito e a sua metodologia	73
5.2. As entrevistas semi-directivas	74
5.3. As expectativas dos utilizadores	77
Conclusão: um bom caminho para o amanhã	97
Bibliografia	101

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Bibliotecas da RNBP inauguradas (1988-1999)	49
Quadro n.º 2 – As opções de frequência da BPE	82
Quadro n.º 3 – Estratégias de dinamização da BPE	93

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico n.º 1 – Utilizadores da RNBP (1991-1998)	55
Gráfico n.º 2 – Caracterização dos inquiridos	77
Gráfico n.º 3 – Caracterização segundo o género	77
Gráfico n.º 4 – Caracterização segundo a actividade	78
Gráfico n.º 5 – Habilitações literárias	78
Gráfico n.º 6 – Utilizador da BPE	81
Gráfico n.º 7 – Frequência de utilização da BPE	81
Gráfico n.º 8 – Motivos de frequência dos utilizadores da BPE	82
Gráfico n.º 9 – Expectativas	83
Gráfico n.º 10 – Reestruturar	84
Gráfico n.º 11 – A importância de reestruturar a BPE nas categorias	86
Gráfico n.º 12 – A importância de novos serviços da BPE	87
Gráfico n.º 13 – A introdução das TIC	89
Gráfico n.º 14 – Interacção tecnologia-utilizador	90
Gráfico n.º 15 – Frequência de acções de formação na óptica do utilizador	91
Gráfico n.º 16 – Horário actual da BPE	92
Gráfico n.º 17 – A influência das estratégias para a inserção da BPE na comunidade .	94

INTRODUÇÃO

«... Se a biblioteca é, como pretende Borges, um modelo do Universo, tentemos transformá-la num universo à medida do homem e, volto a recordar, à medida do homem quer também dizer alegre, com a possibilidade de se tomar um café, com a possibilidade de dois estudantes numa tarde se sentarem num maple [...] de consumarem parte do seu flirt, na biblioteca, enquanto retiram ou voltam a pôr nas estantes alguns livros de interesse científico, isto é, uma biblioteca onde nos apeteça ir, e que se vá transformando gradualmente numa máquina de tempos livres, como é o Museum of Modern Art».

(ECO, 2002, p.44-45)

Esta tese de dissertação analisa os «As necessidades de Serviços Biblioteconómicos em Évora», que se centra num estudo de caso – as expectativas dos utilizadores da Biblioteca Pública de Évora, em termos de oferta de novos serviços. O interesse por este tema fundamenta-se, essencialmente, em dois aspectos.

A BPE, que está comemorar, neste ano de 2005, o seu bicentenário, foi uma das bibliotecas públicas pioneiras, fundadas por D. Frei Manuel do Cenáculo, um «Homem das Luzes», que, crente do valor emancipador daquele ideário fez abrir várias bibliotecas, cujos fundos documentais eram actualizados, pelo seu próprio bolso. Acreditava no valor das bibliotecas, do livro e da leitura, instrumentos cruciais, para a valorização, não só dos padres das suas dioceses (Beja e Évora), como também dos leigos, no sentido, em que «Os livros e as bibliotecas têm um lugar central nas preocupações do prelado» (VAZ, 2003, p.483).

Uma segunda reflexão prende-se com a situação actual da BPE, em termos de cumprimento das suas missões-chave, de acordo com os Manifestos da UNESCO. Retrospectivando o passado da BPE, poderemos afirmar, que se a instituição assumiu um papel pioneiro, à data da fundação, em 1805, também o desempenhou, com a oferta da Leitura do Jardim de Diana e do Jardim Público, a partir de 1939, e dos Serviços de Leitura Nocturna, entre 1940 e cerca de 1975. A biblioteca foi ao encontro da comunidade, a ponto de Évora, se erguer, como a cidade do interior, onde mais se lia com os seus 19.804 leitores, de acordo com os dados das Bibliotecas Públicas de 1946 («Évora a cidade da província onde mais se lê», in *A Defesa*, Évora, de 23 de Jun. 1948, p. 1). A abertura do Instituto Universitário de Évora, em 1975, posterior Universidade, a democratização do acesso a todos os níveis de ensino, principalmente, o Básico e o Secundário não se reflectiram, em alterações das políticas e práticas culturais, por parte

dos responsáveis da BPE. Começou a fechar-se sobre si própria, não respondendo, nem às necessidades dos seus utilizadores, nem às novas realidades, subjacentes à diversificação de suportes informacionais. Esta «ruptura» ocorre, sobretudo, a partir dos anos 80 do séc. XX, por motivos de ordem vária, que não são objecto do nosso trabalho.

Contudo, observamos, que aquela tendência negativa está a inverter-se, na BPE, de há poucos anos para cá, através de alterações levadas a cabo pelo seu novo Director e pela sua Equipa de Trabalho, pela melhoria progressiva dos seus serviços e pela inserção dos seus papéis na comunidade.

Em termos conceptuais, fizemos uma revisão crítica da literatura nacional e estrangeira, no sentido de analisarmos o Iluminismo, subjacente à criação de bibliotecas e à definição das suas funções, as linhas de continuidade, com as reformulações do Liberalismo Constitucional, da República, do Regime Democrático, instalado com o 25 de Abril de 1974, e da Rede Nacional das Bibliotecas Públicas. Assumimos este longo percurso para encontrar linhas de continuidade/ruptura, no sector das bibliotecas, para entendermos o permanente desejo de mudança. No campo da investigação, aplicámos um inquérito, por questionário, aos utilizadores, para sabermos, quais são as suas expectativas, em termos de oferta de novos serviços, partindo da enumeração de hipóteses teóricas e questões empíricas, que pretendíamos prever, através das suas respostas. Será que o novo modelo expectante da BPE deve assentar nas missões-chave das bibliotecas da RNBP? Pela análise dos resultados, concluímos, que os utilizadores da BPE manifestam essa intenção, isto é, uma biblioteca onde nos apeteça ir.

Fundamentação Teórica

Capítulo 1 – No preâmbulo da Biblioteca Pública: a Europa das Luzes e a emancipação do saber útil

1.1. O contexto ideológico das Luzes

As Luzes têm um significado múltiplo, uma estrutura filosófica, cultural, científica, política (apogeu do Absolutismo) e social, em que entram os filósofos e a burguesia para a ribalta, da cena social. O Renascimento tinha aberto os alicerces de uma cultura nova, fundamentada na razão e na experiência, em contraposição com os dogmas da escolástica medieval. Não era, logo, possível continuar a manter uma cultura composta de valores, em que a razão e a experiência comprovavam a sua discutibilidade e até por vezes a inutilidade. Além Pirinéus, a dúvida metódica cartesiana representa a procura incessante da verdade, que caracteriza a crise da consciência europeia do séc. XVII.

Os estrangeirados, entre os quais devemos salientar Luís António Verney tiveram uma importância de relevo, no que se refere ao combate à filosofia escolástica. Aliás, o próprio Cenáculo foi um fervoroso apoiante de Verney durante a campanha desencadeada contra o «Verdadeiro método de estudar». Estes emigrantes tinham contactado uma mentalidade, em que a metafísica ia sendo superada pela física, em que a moral racional defendia as ideias de progresso, de liberdade e de reforma dos costumes. Acreditava-se no progresso pela «Ilustração», falava-se da tolerância religiosa, num tempo em que uma burguesia forte, sob o ponto de vista económico, começava a exigir uma posição de maior importância nos sistemas político-social.

Tornava-se, inquestionável, ultrapassar a crise da consciência europeia do séc. XVII, não através de dogmas, mas através da razão; é a força da razão, que permite identificar os erros do passado, superá-los e construir modelos diferentes e alternativos. Fundamentado no racionalismo, Pierre Bayle, em finais do séc. XVII enuncia os erros que a Humanidade havia produzido até à altura, elaborando um dicionário que, iria «iluminar» as trevas, isto é, a escuridão do passado.

Em meados do séc. XVIII, Voltaire publica o «Dictionnaire philosophique», o primeiro dicionário de Filosofia, em que se faz um levantamento dos termos filosóficos que esta disciplina comporta, seguido pela edição, em meados deste mesmo século pelo «Dictionnaire raisonné ou des connaissances humaines». Os enciclopedistas admiravam as instituições liberais de Inglaterra, falavam de liberdade, da construção racional da sociedade, de um Deus sem culto, desprovido de clero e, assim, entusiasmavam os reis, que não viam qualquer ameaça à estrutura dos seus estados, mas uma justificação filosófica da estrutura dos seus regimes. Mais, a Enciclopédia é uma obra síntese dos

conhecimentos técnicos, metafísicos, religiosos e filosóficos, que existem, como produto da razão: uma catapulta para a burguesia ascender ao poder. Este levantamento assume um corpo de conhecimentos úteis para o Homem, resultado da razão e das Luzes. Aquelas obras constituíram referentes matriciais das Luzes, algo fundamental que nos permitem compreender o séc. XVIII e, que o poder régio absoluto aplaude.

1.2. Os canais de difusão das Luzes e a emergência do conceito de «Público»

Roger Chartier defende, que para melhor perceber as consequências das Luzes, é de elementar importância «compreender as condições que, num dado momento do séc. XVIII, desencadeiam a emergência de uma realidade conceptual e social: «a opinião pública» (RAMOS, cit. in Carneiro, 2001,p.404). O sociólogo alemão Jürgen Habermas faz coincidir, de certa forma o conceito de esfera pública burguesa com o de opinião pública e recua a sua origem aos sécs. XVI e XVII, situando as suas raízes na correspondência trocada, entre os mercadores, cartas, onde circulava informação referente a preços e procura de condições de comércio em regiões distantes. Estes canais de escrita desenvolveram-se à margem do Estado, assumindo sinais de independência face ao Poder autocrático, levantando, assim, uma alavanca para o aparecimento da imprensa periódica, em finais do séc. XVII.

Os jornais tornam-se, desta forma, veículos de circulação pública, que se num primeiro momento reflectem a publicitação das modalidades de gestão e imposição social do Estado, num segundo momento passam a assumir posições de independência, perante o poder, e de defesa da privacidade em nome da emergente opinião pública, quais novos valores burgueses emergentes.

O processo de desenvolvimento de uma opinião pública, independente do Estado, da Igreja e das forças económicas, isto é, livre, que começou em finais do séc. XVIII, presumia a existência de um conjunto de instituições difusoras desta nova ordem. Se a imprensa de opinião foi o motor fundamental para activar todo este processo, outras instituições surgiram de crucial relevo para espelhar este novo e emergente valor burguês. Os livros, as «coffee houses», na Inglaterra, os «salons» em França, as «Tischgesellschaften», na Alemanha e mais tarde, gradualmente, os clubes de leitura, os arquivos, as galerias e os museus. Também, as bibliotecas, neste processo matricial de formação de uma opinião pública, inicialmente, privadas e, posteriormente, públicas cumpriram um papel deveras importante. Alinhadas com o espírito elevado das

Luzes, que tinha no seu imaginário a igualdade, o progresso, a felicidade, as bibliotecas do séc. XIX, não só disponibilizavam livros, como, igualmente, constituíam espaços de encontro, acessíveis a todos os públicos, onde se discutia e se argumentava livremente.

1.3. A instrumentalização das Luzes em Portugal

Os diferentes espaços políticos da Europa instrumentalizam as Luzes, utilizam os seus conceitos, conforme a sua realidade e os seus contextos ideológicos, em que se movem. Exemplo paradigmático é o caso Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e do seu eficaz colaborador D. Frei Manuel do Cenáculo. Mas o eclodir da Revolução Francesa, em 1789, considerado por Hobsbawn, como o ponto de chegada das Luzes, onde é feita a sua aplicação prática, quebrará a unanimidade, em seu favor e obrigará a alterações da prática discursiva dos diversos Estados face às Luzes. O movimento revolucionário reafirma a sua inspiração nas Luzes, mas o movimento contra-revolucionário, como por exemplo, Cenáculo nega-as, devido ao facto dos franceses terem invadido Portugal e por serem o resultado das Luzes. Assim, enquanto as Luzes se associaram apenas à razão, eram aceites, mas a partir do momento em que a Revolução Francesa ameaça derrubar o poder absoluto, anuncia a construção gradual de uma sociedade laica e irrompe com o expansionismo napoleónico, a apologia do Iluminismo assumirá contornos diferenciados, de acordo com a leitura feita por cada Estado. Os diferentes Estados, em nome do relativismo cultural, reflectem diferentes componentes do sistema filosófico das Luzes, que é absorvido em diferentes tempos e pelos diferentes espaços.

O discurso de poder do Marquês de Pombal é o símbolo de um homem iluminado do Portugal do séc. XVIII, influenciado pelas Luzes da Europa e do progresso. O espírito reformador de Sebastião José fundamentou-se, nos contactos directos que observou e viveu durante as enviduras diplomáticas, nas cortes de Londres, Vaticano e Viena de Áustria. Desponta, desta forma, um conjunto de reformas no plano económico, social e cultural a que não escapa a própria Igreja e, que muitos ambicionavam para o Portugal de setecentos. É a emancipação da burguesia, dos seus valores e interesses, da pequena e média nobreza e de uma parte do Clero, na qual se inclui Cenáculo, por onde perpassa um forte desejo de mudança. Mutações esta, que passava pela promoção da burguesia e do comércio que se passa a considerar, como actividade nobre, pelo afastamento da grande nobreza dos centros de decisão política e

do episcopado afecto a membros da Casa Real ou às mais aristocráticas linhagens. Estes bispos perdem as prelaturas das dioceses mais importantes, sob o ponto de vista dos rendimentos e do prestígio, como acontecerá com Évora, com a nomeação de Cenáculo, já em plena Viradeira.

Trata-se, no fundo, da tarefa sublime de erguer o Estado Moderno assente no Absolutismo, em rota de colisão com os privilégios ancestrais das elites, com a tradição oral e no levantar de uma nova ordem: «a consciência da sua própria história [do Estado] e a organização dos instrumentos necessários para que ela seja já escrita, conservada, transmitida» (CHARTIER, 1988, p.216).

Promover o documento escrito, como alicerce da legitimação do poder absolutista implica mudar o ensino, abrir escolas e apostar nas bibliotecas, ou seja, transferir paulatinamente estruturas da esfera eclesiástica para a esfera do Estado. E, é de facto, este ponto, um dos mais notórios do pensamento, em que Pombal se envolveu com a reforma do Ensino, desde a Universidade de Coimbra, instituição suprema de preparação dos futuros governantes, correspondida a níveis inferiores com a criação de escolas secundárias e menores. Indelével, surge das trevas, a chama da luz, isto é a marca de Cenáculo a iluminar.

Capítulo 2 – Frei Manuel do Cenáculo: um «Homem das Luzes» entre o Catolicismo Iluminado e a utilidade das Bibliotecas

Parte 1 – A edificação de Bibliotecas

2.1.1. O Catolicismo Iluminado

Esta corrente das Luzes, na qual se revê uma das marcas de Cenáculo, constitui uma tentativa de conciliar a religião com o racionalismo, de uma forma não dogmática. Também, uma parte do Clero de setecentos se preocupa com a formação dos religiosos, bons cidadãos e bons intelectuais. Para tal, urgia fazer dissipar subtilezas, disputas e falsos problemas, apanágio do ensino pré-pombalino, em que preponderavam os Jesuítas. Este ensino arcaizante, preso a uma escolástica tardia e esclerosada, tinha de ser substituído por um modelo que entendesse, nitidamente, o estudo conveniente das ciências divinas e profanas, nomeadamente o avanço das ciências exactas e naturais, mediante o uso da razão, da observação e da experiência. Posto em causa o velho saber expresso nos regulamentos das Universidades de Évora (1559) e de Coimbra, tornava-se imperativo reformular os estatutos desta, já que a da cidade alentejana acabaria por ser encerrada, com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, seus professores.

O autor do «Verdadeiro método de estudar», o arcediogo Luís António Verney, oratoriano, apresenta-se como o exemplo paradigmático das críticas aos velhos modelos pedagógicos dos inicianos, que, tão bem conhecia, dos tempos de aluno da universidade eborense, propondo uma nova pedagogia, de teor ilustrado. Preocupa-se com uma articulação entre a educação e o poder, que nos remete para a laicização da cultura e do sistema de ensino. A educação das crianças e dos jovens compete ao poder político e a doutrinação cristã competirá às escolas eclesiásticas. Todo este ideário assumiu formas mais ou menos próximas das reformas pombalinas do ensino, que não dispensaram o Clero no preenchimento das mesas censórias e da universidade coimbrã, em que os novos Estatutos devem muito ao contributo de Verney, sobretudo nas áreas canónica e teológica.

No Iluminismo Católico português, que se inspirou em fontes italianas, austríacas e espanholas, prepondera a figura de Verney, a par de um rol de outros religiosos, que incluiu D. Frei Manuel do Cenáculo os padres António Pereira de Figueiredo e Teodoro de Almeida, D. Francisco de Lemos e Frei Joaquim de Santa Clara. Contudo, convém esclarecer, que já em meados do séc. XVIII, no reinado de D. João V, começava a afirmar-se uma lenta abertura aos paradigmas do Iluminismo Católico, em D. Miguel da Anunciação (bispo de Coimbra em 1739), D. Miguel de Távora (Arcebispo de Évora em 1739), D. João de Magalhães Avelar (Bispo do Porto em 1754) e D. Gaspar de Bragança (Arcebispo de Braga em 1758). Assim, no reinado

do «Magnânimo», lia-se um conjunto de autores, de maior ou menor relevo, tais como Montesquieu (1689-1755), Rousseau (1712-78), Voltaire (1694-1778), Bielefeldt, d'Holbach, D'Argens, Raynal, Mirabeau, etc.

Artur Anselmo (1997) analisa o livro português da época de D. João V (1706-1750), começando por fazer a história breve da tipografia portuguesa, salientando todo um conjunto de experiências acumuladas, no séc. XVI, sem as quais seria impensável entender, cabalmente, o sucesso livreiro do período joanino. Logo, explica o aumento vertiginoso da publicação de títulos, neste período, que começa com 300 por ano e acaba com 900. Aquele autor aborda a tipografia, como «símbolo de paz e ostentação», o que equivale a falar de sucesso da tipografia e conseqüentemente do sucesso do livro e da emergência progressiva da importância das bibliotecas.

No plano político, os iluministas católicos defendem, em termos gerais, o regalismo, aceitando a supremacia do Estado sobre a Igreja, cujo mentor foi Pombal, e exigem uma maior autonomia, face ao Papa. No plano religioso, procuram construir um catolicismo mais austero e exigente, assente em profunda e erudita formação de que fazia parte o racionalismo crítico próprio das Luzes e, simultaneamente, descrente e distante das modalidades populares de devoção e das superstições. Levantavam-se, pois, vozes mais tolerantes para com outras religiões, que valorizavam a cultura bíblica, a história da Igreja, a liturgia e combatiam a cultura de matriz barroca, teatralizada, antes dominante. O estudo da acção pastoral dos bispos ilustrados, das suas bibliotecas e interesses literários, o grande rigor na admissão e preparação dos candidatos ao sacerdócio, a edição de missais e breviários e o combate a certas práticas de religiosidade popular, consideradas obscuras, são exemplos paradigmáticos dos novos tempos, que D. Frei Manuel do Cenáculo aplicará posteriormente, nos projectos reformistas da governação das dioceses de Beja e de Évora.

2.1.2. O projecto reformista

Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas (1724-1814) foi, inegavelmente o mentor, colaborador e executante das reformas pombalinas nos vectores fundamentais do ensino e da cultura, desde as primeiras letras à Universidade, na condição de Deputado e Presidente da Real Mesa Censória (1768). Instituição esta, que substituindo a velha Inquisição tinha como missão «definir e controlar a circulação de livros/ideias, na

postura do (novo) Estado nascente, déspota esclarecido e regalista de inspiração» (DOMINGOS, 1992, p. 137)

Depois de 1772, a Real Mesa Censória desenvolveu duas actividades, de forma paralela, a coordenação das reformas do ensino secundário e atribuiu a si mesmo a missão civilizadora de fundar uma Biblioteca Pública, que tivesse a amplitude das maiores da Europa, de portas abertas, para a instrução de todos: curiosos, os mais eruditos e até os próprios censores.

Cenáculo começava, então, a revelar o legado de uma viagem efectuada a Roma, nos anos cinquenta do séc. XVIII, onde participou, no Capítulo Geral da Ordem Franciscana, na companhia do Provincial e de outros dois religiosos. A deslocação constituiu pretexto para visitar as Bibliotecas de Itália, França e Espanha, em que contactou as elites eruditas da época, assistiu a reuniões literárias, apercebeu-se dos progressos científicos, literários e da importância dos estudos linguísticos, com particularidade para os orientais. No início dos anos setenta, acumula a Presidência da Real Mesa Censória com a da Junta do Subsídio Literário, entretanto fundada, é Conselheiro da Junta da Providência Literária, criada com o objectivo de proceder à reforma da Universidade de Coimbra e é escolhido para preceptor do Príncipe da Beira, D. José. Troca correspondências eruditas e regulares com os contemporâneos peninsulares e inicia a formação de vastas e sucessivas colecções de livros, que constituiriam, posteriormente, os acervos basilares das Bibliotecas do Convento de Jesus, de Beja e de Évora, com a disposição de serem públicas. E Cenáculo, já no exercício do governo do Bispado de Beja, prossegue a filantropia bibliófila com a grande doação de espécies documentais à Real Biblioteca Pública da Corte, actual Biblioteca Nacional, fundada a 29 de Fevereiro de 1796, por decreto de D. Maria I.

Frei Manuel do Cenáculo conseguiu alcançar e teve os maiores êxitos na angariação dos meios financeiros de grande envergadura que exigia o seu imaginário reformador de «Homem das Luzes», sugerindo, nomeadamente, o estabelecimento de um imposto sobre as bebidas alcoólicas que intitulou de «subsídio literário» para suportar as Escolas Menores, a abrir em todo o país.

2.1.3. A missão da Biblioteca Pública da Real Mesa Censória

O projecto conceptual e funcional do Franciscano da Terceira Ordem convergiu para a criação da Biblioteca Pública da Real Mesa Censória, porque quase todas as grandes bibliotecas particulares e conventuais tinham desaparecido com o terramoto de 1755, com especial referência para a Biblioteca Real de D. João V. Os fundos iniciais da Biblioteca da Mesa, provenientes das livrarias das extintas Casas da Companhia de Jesus, eram aumentados, segundo Cenáculo, através da compra sucessiva de outras colecções de fundos documentais, a suportar pelo Erário Real (preciosos manuscritos e os livros mais raros), que se completava com a composição de um Museu de Raridades. Depreende-se, pois, que este plano ambicioso da Mesa estava longe de constituir, exclusivamente, um armazém de livros, à espera de revisão ou autorização para imprimir.

A emergente Biblioteca Pública da Mesa continuaria a crescer com os fornecimentos privilegiados da Impressão Régia, com as aquisições efectuadas, através de Nicolau Pagliarini, seu Director Geral, particular amigo e correspondente de Cenáculo, e com a aquisição de livrarias particulares. Neste contexto de incremento da Biblioteca, a Mesa preocupou-se em dotá-la com pessoal próprio e qualificado composto por um Bibliotecário-Mor, um Sub-bibliotecário e para a guarda e limpeza, um Fiel e um Moço; este quadro de pessoal, nunca foi alterado, não obstante as solicitações do erudito religioso, de modo a acompanhar o crescimento contínuo. As preocupações de Cenáculo estenderam-se à instalação definitiva e condigna da ideia iluminista da Livraria Pública, indispensável ao progresso e estabelecimento das grandes luzes, de que fala Pagliarini, numa missiva endereçada a Pombal. Assim, devido a esta preocupação com a imagem exterior, parece que foi do próprio punho de Cenáculo, que saiu uma nota dirigida a Reynaldo Manuel para que este desenhasse a planta da referida livraria. Nela, constavam um átrio, armazéns a ocupar com diversas funções, uma grande sala de leitura, 19 divisões para acomodar gabinetes individuais, salas para os livros, distribuídos por matérias e para o monetário, apoiadas por instalações sanitárias, depósitos de material de limpeza e escritório, bem como por divisões – extra, para futuro crescimento.

Este plano repercutiu-se, no decreto de 2 de Outubro de 1775, em que D. José I elogiou a enorme riqueza da Biblioteca vocacionada para se fazer pública, em benefício geral de todos os seus vassallos que se queiram instruir, pelo que lhe disponibilizou o

edifício do lado ocidental da Real Praça do Comércio. A biblioteca da Real Mesa Censória terá sido aí alojada, em finais de 1784 ou princípios de 1785, a dois anos da sua extinção, com um acervo de 60.000 volumes, aquela que pode identificar como primeira Biblioteca Pública portuguesa, no dizer de Manuela B. Domingos (1992); aí, não faltavam bibliografias, dicionários, enciclopédias, ou seja, os instrumentos de trabalho mais recentes ou mais úteis aos saberes.

2.1.4. Livros, leitores e leituras na criação das Bibliotecas do Convento de Jesus e dos Seminários de Beja e de Évora

A acção de D. Frei Manuel do Cenáculo, no domínio das bibliotecas, dos livros e da leitura, inscreve-se num bom exemplo «*da mania da leitura* de que fala Roger Chartier, a propósito da difusão e vulgarização da prática da leitura e dos livros ao longo do século XVIII» (VAZ, 2003, p. 484). Da sua prática quotidiana, faziam parte as leituras, de carácter religioso, e os registos extremamente cuidadosos, do seu Diário, onde anotava o interesse pelos livros e por manuscritos. Assumiu-se, como um grande leitor, um grande coleccionador de livros e um enérgico criador de bibliotecas, para as quais legava importantes e numerosas ofertas, imaginário esse, que desempenhou um papel crucial, na sua obra, e inspirou a sua vida e toda a sua visão reformista da sociedade. Na correspondência, que estabelece ao longo do seu percurso, as referências a livros constituem uma nota constante, como comprovam as muitas cartas enviadas para Beja durante o exercício da mitra pacense. Dispunha de uma rede de correspondentes localizados, em Portugal, no seu vasto Império, com particular relevância para Lisboa, Coimbra, Évora, Goa, Brasil, Macau e Timor e no mapa da Europa, destacaram-se Roma, Pádua, Turim, Nápoles, Madrid, Sevilha, Paris, Londres, Bruxelas, Haia, Oxford e S. Petersburgo. Estes interlocutores eram, principalmente, agentes e livreiros, por intermédio dos quais, Cenáculo tinha acesso às novidades literárias, aos leilões de livros raros e lhe faziam chegar notícias das obras recentes. Desses correspondentes, devemos salientar o já conhecido Nicolau Pagliarini, já instalado em Roma, depois da queda de Sebastião José, grande fornecedor de livros, Andrès Silva de Bruxelas, Francisco José Maria de Brito e Frei António Raimundo Pascoal.

No que se refere às leituras, o erudito religioso enuncia um conjunto de cuidados, que deviam ser tomados com as obras de autores, que professam outras religiões e até mesmo extensíveis à literatura clássica. A razão tem de estar subordinada

à Fé, à Filosofia e à Teologia, já que a verdadeira razão é a dos Mistérios, pressuposto perfeitamente conciliável, com os dogmas da Igreja Romana, como o defende o Iluminismo Católico. Da pluralidade de autores, que sintetiza a sua época, poderemos enunciar as obras de Rousseau, Voltaire, Winckelman, Ustariz, Ulloa, Beccaria, Savary, a Enciclopédia e muitas outras.

Cenáculo estabelece, também, diversas categorias de leitores, em que todos devem obedecer à instrução primeira de estarem consciencializados dos seus ofícios, como cidadãos e cristãos. Num segundo momento, Cenáculo identifica os professores como os «Depositários da Religião e Guardas da sua pureza», que em nome da instrução, devem ler para além da Bíblia, os textos dos Padres da Igreja e autores hereges, estes com a recomendação final de serem «filtrados» pelo espírito cristão. A primeira categoria de leitores entende que a pedra angular sobre a qual deve assentar a instrução e a leitura é o catecismo, e na segunda reflectem-se as preocupações relativas à redacção de programas de leitura para os leitores das bibliotecas, que fundou.

Cenáculo ocupa o cargo de Provincial da Terceira Ordem, de 1768 a Fevereiro de 1777 e ordena, que o convento de Jesus, parcialmente, destruído pelo terramoto de 1755, receba um conjunto de obras de remodelação. Ficaram bem expressas as suas preocupações, não só como a biblioteca, mas igualmente, com a abertura de janelas em todo o edifício, de modo a possibilitar espaços luminosos, higiénicos e arejados, isto é confortáveis e propícios à formação religiosa e cultural dos noviços, pois àquele espaço estava reservada uma missão fundamental, o da sua instrução. O recém-eleito Provincial beneficiou a nova biblioteca com um donativo de 4.000 cruzados, com uma oferta de 3.000 volumes e prometeu legar, mais tarde, 4.000 volumes. A instalação da Biblioteca do Convento de Jesus arrastou-se por 27 anos e só viria a ser aberta em 1806; recebeu a visita de Adrien Balbi, em 1822, que lhe contou 32.000 volumes, no seu acervo documental, considerando-a a terceira do Reino, depois da biblioteca de Lisboa e de Évora. De resto, a biblioteca era pública, de acordo com uma disposição do fundador: estava aberta durante três dias por semana, para os estudiosos.

Cenáculo, que é nomeado para primeiro Bispo de Beja, em 1770, só entraria, na Diocese em 1777, após a queda de Pombal, onde irá continuar com a sua acção renovadora, no domínio da formação e instrução dos seus padres e da formação catequética dos leigos, em que as missões populares representaram uma presença constante. Determina a abertura de uma biblioteca, no Seminário Diocesano, em cujo regulamento se revelam todas as preocupações reformistas. Naquele documento,

estabelece o respectivo horário – às segundas e quintas, de manhã – recomenda a presença de um bibliotecário permanente, que seria auxiliado pelos seminaristas nas horas vagas, prescreve a elaboração de um catálogo dos livros existentes, proíbe o empréstimo domiciliário (impensável para a época) e exprime preocupações relativas à preservação dos livros, nomeadamente o asseio. O número de volumes da biblioteca pacense estaria quantificado entre os 9.000 e os 10.000 exemplares.

Parte 2 – A fundação da Biblioteca Pública de Évora

2.2.1. O início de uma Missão

Em 1802, Cenáculo chega a Évora, para assumir o governo da Arquidiocese e, passados três anos, em 1805, na esteira da criação das Bibliotecas da Real Mesa Censória, do Convento de Jesus e de Beja, funda a Biblioteca Pública de Évora. Ficou instalada, na ala ocidental do Paço Arqueiepiscopal, que D. Frei Luís de Sousa, Bispo eleito do Porto e governador do Arcebispado tinha reservado para o Colégio dos Meninos da Sé. Os fundos documentais, à data da fundação, rondariam os 50.000 volumes, provenientes dos livros deixados por D. Frei Joaquim Xavier Botelho de Lima, seu antecessor na mitra eborense e dos cerca de 25.000 volumes impressos e manuscritos, que o prelado franciscano trouxera de Beja.

A nove anos da sua morte, em 1814, a criação da Biblioteca Pública de Évora, instituição a comemorar o seu bicentenário no presente ano de 2005, apresenta-se como a criação mais incontornável de Cenáculo, talvez a mais notória, que glorifica um percurso dedicado à divulgação do saber. O espólio documental da Real Mesa Censória foi incorporado na Real Biblioteca Pública da Corte, a Biblioteca do Convento de Jesus passou para a Academia das Ciências de Lisboa e o acervo livrístico da Biblioteca do Seminário de Beja transitou para Évora, com a deslocação do bispo Cenáculo, em 1802. A criação da biblioteca eborense resume toda a vida de um colecionador da época das Luzes, em que consta a aquisição de livros, raridades, obras de arte e peças naturais com o objectivo máximo de abrir bibliotecas e museus. De um espírito elevado e altruísta, a que preside sempre o mesmo rumo norteador, renovadamente defendido, é missão da Biblioteca Pública defender a preclara importância da utilidade da instrução do clero e dos restantes diocesanos, sendo este fim claramente expresso, no preâmbulo dos Estatutos da BPE. Mais ainda, o prelado reformador defende que as bibliotecas são um bom investimento, só realizam a sua missão, se forem úteis e de fácil acesso ao público. As ciências e as artes nunca seriam desenvolvidas se o interesse pelos livros ficasse limitado ao espírito de curiosidade do colecionador e aferrolhados, nos armários.

É a matriz iluminista de Cenáculo, que procura instruir o maior número possível de pessoas, através da leitura e da observação das obras de arte ou da natureza. «A criação de uma biblioteca pública era, portanto, o ponto mais alto de toda a actividade e gosto pelas colecções, tanto mais que vinha dotar a cidade de Évora, com uma instituição onde queria reunir o que considerava importante para o progresso do saber» (VAZ, 2003, p. 493).

A introdução dos Estatutos da BPE constitui um manifesto público, em que Cenáculo reafirma e amplia as disposições já anteriormente enunciadas, aquando da criação de outras bibliotecas. Reaparece a obrigação de que a biblioteca é um dever da sua pastoral, terá de servir o público, determinando o artigo oitavo que estará aberta aos leitores, quatro vezes por semana, nas manhãs de Terça e Sábado e nas tardes de Segunda a Quinta e que todos deviam ser bem recebidos, quer pelos oficiais, quer pelos restantes empregados.

2.2.2. Luzes e sombras novecentistas na Biblioteca Pública de Évora, no pós fundação

A Invasão Francesa de 1808 e a prisão de D. Frei Manuel do Cenáculo pela Junta Revolucionária adiaram todo o processo de andamento da obra da BPE e contribuíram para a perda de valiosos fundos documentais e artísticos. Terminadas, que foram as invasões napoleónicas, o prelado prosseguiu o seu projecto, pela provisão de 21 de Setembro de 1811, em que elabora os Estatutos, e adita preocupações complementares relacionadas com o financiamento da BPE (300\$000 Réis das receitas da Mitra e 200\$000 Réis da Fábrica da Sé). Estas dotações anuais custeavam a despesas de conservação, de adiantamento do edificio e o pagamento dos funcionários, cujos critérios de nomeação eram estabelecidos, de acordo com o perfil designado por Cenáculo. Em 1813, começou a organização do museu, sob a responsabilidade do Bacharel Francisco da Paula Velez e Frei José Constâncio Lopes da Cruz, que inicia a elaboração do catálogo da livraria. A morte do erudito Arcebispo, em 26 de Janeiro de 1814, acarretou consigo um interregno de seis meses na instalação do Museu e da Livraria, decorrente da conjuntura religiosa da Arquidiocese e que nos remeterá, posteriormente, para desenhar em pleno séc. XIX, dois períodos distintos, quanto ao crescimento e implantação do novo espaço cultural eborense.

Com efeito, podemos estabelecer um primeiro período, situado entre a morte do ilustrado Arcebispo (1814) em que a Igreja de Évora nomeou bibliotecários, suportando os inerentes encargos financeiros e um segundo que se inicia com a sua transferência para a alçada do Estado Liberal (1834): produto das Luzes.

Logo, no início do primeiro período, o Juiz José António de Leão, que tinha redigido o inventário do espólio de Cenáculo, comunica ao Governo da Regência, em 22 de Fevereiro de 1814, que a biblioteca e o museu se encontravam, num estado caótico. O mesmo Juiz aborda, ainda, as indecisões de D. Frei Joaquim de Santa Clara

(1816-1818), sucessor de Cenáculo e as de António José de Oliveira, Bispo e Vigário Capítular do Arcebispado de Évora, relativamente à continuidade da BPE, sob a dependência da Igreja Metropolitana de Évora. É que Cenáculo tinha registado, nos Estatutos da BPE, um conjunto de obrigações para os seus sucessores: doar a biblioteca à Igreja, que a presidiria, manter o seu carácter público e assegurar o pagamento dos seus funcionários. Estas incertezas foram ultrapassadas pelo bom senso do Juiz, José António de Leão, que conseguiu a isenção dos inventário da biblioteca e do museu, junto da Regência, assumindo o Vigário Capítular o dever de elaborar o novo catálogo da biblioteca.

A D. Frei Joaquim de Santa Clara sucedeu o Arcebispo e Cardeal D. Frei Patrício da Silva (1820-1825), que, numa provisão de 3 de Janeiro de 1821, reforma o quadro dos empregados da Biblioteca e salda dívidas antigas aos empregados, pois parece que a dotação de 500\$000 Réis, estipulada por Cenáculo, nunca chegou a fazer efeito algum. Durante a sua prelatura, os fundos documentais foram aumentados com o legado do Bacharel da Sé António Baptista Facamelo, que constou de 5.000 volumes, com algumas ofertas do Governo, de particulares e com a compra dos manuscritos do Cónego Dr. José Joaquim Poças.

A nomeação do seu sucessor D. Frei Fortunato de S. Boaventura (1832-34), adepto do absolutismo miguelista e inimigo da emancipação do saber pelos livros, fez mergulhar a Instituição numa crise temporária. Não respeitou as disposições estatutárias da Biblioteca Pública: ordenou o seu encerramento, despediu o bibliotecário e o contínuo e exigiu a devolução das chaves... Os funcionários não acatarem o despedimento, permaneceram no exercício gratuito das suas funções. Insatisfeito com as reacções dos funcionários, o Arcebispo mudou-se para Estremoz e fez conduzir, na sua bagagem pessoal, alguns caixotes de livros que, entretanto, desapareceram. Este conflito foi ultrapassado com a vitória do Liberalismo, que exilou D. Miguel e o seu Arcebispo adepto, normalizando-se a situação da biblioteca, de imediato, com a nomeação interina do bibliotecário, Padre Cipriano António Pereira Alho, por D. Maria II, ainda dentro de 1834. Morre três meses depois da sua designação, sucedendo - lhe o Cónego Francisco de Paula Velez Campos, em Maio de 1838, com quem se encerra a administração religiosa da Biblioteca Pública de Évora.

Em 25 de Dezembro de 1838, o Dr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, professor do Liceu de Évora, é nomeado para assumir o cargo de bibliotecário, iniciando desta forma, um segundo ciclo, em que doravante o Estado passará a assumir

as suas responsabilidades orgânicas e financeiras. Começa, assim, uma nova ordem de crescimento que recupera a «fúria» de bibliotecas, livros e leitores, que tão bem identificou a marca de Cenáculo. Cunha Rivara ordenou e inventariou a colecção de manuscritos da BPE, que foram publicados com o título «Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública de Évora», pela Imprensa Nacional, em 1850. Acrescentou o edifício com o levantamento da chamada «Sala Nova», em 1844, fez engrossar os fundos documentais com mais 5.000 títulos, provenientes das livrarias dos conventos extintos. Cumpriu este primeiro bibliotecário civil a imposição legal de redigir o «Primeiro Relatório da Biblioteca», enviado ao Governo e datado de 29 de Setembro de 1845, documento este que retrata, exemplarmente, o seu programa biblioteconómico, «Uma Livraria assim falha, como esta de obras modernas deixa de ser frequentada, e fica um Estabelecimento inútil» (ESPANCA, 1980, p.109), passando pela definição de um orçamento privativo, pela edificação de mais uma sala e pela admissão de um escriturário (o pessoal resumia-se a ele próprio e a um contínuo!) e pela venda ou troca dos livros repetidos. Antes da partida de Cunha Rivara para a Índia, onde iria desempenhar o lugar de Secretário do Governo, ainda teve labor para catalogar mais de 8.000 volumes da «Sala Nova» e enquanto deputado às Cortes, conseguiu do Governo uma prestação anual de 150\$000 réis.

Depois da saída de Joaquim Heliodoro Cunha Rivara, João Rafael de Lemos, administrador do concelho, reitor do Liceu e comissário dos estudos, foi nomeado bibliotecário interino sendo, mais tarde, coadjuvado por Jerónimo de Sales Lobo, que substituiria o velho contínuo José de Castro. Falecido que foi o bibliotecário interino, em finais de Julho de 1863, foi nomeado o Dr. Augusto Filipe Simões para exercer o cargo, por Decreto de 23 de Outubro de 1863. Este bibliotecário alargou o horário da Instituição, que passou a estar aberta das 10 horas da manhã às 3 da tarde, ou seja um acréscimo de duas para cinco horas diárias, que teve, como reflexo, o aumento de leitores por mês, cujo número mensal variava entre cem e cento e cinquenta, em termos médios. A pedido do novo bibliotecário foi mais uma vez aumentado o edifício com a construção da «Sala Novíssima» ou «Filipe Simões» e sofreu uma série de remodelações, que lhe imprimiram a distribuição arquitectónica actual. No rés-do-chão, construiu-se a escadaria principal, o gabinete Cunha Rivara para leitura de Cimélios, o gabinete Botelho de Lima para Hemeroteca e depósito de publicações periódicas; no primeiro andar, Augusto Filipe Simões restaurou a «Sala Nova», recatologou e arrumou pessoalmente os 12.000 volumes impressos e determinou a colocação de redes de

aramé para proteger as estantes, da «Sala de Leitura»; fez expor, na «Sala Nova» toda a colecção de arte de Cenáculo, à excepção da arqueologia, que se mostrou, no rés-do-chão, até à criação do Museu de Évora, em 1915.

Quanto às prestações orçamentais, por ano, que foram fixadas, no tempo de Cunha Rivara, para o período correspondente entre 1855 e 1863, só em dois anos foram recebidas, pelo que teve Augusto Filipe Simões o êxito de alcançar do Governo um aumento de 150\$000 para 250\$000 réis. Neste mesmo relatório, enviado pelo novo bibliotecário, ao Ministério do Reino, em 31 de Dezembro de 1864, que vimos citando, reaparecem as mesmas preocupações do seu antecessor e outras: a falta de livros modernos, as questões referentes à conservação dos livros, as encadernações, ausência de um bom catálogo (por ordem alfabética de autores e por assuntos) e a falta de classificação, a interrupção da catalogação dos manuscritos iniciada por Cunha Rivara, a necessidade de ampliar a Biblioteca e o quadro de pessoal. Terminava o relatório com as recomendações de que a BPE deveria adquirir mobiliário adequado e libertar do seus fundos documentais os livros pertencentes aos conventos extintos que se tornassem desnecessários, por meio de venda ou troca.

Os problemas identificados pelo Dr. Augusto Filipe Simões acabam por coincidir com as recomendações endereçadas ao Governo, que à escala e contexto da época resumem necessidades e preocupações estruturais perduráveis até ao nosso tempo. Com evidência, neste relatório, o Bibliotecário revela, ainda, uma convicção profunda de que a Instituição seria muito mais frequentada pelos leitores, caso lhes oferecesse mais comodidade e sossego, aumentasse o número de títulos de publicações periódicas, numa época em que o livro, em sua opinião, vai sendo substituído pelo jornal.

Com a morte prematura do Dr. Augusto Filipe Simões, em 1887, poderemos dizer que se encerra o segundo ciclo da vida da BPE, continuando a incorporação de mais obras pertencentes às livrarias dos conventos femininos, entretanto extintos. Dos bibliotecários que se seguiram, ao longo de treze anos, não é visível um fio condutor que reassuma o desassossego biblioteconómico do Dr. Augusto Filipe Simões. Inquestionavelmente, foi sob a direcção deste bibliotecário e do seu antecessor Cunha Rivara, que se consolidaram as marcas do extenso projecto reformista de Cenáculo. Uma mania da leitura «Iluminada» que vai de encontro à aquisição dos livros, que se identificam com os gostos dos leitores, tal como, bem refere, Filipe Simões, que discorda da criação de uma Biblioteca no Liceu, da cidade. Tudo em nome de uma

opinião própria, independente da do Estado, em nome e de uma gestão mais racional dos dinheiros públicos, pois à Biblioteca Pública acorrem muitos estudantes e aí as «obras modernas» são aproveitadas por todos os públicos. Tudo, ainda, em nome da emancipação de um saber útil.

**Capítulo 3 – A reafirmação do papel das Bibliotecas Públicas: da Revolução Liberal à
gênese da Rede Nacional das Bibliotecas da Leitura Pública.**



Parte 1 – O paradigma da Biblioteca Liberal

3.1.1. Os Gabinetes de Leitura (1801-1920)

A viragem observada, no séc. XVIII, de uma leitura intensiva, em que o mesmo título era lido e relido várias vezes, por norma, oralmente, para uma leitura intensiva, aumentou a apetência de consumos culturais, com particular relevo para o livro impresso. Ora, na segunda metade do séc. XIX, se por um lado, o número de bibliotecas públicas era irrelevante e com fundos bibliográficos, essencialmente eruditos, por outro lado, começavam a emergir outros interesses. Este novo público-alvo, formado pela pequena e média burguesia promovidas pelo consulado pombalino, e até mesmo por algumas camadas populares, ambicionava novos espaços de sociabilidade cultural, coincidentes com o seu ideário, num contexto em que o objecto livro tinha um preço elevado e pouco acessível.

Neste quadro geral, os Gabinetes de Leitura surgiram como resposta às mudanças de práticas leiturais e ao aumento do número de leitores. Ampliaram o universo do acesso aos livros e envolvendo-os numa pluralidade muito diversa, funcionavam, como uma espécie de lojas de leitura, de empréstimo de livros a preços módicos, facilitando o acesso a todos aqueles que não os podiam adquirir.

O primeiro gabinete de leitura português abriu, em 1801, em Lisboa, por iniciativa do livreiro francês, Maussé. A génese destes gabinetes de leitura remonta à segunda metade do séc. XVIII, mas de acordo com investigações mais recentes, podemos antecipar os seus primórdios ao séc. XVII e a um círculo restrito de livreiros, que alugavam gazetas e libelos. Ainda, na capital, funcionaram os Gabinetes de Leitura de Pierre Bonnardel, que não sendo o mais antigo, teve um longo período de existência, entre 1815 e 1848, o de Mademoiselle Ferin (1839) e o da Livraria Católica, este aberto, nos finais da década de sessenta do séc. XIX.

Fora de Lisboa, foram criados Gabinetes de Leitura em Loulé (1835), em Angra do Heroísmo (1837), Alcobaça (1875), na cidade da Horta (1880) e em Coimbra (1885) e outros, que não prosseguindo fins lucrativos, se integravam em associações com fins educativos, culturais e recreativos, mediante o pagamento de uma quotização estipulada nos seus estatutos. Neste conjunto, destacamos o caso do Círculo Eborense, em Évora (1848) e depois desta data, já na segunda metade do séc. XIX, os Governos Civis aprovaram estatutos de associações, que consagravam a abertura de Gabinetes de Leitura, em localidades, como Bragança, Chaves, Vila Real, Guimarães, Braga, Barcelos, Trancoso, Soure, Abrantes, Santarém, Portalegre, Vila Viçosa e Lagos.

Outros gabinetes, com marcas ideológicas evidentes, delimitaram-se e assumiram o papel de órgãos promotores de sociedades cívicas e políticas, de índole burguesa, nomeadamente, os do jornal «Borboleta Constitucional», o da Sociedade Pátria e Família, o da Sociedade Nova Euterpe- Gabinete de Leitura Portuense (1877) e o do Jardim do Povo - Gabinete de Leitura portuguesa e francesa (1888). Na capital, são conhecidos os gabinetes da Sociedade de Ciências Médicas e do Grémio Literário de Lisboa.

Inscritos, num âmbito mais amplo de instrução e educação popular, surgiram, na capital, também na segunda metade do séc. XIX, Gabinetes de Leitura agrupados aos interesses de um operariado emergente, estando documentada a existência do Gabinete de Leitura para as Classes Operárias (1858), o da Associação Civilização Popular e o da Associação Promotora da Indústria Fabril. O perfil dos nossos operários, que se caracterizou por níveis reduzidos de alfabetização e por horários prolongados de trabalho não favoreceu o desenvolvimento destas associações de classe.

O século XIX português, que ficou referenciado por um século de consolidação da noção de Instrução Pública, assistiu à criação dos Gabinetes de Leitura, espaços abertos pela iniciativa privada. Neles, se representaram círculos de sociabilidade, em que se debateram ideias cívicas, políticas, de interesses de classe, assuntos de interesse cultural, onde se formou a opinião pública. Os Gabinetes de Cultura precederam o projecto liberal de fundação de bibliotecas públicas, coexistiram a seu lado, complementaram ou substituíram atribuições do Estado num arco de tempo que entrou pelo séc. XX. No período correspondente a 1814/15 – 1920, Manuela Domingos aponta para a existência de sessenta e dois gabinetes, que continuavam a funcionar (cit. in REBELO, 2002, p. 76)

3.1.2. A missão da Biblioteca Liberal

António Martins da Silva defende, que os antecedentes vintistas do processo de desamortização começam durante o consulado pombalino, bem antes da extinção das Ordens Religiosas, a 28 de Maio de 1834, de acordo com Barata (2003). Aliás, já focámos, o papel crucial desempenhado pelos Estrangeirados, que procuraram substituir o paradigma do ensino jesuítico por um novo modelo, o iluminista. Com a expulsão dos padres inacianos, os fundos documentais das suas livrarias entraram, de imediato, nas emergentes Bibliotecas. Em Coimbra, a maior parte do valioso património bibliográfico

das livrarias jesuítas passou para a Biblioteca da Universidade e em Lisboa transitou, num primeiro momento, para a Biblioteca da Real Mesa Censória e depois da sua extinção, para a Real Biblioteca Pública da Corte, futura Biblioteca Nacional. Instituição esta, que se torna receptora do espólio documental das livrarias de alguns conventos, antes mesmo da data, da sua extinção, nomeadamente de Alcobaça e de Santa Maria de Belém.

A incorporação gradual destes bens culturais, na Fazenda Pública, antes de 1834, e depois, a partir desta data, de uma forma sistemática, demonstra que o regime liberal tinha uma «política coerente de gestão do património bibliográfico dos conventos extintos, como parte integrante de uma política cultural, estrutural», (BARATA, 2003, p. 18), justificada pela categórica necessidade de arrecadar as livrarias dos extintos conventos. Acrescentamos nós, em nada são distantes das orientações contemporâneas tomadas pelas governações de Espanha e de França. Podemos, pois, concluir que a extinção das Ordens Religiosas e o sequestro de livrarias dos miguelistas, no caso português, obrigaram a nova ordem liberal triunfadora, a dotar o país de uma rede de bibliotecas, que impedisse a destruição, o roubo ou os extravios de livros, que o século das Luzes tinha consagrado, como instrumentos de emancipação pedagógica e utilitária. Aliás, de bibliotecas falavam várias associações patrióticas fundadas, em Lisboa e no Porto e em outros pontos do país, na sequência da Revolução Liberal de 1820, que somavam aos fins políticos, a difusão da leitura e a instrução popular, como uma das suas prioridades. É muito provável, que estas intenções não tivessem passado do papel, mas tornou-se evidente que o Liberalismo instituiu uma maior abertura de espírito, norteadas para o mundo das bibliotecas.

3.1.3. As primeiras Bibliotecas Públicas do Liberalismo (1833)

Exemplo emblemático da política liberal é o decreto de 9 de Julho de 1833, que fundou a Real Biblioteca Pública do Porto, cuja origem esteve na entrega de mais de 30.000 livros sequestrados à livraria do miguelista D. João de Magalhães e Avelar (1754-1833), Bispo da Diocese e na criação de uma Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados da Província do Douro, em 1832. O desenho de Biblioteca Pública correspondente ao ideário liberal moldou-se, na legislação francesa, filiação, abertamente, visível, na criação daquela biblioteca e de outras. Agora, a nova ordem vitoriosa procura articulá-las com a Educação e o Ensino, como complemento de todo o

sistema instrutivo Nesta perspectiva, o documento fundacional refere que «a ignorância é a inimiga mais inconciliável da liberdade» (cit. in NUNES, 1998, p. 26), arquétipo presente na medida legislativa, que institui o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, inicialmente, de âmbito restrito à cidade de Lisboa e província da Estremadura, e depois, alargado pelas portarias de 26 de Dezembro de 1834, ao Alentejo e pela de 24 de Março de 1835, ao resto do território continental.

O referido Depósito ficou instalado, na Biblioteca Nacional e tinha, como finalidade arrecadar as livrarias dos religiosos regulares, cujo espólio documental foi redistribuído por aquela Instituição e se destinou à abertura de Bibliotecas Públicas. Com efeito, em 16 de Setembro de 1834, o Ministro de Reino, Bento Pereira do Carmo faz remeter circulares aos Prefeitos das Províncias, ordenando que todos os livros e quadros pertencentes aos conventos extintos fossem recolhidos, com a finalidade de abrir museus e bibliotecas, em vários locais do Reino. Na sequência destes esforços, Agostinho José Freire, Ministro do Reino, envia nova circular, em 25 de Agosto de 1836, em que oficia todos os Governadores Civis, exceptuando Lisboa e Porto, para que enviem orçamentos relativos à instalação de bibliotecas e de museus, em todos as capitais de distrito, com a indicação do edifício que acomodasse aqueles espaços culturais. Ainda no mesmo ano de 1836, a 7 de Outubro, todos os Administradores Gerais de Distrito receberam uma circular, de conteúdo idêntico que reforçou a comunicação ministerial anterior.

Na continuidade desta política cultural, abriram bibliotecas em Vila Real (1839), Funchal (1838), Braga (1841), Ponta Delgada (1845) e Viseu (1864), com carácter notoriamente erudito, tendo como público-alvo os alunos frequentadores dos estudos superiores ou do ensino técnico. Este projecto fundacionista estendeu-se às Câmaras Municipais, que não sendo capitais de distrito, por iniciativa própria, solicitaram ao Poder Central a abertura de bibliotecas, nos seus concelhos, de modo a impedir o descaminho das livrarias conventuais situadas, dentro dos seus limites geográficos. Alguns Municípios, como o das Caldas da Rainha (1835) concretizaram este objectivo, outros, como Vila Franca de Xira (1834), Peniche, Vila Viçosa (1836) e Cadaval (1839) viram logradas as suas aspirações, porque ficaram reduzidas às intenções.

Emergia, desta forma, a ideia de estabelecer uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas que abrangesse, também as sedes de concelho, princípio subjacente na portaria de 24 de Março de 1835, alargando a acção do Depósito das Livrarias dos Extintos

Conventos a todo o país, que se reforça com a portaria de Passos Manuel de 17 de Setembro de 1836. Nesta se afirma, que haverá uma Biblioteca em cada um dos Liceus a fundar, para servir alunos e professores. A abertura de Bibliotecas liceais tardou a efectivar-se, à semelhança do que aconteceu com as bibliotecas distritais e concelhias, processo que não conheceu grandes alterações até à década de oitenta do séc. XX, não obstante, as sucessivas reformas de ensino. Com evidência, o deputado Queirós Veloso (professor do Liceu de Évora e director da BPE, entre 1898 e 1901) afirmará, em 1908, num discurso parlamentar ser necessário libertar as bibliotecas liceais da extrema pobreza e penúria em que viviam. Situação esta que melhorou sectorialmente, cerca de 1920, já dentro da governação republicana.

3.1.4. As Bibliotecas Populares (1870)

De acordo com Carlos Alberto Rebelo (2002), Henrique Nogueira foi o primeiro teórico português a fazer alusão às «bibliotecas populares», na sua obra «Estudos sobre a reforma em Portugal», em 1851. Não obstante, o conceito de «bibliotecas populares» envolver ainda alguma ambiguidade, surgem, aí, já definidas as traves mestras da filosofia inerente ao Decreto, que as fundou, em 2 de Agosto de 1870, por iniciativa de D. António da Costa de Sousa Macedo, Ministro da Instrução Pública. De resto, antes mesmo da institucionalização das «bibliotecas populares», foi inaugurada a primeira, com características populares, em Marvila (Lisboa), a 31 de Outubro de 1863, dia do aniversário do rei D. Luís; neste mesmo ano, a Câmara Municipal de Penafiel manifestou a vontade de abrir uma biblioteca popular com os fundos duplicados da Biblioteca Pública do Porto. Com evidência, os anos 60 do séc. XIX assistiram a uma campanha enérgica a favor da sua implantação, por parte dos inspectores das escolas do ensino primário. Estes profissionais estimularam, através de uma circular de 30 de Julho de 1863, o estabelecimento de aulas nocturnas para adultos e de bibliotecas populares e até mesmo articulistas, como Pinheiro Chagas, no «Arquivo Pitoresco» e Martins de Carvalho, em «O Conimbricense» apoiaram aquela medida promotora de emancipação cultural.

D. António da Costa, governante por 60 dias, criou uma legislação extremamente avançada para o contexto da época, em que sugeriu a abertura de bibliotecas populares, em todas as sedes de concelho. A ideia era consubstanciar os conhecimentos de uma parte da população, que já tinha atingido a vitória da

aprendizagem do saber ler. A criação de bibliotecas populares não era inédita, no sentido em que a proposta do Ministro reflectia influências de reformas análogas desenvolvidas na Alemanha, na Bélgica, na Suíça, em Espanha e até nos Estados Unidos. A leitura seria presencial e o empréstimo domiciliário gratuito, com o objectivo de facultar o acesso das mulheres e das crianças ao mundo dos livros, num séc. XIX, caracterizado pelo século da Instrução Pública, que elevou a preocupações máximas o desenvolvimento dos conhecimentos, através da literatura moral e instrutiva.

Em termos orgânicos, o Decreto fundacional resultou da incapacidade liberal de implementar uma cobertura nacional de bibliotecas, remetendo a responsabilidade desta política cultural para a tutela das Câmaras Municipais, elas próprias já sobrecarregadas com as despesas da Instrução Primária e Elementar. Aliás, estes novos estabelecimentos seriam bibliotecas para todos e para cada um, repositórios dos conhecimentos elementares a que teriam acesso as classes mais desfavorecidas e completariam as aprendizagens escolares. Ainda, de acordo, com aquele documento legislativo, os Liceus seriam obrigados a criar uma secção popular, nas suas Bibliotecas, e as Juntas de Distrito e de Paróquia receberiam poderes para abrirem bibliotecas populares. Também as associações de ensino são, igualmente, convidadas a abrirem bibliotecas com livros fornecidos pelo Estado.

No cumprimento do decreto do efémero Ministro, foram abertas Bibliotecas Populares em diversas localidades, nomeadamente, em Odemira (1872), Setúbal e Idanha-a-Nova (1873), Beja (1874), Elvas, Estremoz, Póvoa do Varzim e Santarém (1880), Guimarães (1883), Redondo (1884), Évora (1887), Viana do Castelo (1888) e Coimbra (1892). As bibliotecas fundadas, neste período, foram cerca de sessenta, tornando-se difícil apresentar um número exacto, porque nem todas pediram auxílio estatal. O ideário liberal, menos romântico e mais consistente, depois de 1851, acabaria por não concretizar a plenitude dos objectivos desenhados para o público-alvo, já que fracassou o projecto de estabelecer uma Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que abrangesse todo o país.

Logo a cobertura nacional, a nível das Bibliotecas Distritais e Municipais limitou-se a um número restrito de Municípios, de Associações Instrutivas ou Operárias, que conseguiram ultrapassar as dificuldades relativas à instalação, mesmo ressalvando, que foram facilitadas por doações particulares de livros e pelo incentivo patriótico resultante das comemorações do primeiro centenário da morte do Marquês de Pombal (1883) e do tricentenário da morte de Luís de Camões (1880). Contudo, a maior parte

das Bibliotecas Populares conheceram um breve período de existência e passado pouco tempo sobre a sua abertura, já tinham encerrado as suas portas. Nos finais dos anos 80 do séc. XIX, as Bibliotecas Populares entram em declínio, esvazia-se o modelo de leitura (a maioria dos livros oferecidos mostrou-se desadequado aos interesses dos leitores) e na transição do séc. XIX para o XX, desaparece o termo popular, nas poucas inaugurações ou nas que persistem, adaptando-se a designação de Biblioteca Municipal.

No conjunto nacional, distinguiram-se as Bibliotecas Populares de Chaves, a norte do Douro, a sul, as de Setúbal e a de Estremoz. A biblioteca sadina, que foi criada pela iniciativa da Sociedade Arqueológica Lusitana, teve um fundo documental constituído por cinco mil volumes, ardeu, na noite de 4 para 5 de Outubro de 1910 e a de Estremoz, cerca de 1890, atingiria um acervo de três mil volumes.

Parte 2 – Da República ao «Manifesto da Leitura Pública» (1983)

3.2.1. «Os palácios da leitura» (1910-1926)

Se o Liberalismo reconheceu o papel crucial das Bibliotecas para combater a ignorância das populações, logo democratizar o acesso à cultura, também a República instituída a 5 de Outubro de 1910 confirma e revigora a política biblioteconómica precedente. É o próprio António Nóvoa, segundo Rebelo (2002) que constata mais uma linha de continuidade do que uma ruptura dinâmica, entre a fase final da Monarquia e o início da República. O decreto de 21 de Maio de 1911 procurou modificar a concepção e as práticas leiturais, de modo a serem referenciadas, como autênticos «palácios de leitura», cujas finalidades estavam vocacionadas para ensinar, informar, e distrair. Formavam-se, desta forma, cidadãos aptos a criarem hábitos de leitura que lhe assegurariam uma actualização permanente dos negócios públicos. Na base de todas estas propostas, estava o suporte da alfabetização, legislada com o estabelecimento da escolaridade obrigatória, que o século precedente, trespasado pela febre da Instrução, não a cumpriria integralmente, tal como se observará com a primeira República e com o Estado Novo.

Analisando, ainda, o referido decreto, constatamos, igualmente, que os objectivos da política republicana repetem continuidades do regime monárquico, como o livre acesso à biblioteca, e a ampla leitura domiciliária, não se vislumbrando, assim, quaisquer inovações. As colecções móveis foram implementadas, nos últimos anos da Monarquia, pela Associação de Escolas Móveis, pelo Método João de Deus, com as bibliotecas itinerantes anexas, criadas para aumentar a oferta de livros e apoiar a actividade das Bibliotecas Municipais. Estas instituições são financiadas pelo orçamento de Estado e traçam-se novas directrizes, com salas para crianças, a leitura no caminho-de-ferro, nos hospitais e nas prisões. Aquelas colecções móveis iniciaram a sua acção, em 1914-15 e foram encaminhadas para os Municípios com mais necessidades com o fim de motivá-los para a abertura de bibliotecas. Procurava-se consubstanciar, assim, a nova ordem emergente, uma política cultural, que convivesse em todas as ocasiões com o quotidiano das populações, resumindo «A Biblioteca é uma oficina sempre aberta», (cit. in NUNES, 1998, p.28), conforme preconizava o Decreto de 18 de Março de 1911, que reestruturava as Bibliotecas e os Arquivos Nacionais.

As dificuldades de natureza económico-financeira, e a instabilidade política impossibilitaram a efectiva aplicação das medidas republicanas, a que acrescentamos a falta de um organismo que despertasse os Municípios para a importância das bibliotecas

e fornecesse o indispensável apoio. À data de 1919, o país dispunha de sessenta e oito Bibliotecas Municipais, doze estavam em fase de instalação e dezassete arrecadavam menos de dois mil volumes. Das cinquenta bibliotecas móveis organizadas, em 1920, só funcionavam vinte e duas em 1922 e em, 1926, baixaram para dezanove, com níveis de utilização reduzidíssimos. Os «palácios de leitura» não cintilaram, mas no meio de tantas dificuldades emergiu o altruísmo generoso de um novo ideário de Bibliotecas, que teceu linhas de orientação amadurecidas, gradualmente, desde o séc. XVIII e que se projectaram para o futuro.

3.2.2. As Bibliotecas em Tempo de Ditadura (1926-1974)

O panorama das bibliotecas portuguesas, nas vésperas da instauração da ditadura militar, em 1926, era, francamente, desolador e conhecerá agravamentos nas décadas seguintes, não obstante, em 1927, o Governo retomar o projecto de dotar o país com uma vasta rede de leitura popular. Inevitavelmente, neste domínio e noutros, levantava-se uma política fortemente centralizada, na figura da Biblioteca Popular de Lisboa, que teria um papel chave para expandir o acesso à leitura e à informação, de que eram expurgados quaisquer livros, publicações periódicas, folhetos atentatórios à moral pública e à segurança do estado.

Posteriormente, o Decreto nº. 19.952, de 27 de Junho de 1931, que desdobraremos em dois planos, aposta na revalorização da importância das bibliotecas populares e da leitura, encarados como instrumentos indispensáveis para combaterem o analfabetismo; promove-se com as convenientes cautelas e segurança, mais uma vez, a oferta de serviços, como o empréstimo domiciliário, a abertura de salas de leitura de jornais e a difusão de bibliotecas móveis. Num segundo plano, o orgânico, assistimos a uma segunda remodelação, pós 1910, das Bibliotecas e Arquivos Nacionais e à criação do Depósito Legal, que poderemos considerar, como uma medida, deveras significativa, para a actualização e aumento dos fundos documentais das Bibliotecas Públicas, dele beneficiárias. O Depósito Legal consiste na obrigatoriedade de entrega, na Biblioteca Nacional, de um número fixo de exemplares de monografias e publicações periódicas, impressos, publicados ou difundidos no país. A Biblioteca Nacional assume o encargo de redistribuir, mensalmente, aqueles exemplares, por um grupo de Bibliotecas Públicas. O Decreto de 1931 beneficiou, inicialmente, oito bibliotecas, nas quais se

incluía a de Évora e sujeito a diversas alterações até 1986, contempla, presentemente, dez bibliotecas.

Quanto à reorganização, o postulado legislativo de 1931 considera públicas todas as bibliotecas do Estado, independentemente do estabelecimento a que pertençam e divide-as em quatro grupos: bibliotecas gerais, bibliotecas das escolas, bibliotecas especiais, bibliotecas municipais e bibliotecas paroquiais. No que se refere às bibliotecas móveis, está documentada uma Biblioteca Móvel, criada na década de 40 do séc. XX, que a partir de Braga, enviava livros para todo o país, por meio de assinatura, e que por razões de natureza política, acabaria por ser dissolvida, em 1951.

Estas medidas legisladas pelo Estado Novo não passaram de uma carta de intenções, não tiveram aplicação prática e constituíram um espelho de um regime político, em que preponderavam a repressão, a censura, as restrições à liberdade de pensamento e onde as leituras eram vigiadas. As bibliotecas, neste período, adoptaram, por contingência da ditadura, mais uma vertente patrimonial, de conservação de documentos, que confirmavam a memória heróica da Nação. Em 1958, um inquérito identificava oitenta e quatro bibliotecas, cuja maior parte, na verdadeira acepção do termo, não passavam de livros fechados em armários, por norma, no Salão Nobre das Câmaras Municipais, bem distantes do olhar e da leitura do comum do utilizador, com fundos documentais desactualizados, sem recursos humanos qualificados e de frequência irrelevante. Este panorama desolador já tinha sido identificado por um observador atento, que na década de 1880, retratava esta realidade observada em algumas Câmaras Municipais do distrito de Évora, que designavam por bibliotecas aqueles «armários fechados».

Mas, no meio deste marasmo cultural, soaram notas dissonantes, com relevo para a BPE e para o ano de 1958, quando a Fundação Calouste Gulbenkian fundou uma rede de Bibliotecas Itinerantes. A par desta inovação, a BPE abriu os serviços de leitura do Jardim de Diana, em 1939, de Maio a Setembro («Carta de Évora» in *Brados do Alentejo*, Estremoz, de 27 Set. 1942, p.8), iniciou o horário da Leitura Nocturna - 20,00-23,00 h. – inaugurado a 10 de Abril de 1940 («Biblioteca Pública de Évora», in *O Arraiolense*, Arraiolos, de 13 Abr. 1940, p. 4), e sabemos que em 1957, a Leitura do Jardim Público já estava à disposição dos leitores («Leitura nos jardins», in *A Defesa*, Évora, de 1 de Jun. 1957, p. 4). Também já referimos, que em 1946, Évora era a cidade da “província”, onde mais se lia. Os livros conquistaram pacificamente os jardins da cidade, a população aderiu, entusiasticamente, ao empréstimo domiciliário. A Câmara

Municipal de Évora financiou a iniciativa e a BPE foi ao encontro da cidade e transfigurou-se numa biblioteca aberta e, que agora, urge devolver aos habitantes da cidade. A Leitura dos Jardins de Diana e Público deve ter terminado, depois de 1962, e o horário de Leitura Nocturna encerrou, depois do 25 de Abril de 1974, e foi substituído pelo prolongamento dos serviços até às 20,00h.

Por sua vez a FCG avançou com uma rede de bibliotecas itinerantes, com o objectivo de aproximar o livro das populações mais isoladas das vilas e das aldeias, em que era oferecido aos utilizadores o livre acesso às estantes e o empréstimo domiciliário, serviços inovadores, no panorama geral das bibliotecas portuguesas. Todavia, é o ano de 1961, que podemos considerar, como o momento crucial de implantação e reforço desta nova política leitoral, quando começam a coexistir as quinze unidades móveis iniciais da FCG, com as bibliotecas fixas das sedes de concelho. Nas vésperas da Revolução do 25 de Abril, em 1972, a FCG dinamizava a leitura pública, mediante o funcionamento de uma rede de sessenta bibliotecas itinerantes e de cento e sessenta e seis fixas, assumindo um papel demais evidente, na cobertura do país, ao substituir o Estado, tanto no cumprimento das suas responsabilidades, como no preenchimento de vazios culturais que competiam aos poderes públicos. Inovação esta bem presente nas actividades de animação cultural que apresentavam, no espaço biblioteca, tais como recitais, exposições, encontros com leitores, conferências, debates, bem como a edição de um boletim difusor das iniciativas da Fundação, no território continental e insular. Neste contexto, não posso esquecer o contributo oferecido pela Biblioteca Fixa da FCG, para o despertar das minhas primeiras práticas leitorais, mais tarde para a frequência de um Curso Técnico de Biblioteca, Arquivo e Documentação, profissão que exerci por alguns anos e para a frequência do Mestrado em Ciências Documentais. Como escreveram dois jornalistas «A Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) começou, por ser, mais que *um Ministério da Cultura*, um Estado dentro do Estado», (CARITA e outro, 2005 p.22-23).

A eclosão da nova era democrática implantada pelo 25 de Abril trouxe ventos de mudança para as bibliotecas que só tomaram corpo, a partir de 1987, com o arranque da Rede Nacional das Bibliotecas Públicas, facto novo que acelerou, principalmente, depois de 1984, um processo gradual de transferência dos fundos documentais da tutela das Bibliotecas Itinerantes e Fixas da FCG para a alçada das Câmaras Municipais que os receberam, por regime de depósito ou de doação, nas suas bibliotecas.

3.2.3. As Bibliotecas nos primeiros anos da Democracia (1974-1983)

Na sua pluralidade de objectivos, a Revolução do 25 de Abril tornou-se conhecida pela trilogia dos três D's: democratizar, descolonizar e desenvolver. Neste domínio, as questões de desenvolvimento norteavam-se mais pelo progresso económico e melhoria do nível de vida e das infra-estruturas, nomeadamente, abastecimento público de águas, saneamento, estradas, electrificação, etc. Outras necessidades fundamentais, como são as bibliotecas, não foram consideradas necessidades básicas, em termos prioritários, situação só perceptível pelo facto de Portugal se localizar na periferia da Europa, arrastando consigo todas as razões agravantes dos condicionalismos de um país em vias de desenvolvimento. Mesmo tendo em conta que a questão da problemática da leitura estava praticamente esquecida do ideário político dos governantes, ainda se inauguraram vinte novas bibliotecas, moldadas em esquemas ultrapassados, nos primeiros anos pós - 25 de Abril. Todo este quadro reflectia a ausência de uma política nacional, para o sector do Livro e da Leitura e o desconhecimento dos Manifestos da UNESCO DE 1949 e de 1972, não obstante as suas recomendações democratizantes e de livre acesso às bibliotecas.

3.2.4. «O Manifesto da Leitura pública»: a antecipação da mudança

Em 1979, Luís Cabral e Manuel Real apresentam uma comunicação subordinada ao título «A biblioteca pública», no VII Encontro da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), que consideramos a pedra angular, qual mola propulsora, para iniciar um debate público e abrangente relativo às mudanças, que tantos ambicionavam para as bibliotecas. O texto foi publicado, no segundo volume das actas do referido Encontro, e mais tarde, em 1982, foi vulgarizado, em separata, no sentido de alargar a discussão de um assunto deveras importante e, que o Portugal democrático tinha relegado para segundo plano. De facto, o investimento em bibliotecas públicas não era entendido, como prioritário, conforme constataram os referidos autores, «Num país onde, por razões em que avultam a emigração e analfabetismo, a diluição da identidade cultural é uma pesada realidade, impõe-se, a par da reforma do sistema educativo, uma profunda transformação das bibliotecas públicas» (CABRAL e outro, 1982, p. 7).

Se a comunicação de Cabral e Real descreveu o contexto fiel da realidade das bibliotecas portuguesas, marcante foi para o sector, como momento de viragem, o Seminário dedicado ao tema «Animação de Bibliotecas». Teve lugar, em Lisboa, entre 31 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1983, por iniciativa do Instituto Português do Livro, em colaboração com a BAD, foi orientado pelo bibliotecário Jean Tabet, da Biblioteca Municipal de Gardanne (França) e das reflexões deste encontro, que reuniu um número alargado de profissionais de Bibliotecas, de várias sensibilidades, emergiu a apresentação do «Manifesto da Leitura Pública». Este documento, que antecipou o futuro, parte de uma realidade preocupante: o país está desprovido de um verdadeiro sistema de bibliotecas públicas e as existentes não passam de instituições mortas, apagadas, independentes umas das outras e desgarradas do meio, em que se localizam, não passam de meras salas de leitura destinadas a estudantes. As instalações são antiquadas tal como o mobiliário, escuras, solenes, nada convidativas aos potenciais utilizadores. São muito raros os exemplos de «boas práticas» e de integração, na comunidade.

Perante este cenário desolador, num país que se preparava para entrar para a Europa comunitária, o manifesto conceptual da Leitura Pública define-a, como a construção de uma relação entre a criação e o público, revestida de dois objectivos, um no plano cultural, que visa facultar o acesso de todas as camadas da população a todos os suportes documentais do conhecimento e outro no plano social, que procura formar o indivíduo, de modo a conseguir uma integração efectiva na sociedade, no âmbito de uma educação para a cidadania, consubstanciando-se, na liberdade de escolha. Assim, para que estes objectivos sejam alcançados, são elencadas três grandes directrizes. As bibliotecas públicas têm de abranger, de uma forma equitativa todo o conhecimento, que tem de chegar a toda os níveis etários da sociedade, sem qualquer tipo de discriminação social, profissional, com particular atenção para a especificidade da literatura infantil. Uma segunda linha de força reside no livre acesso de todos os utilizadores às estantes e no empréstimo domiciliário, pois só, assim se cumprirá a exigência de divulgação activa do livro e de todos os suportes do conhecimento (documentos impressos e não impressos). Por último, a biblioteca, prestando um serviço à comunidade, tem de ir ao encontro dos seus interesses, nomeadamente, as escolas, as associações culturais, profissionais, etc. Esta integração pressupõe a dinamização de actividades de animação cultural, com base no livro, como por exemplo, encontros com escritores, lançamento de obras, exposições, sessões de teatro, cinema, etc.

Alterar esta realidade profundamente negativa, de que fala o Manifesto, implica, que o Estado assumira as suas responsabilidades, neste sector, para que a prossecução das directrizes, acima enunciadas, seja atingida. A leitura pública rentabiliza as verbas despendidas no ensino, logo, tem de ser analisada, como um investimento, donde se retirarão dividendos, nomeadamente, a integração dos conhecimentos adquiridos e a consolidação dos níveis de alfabetização. A definição de uma política nacional de leitura pública, que compete ao Ministério da Cultura deve recolher o contributo dos profissionais do sector e a sua execução será desconcentrada nas Autarquias Locais. Esta articulação entre os poderes públicos pressupõe a criação de mecanismos de apoio financeiro, técnico e logístico, por parte da Administração Central, tendente à criação de bibliotecas, instrumento indispensável à formação de indivíduos aptos e conscientes, a fim de participarem no exercício pleno da sociedade democrática. Termina o «Manifesto da Leitura Pública» com a recomendação de que o Governo deve elaborar leis específicas, que regulem a actividade das bibliotecas.

As recomendações daquele texto tiveram repercussões, na imprensa da época, e expressaram-se, na formação de um corpo operativo, o Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas (GTBP), dentro da BAD, que retomou a defesa das linhas orientadoras do «Manifesto da Leitura Pública». Em Abril de 1983, o GTBP publicou um documento divulgador das grandes linhas de acção, «contribuir e ter uma intervenção activa no desenvolvimento das bibliotecas públicas, tanto nos seus aspectos puramente materiais (p. ex. meios financeiros, construção, equipamento, etc) como no que diz respeito à própria transformação das mentalidades: alteração da imagem da B.P., mudança de atitudes dos técnicos, autarcas e demais responsáveis, luta contra o marasmo, a indiferença e a rotina» (BAD-GTBP, cit. in NUNES, 1998, p.59). A dinâmica deste grupo de trabalho teve continuidade, através de contactos regulares, caracterizados por um forte empenhamento, junto do Instituto Português do Livro, dos autarcas responsáveis pelos pelouros da Cultura de Câmaras Municipais do centro e sul do país e dos técnicos das suas bibliotecas. O cerne da antecipação da mudança residia nos autarcas e nos técnicos, que seriam os principais protagonistas destas tão ambicionadas e desejadas alterações, que a produção teórica apontava.

O corolário deste contínuo trabalho manifestou-se em diversos encontros, sobre a temática de «Animação de Bibliotecas» que se realizaram em Braga (Junho de 1983), Montemor-o-Novo (Março de 1984) e Setúbal (Novembro de 1984) e em mais um seminário, orientado, por Jean Tabet, que reflectiu sobre «Planeamento de Bibliotecas

Públicas» e num «Colóquio Comemorativo dos 25 Anos de Serviço das Bibliotecas Itinerantes e fixas», promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, realizando-se este dois últimos, em Novembro de 1983. No centro da problemática, colocava-se a Leitura Pública e o tipo de bibliotecas, que melhor serviria o país. Em vésperas da antecipação da mudança, o país dispunha da BAD – Associação Profissional de Bibliotecários e de Técnicos – Auxiliares, com um forte poder interventivo e aglutinador de iniciativas. O IPL, embora, desprovido organicamente, de uma política de Leitura Pública estava mobilizado para melhorar os seus serviços. Também, um conjunto de autarcas estava muito sensibilizado para a mudança, reconhecendo o investimento, nas bibliotecas públicas, como uma actividade tendente à promoção cultural e à fixação das suas populações, à semelhança dos serviços prestados pela Fundação Calouste Gulbenkian, uma instituição privada, que foi pioneira no livre acesso às estantes e no empréstimo domiciliário, como objectivos prioritários.

Capítulo 4 – A edificação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

4.1. O cerne da mudança

No início da década de 80 do séc. XX, começaram a soprar ténues ventos de mudança, no seio da Administração Central, com a criação do Instituto Português do Livro, estabelecido pelo Decreto Regulamentar nº. 17/80, de 23 de Maio e do Instituto Português do Património Cultural, constituído pelo Decreto Regulamentar nº. 34/80, de 2 de Agosto. A orgânica do IPL desenvolvia-se, no âmbito da defesa, protecção e expansão do livro, no sentido de promover a actividade editorial de livre iniciativa, enquanto suporte da leitura pública e é nesta especificidade, que se fixa a cooperação e o apoio a bibliotecas. Por sua vez, ao IPPC cabem, essencialmente, um conjunto de objectivos, na área da conservação do Património Cultural e na tutela e coordenação das bibliotecas, serviços de documentação, arquivos, museus e monumentos, dependentes da Secretaria de Estado da Cultura, bem como apoio técnico e fiscalização a bibliotecas e museus, sob outras tutelas. Quase, exclusivamente, vocacionado para o aspecto patrimonial, o IPPC desconhece, tal como o IPL, uma política destinada à promoção da Leitura Pública.

A inexistência de uma política nacional, neste capítulo, motivou iniciativas pontuais, depois estruturadas, de profissionais do sector e da BAD, como já referimos, anteriormente. E, dentro desta vontade de mudar, emergiram sinais visíveis, de que já falámos, tais como a publicação de «A Biblioteca Pública» de Cabral e Real (1982) e do «Manifesto da Leitura Pública» (1983) cujas soluções pragmáticas receberam total aceitação, por parte da Administração Central.

Das conclusões de uma comissão nomeada pelo Despacho nº. 155/85 da Secretaria de Estado da Cultura, no âmbito das bibliotecas, saiu uma linha norteadora, que considerou a imperiosa necessidade de cobrir, progressivamente, todo o país com uma rede de bibliotecas públicas. Sugeria-se, que estes espaços culturais deveriam ser adaptados às necessidades reais dos tempos e garantiriam, de uma forma equilibrada, às populações o direito à cultura. A solução seria assegurada pela articulação entre os Poderes Central e Local.

Por sua vez, nesta sequência, o Despacho n.º 23/86 da mesma Secretaria nomeou a Dr.ª Maria José Moura, presidente do Conselho Nacional da BAD, para coordenadora de um Grupo de Trabalho, cuja composição seria da sua competência, a depender directamente do gabinete da SEC, e com o apoio do IPL. Este Grupo de Trabalho, coordenado pela referida Técnica Superior, foi constituído pelos Drs. Pedro

Vieira de Almeida, Joaquim Macedo Portilheiro e Dr^a. Maria Teresa Calçada e competia-lhe apresentar, dentro de três meses, propostas nos planos orçamental, normativo, repartição de responsabilidades entre o Governo e as Autarquias, no que se refere a instalações de bibliotecas, constituição de fundos documentais, formação profissional, dinamização do livro e sensibilização da leitura. Num outro plano, era dado ao Grupo de Trabalho um prazo de oito meses para que fosse definida uma proposta de uma política nacional participada de Leitura Pública.

As propostas do referido Grupo de Trabalho voltavam a insistir no mesmo modelo conceptual, que contemplava soluções pragmáticas, toda uma linha de continuidade, que caracterizava os projectos matriciais assumidos pela produção teórica, desde a realização do Seminário «Animação de Bibliotecas», orientado por Jean Tabet. Definitivamente, ficaram para trás as «cartas de intenções», desenhadas e várias vezes ambicionadas, pelos governantes nacionais, desde os tempos do Liberalismo. Agora, o Estado assumia, plenamente, as suas responsabilidades, nos domínios das bibliotecas e da criação de uma política de Leitura Pública, assegurando os recursos humanos, técnicos, e financeiros, indispensáveis à sua real implementação. O Grupo de Trabalho publicou o relatório subordinado ao título «Leitura pública: rede das bibliotecas municipais», em Julho de 1986, e depois de fazer um breve historial das bibliotecas públicas portuguesas, traça um quadro negro da realidade nacional.

Com referência a um inquérito realizado, em 1985, pelo IPPC e pela BAD, observamos, que, dos 275 municípios do país apenas 97 (35%) informavam possuir, sob a sua total dependência uma biblioteca, exclusivamente, municipal, isto é, a funcionar, em edifício municipal, com fundos documentais próprios e pessoal contratado pelo Poder Local.

Mesmo tendo em conta, que foram excluídas as Bibliotecas Fixas da Fundação Calouste Gulbenkian, o retrato do país é, deveras sombrio. As bibliotecas continuavam instaladas em edifícios escuros, solenes, com horários reduzidos, apetrechadas com mobiliário desadequado, fundos documentais desactualizados, audiovisuais, praticamente, inexistentes, sem quadro privativo de pessoal, caracterizadas pela quase ausência total de formação, no âmbito das competências BAD. O utilizador é visto como um intruso, a quem por norma, é interdito o acesso livre às estantes, bem como o empréstimo domiciliário e o Bibliotecário representa alguém «sem rosto», por regra, inacessível e sempre embrenhado na consulta de documentos antigos, aferrolhado, no seu gabinete. Em finais dos anos 60, A Biblioteca Municipal de Redondo/Fixa da FCG

abria entre as 17,00 e as 20,00 h, e para lá era deslocado um funcionário, que aceitava, com renitência, o seu lugar de desterrado...

O relatório centrava a sua arquitectura, numa divisão de responsabilidades entre o Estado e os Municípios, tendente à abertura de uma rede de bibliotecas municipais, que abrangesse, progressivamente, todo o país. Aliás esta foi uma das propostas do texto conclusivo da Comissão do Livro, criada pelo Despacho nº. 155/85. O Estado assume-se, então, como a entidade promotora desta nova política de leitura, cabendo a execução aos Municípios. As bibliotecas seguiriam três modelos, as BM1 e as BM2, de acordo com o número de habitantes de cada concelho e um terceiro, Bibliotecas Municipais, em Desenvolvimento, para casos particulares de alguns concelhos. Independentemente, do tipo de biblioteca a abrir, todas deveriam contar com um plano comum de divisão do espaço: átrio, secção de adultos, secção infantil, ambas com livre acesso às estantes, consulta local, empréstimo domiciliário, serviços de periódicos, secção de audiovisuais, sala polivalente para actividades de animação, gabinetes de trabalho e depósitos. O cerne da mudança residia nas estantes de livre acesso, classificadas, segundo a CDU e numa política de promoção do empréstimo domiciliário, de formação profissional específica e contínua e de actividades de animação, com vista a integrar o equipamento biblioteca, na Comunidade. Como vimos, a arquitectura conceptual do relatório não acrescenta nada de novo, contudo, tem o mérito de formalizar, junto do Poder Central, as conclusões de um amplo debate, iniciado nos primeiros anos da década de 80 do séc. XX.

Inquestionavelmente, começavam-se a dar os primeiros passos da mudança, tão desejada e tornada possível em termos operativos, por parte do Estado, que revelava, agora, uma real vontade de alterar as estatísticas desoladoras da realidade da Leitura Pública. Ainda, por sugestão do Grupo de trabalho, o IPL é reformulado, nas suas incumbências específicas e passa a designar-se por Instituto Português do Livro e da Leitura (Decreto-Lei nº. 71/87, anexo B). Doravante, o IPL reservará, para si, a missão de construir uma política de Leitura Pública e de planificação de intervenção do Poder Central, no âmbito das bibliotecas, a articular em parceria, com os Municípios. Por outro lado, ao IPL, competiam-lhe as atribuições de desenvolver políticas, que promovessem o livro e a leitura, nos países de expressão oficial portuguesa e a definição de estratégias de divulgação da produção literária, no estrangeiro.

Na sequência do referido Decreto – Lei, a Administração Central financia 50% dos custos totais das obras, a estabelecer em contratos-programa, a assinar com o Poder

Local, mediante apresentação de candidaturas. Os contratos – programa enquadram construção de bibliotecas, de raiz ou adaptação em edifícios antigos, aquisição de equipamentos e de fundos documentais, formação profissional e promoção de actividades de animação, de acordo com um conjunto de pré – requisitos fixados pelo IPLL. As metas desta política de Leitura Pública definiam uma etapa de cinco anos, em que se construiriam 82.00 m² de bibliotecas em cerca de 90 Municípios, de modo a abranger um terço do território nacional. Fundamentados os requisitos para o arranque da política de Leitura Pública, o IPLL, em 19 de Março de 1987, em colaboração com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, divulgou, junto de todas as Câmaras Municipais os objectivos da recém criada Rede de Bibliotecas Municipais da Leitura Pública, acompanhados de toda a documentação de suporte técnico e financeiro, no sentido de sensibilizar os Municípios a aderirem às propostas do Estado. O Poder Local aderiu, de uma forma entusiástica a este apelo do IPLL, na medida em que responderam, afirmativamente, um total de 178 Municípios, acabando por serem seleccionados 51 concelhos, após demorada análise das candidaturas. Em 1988, candidataram-se 86 Municípios e foram aprovados 18 contratos – programa pelo IPLL, que naquele mesmo ano, reajustou a tipologia das BMs, de acordo com novos parâmetros decorrentes de necessidades específicas apontadas pelo acumular de experiência de obras cumpridas. Surgem, assim, as BM3, destinadas a concelhos com mais de 50.000 habitantes. Paralelamente, a esta revisão da tipologia das bibliotecas, também, os programas - tipo das BM1 e BM2 sofreram algumas alterações, no que reporta ao aumento da área dos áudio – visuais. Em 1989, no seguimento de vários ajustes e alterações, nos processos de candidaturas, não se celebraram contratos – programa. Para o biénio 1990/91, candidataram-se 80 Municípios.

Contudo uma das propostas específicas do Relatório sobre a Leitura Pública – o Projecto Bibliopolis, que aconselhava, de forma sumária, uma solução própria para os grandes centros urbanos de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga, contrariamente, às expectativas, ainda não passou do papel. Com efeito, estava previsto, que o Projecto Bibliopolis permitisse uma adequação própria direccionada para bibliotecas públicas e municipais desses centros urbanos, mediante directrizes do IPLL, com a contrapartida de entrega de apoios técnico e financeiro. Em fins de 1990, a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Braga assinaram uma parceria, em que mostravam a sua vontade de integrarem esse projecto específico da Rede Nacional da Leitura Pública. Mais tarde, o acordo entre estas duas entidades abrangeu o IPLL, através da celebração de um

contrato – programa, que aprova, superiormente, a aplicação do Projecto Bibliopolis para Braga. O IPPL concedia uma verba destinada à adaptação do antigo Albergue Distrital, entretanto cedido pela SEC à Universidade do Minho, para instalação de uma biblioteca da Leitura Pública, bem como os respectivos terrenos anexos para futura expansão dos serviços da BPB. O Projecto Bibliopolis consagrava o estabelecimento de uma definição precisa dos papéis da BPB, articulando a sua tradição de biblioteca erudita e patrimonial com uma reformulação parametrizada à filosofia dos serviços oferecidos pela Rede Nacional das Bibliotecas Públicas. Logo, tinha de ser executado, naquele projecto, a abertura de secções de adultos, crianças e audiovisuais, livre acesso às estantes, empréstimo domiciliário, alargamento da área de depósitos, informatização, criação de novos serviços, espaços de animação e de uma rede de bibliotecas municipais.

Mesmo sem a execução plena do Projecto Bibliopolis, as conclusões do Grupo de Trabalho, criado na sequência do Despacho n.º 23/86, coordenado pela Dr.ª Maria José Moura foram dotadas de meios técnicos e financeiros, a completar com uma forte aposta, na formação profissional contínua dos Técnicos de BAD, rumo à construção de uma política de Leitura Pública. A transformação orgânica do IPL em IPLL confirmou a vontade do Estado em assumir a condução de uma política nacional de Leitura Pública, conforme já afirmámos. Tratava-se, assim, de uma alteração radical, uma vitória histórica, sem precedentes e, que o país perseguia, sem êxito, desde as iniciativas pontuais de Cenáculo à primeira biblioteca do Liberalismo (1833), passando pelas promessas republicanas dos «Palácios da Leitura». Em 1992, a SEC instituiu uma política vertical para os sectores culturais, extinguindo o IPLL, o qual foi integrado, na Biblioteca Nacional, com a designação de Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Apostava-se, assim, numa política, que pretendia articular os aspectos patrimoniais com a difusão do livro e da leitura. Tamanha modificação orgânica, bem cedo, demonstrou, que a referida fusão não arrastou consigo melhorias visíveis para o sector. De facto, a dinâmica do IBNL não correspondia ao reforço dos hábitos de leitura e à expansão do público de leitores, que exigia a dinâmica das bibliotecas integradas, na RNBP. Também, a emergência das Tecnologias da Informação, em conjugação com as dificuldades estruturais do livro impôs uma política integrada para o papel do livro. Este passa a ter um enfoque particular, em que se valoriza uma nova relação, que estende do criador ao leitor. O livro é, agora encarado, numa dupla visão: bem económico e bem

cultural, que deve ser apoiado. Desta forma, é extinto o IBNL e, em 1997, é criado o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

4.2. Realidades e números que fazem a Rede

Num arco temporal, que se estende desde 1988 a 1999, foram inauguradas 80 bibliotecas, número demonstrativo do sucesso de uma nova política cultural, que acreditava na modificação das práticas leitorais de um país caracterizado pela tradicional iliteracia (ver quadro 1)

Quadro 1

Bibliotecas Públicas inauguradas (por ano)

1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total
1	4	2	9	13	13	3	10	4	16	2	3	80

Fonte: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (cit. in CALIXTO, 2000, p.3)

Estas novas bibliotecas, integradas na RNBP, disseminaram-se, de norte a sul, do litoral ao interior, com a relevância de que algumas delas abrirem as suas portas, em concelhos, onde funcionavam em edificios acanhados, obsoletos, com horários reduzidos ou que nunca tinham beneficiado de tal equipamento cultural. Em alguns Municípios, tornaram-se na «menina dos olhos» dos autarcas, que apostaram nas bibliotecas, como um dos indicadores significativos do progresso e da melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Agora são vistas como infra estruturas indispensáveis para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, numa crença, nas suas potencialidades, para recuperação de um atraso estruturante, face ao distanciamento dos grandes centros urbanos. As bibliotecas e a leitura pública passaram a ser perspectivadas, como um investimento crucial para melhorar a «imagem» dos seus concelhos, tão imprescindível, como uma sala de cinema ou o asfaltamento de uma rua ou estrada.

Estes novos edificios, construídos de raiz ou resultantes da adaptação de edificios antigos, valorizaram o casco urbano, assumiram uma significância social de relevo, na medida em que se tornaram um factor de integração, «na geografia pessoal dos cidadãos» (VENTURA, 2002, p.74), «uma biblioteca que convida a entrar» (GASCUEL, 1987, p.16). Os espaços são abertos, com interiores envidraçados,

luminosos, com esplanadas, que facilitam a interação, com o exterior envolvente, espaços transcendentais de tranquilidade, que remetem o leitor para viagens de criação e de recriação de afectos, de partilhas, de lugares, onde gravitam sentimentos de pertença e de coesão. As bibliotecas são espaços, simultaneamente, pragmáticos e imaginários, em que o seu espaço físico, com os seus cantos e recantos se identifica com as praças, as travessas, se preenche com as estantes, onde, também se lêem nomes, tal como nas placas toponímicas.

Embora não exista, em Portugal uma tradição de arquitectura de bibliotecas, existem alguns edifícios, construídos de raiz ou recuperados, que nos remetam para um conjunto de valores de uma modernidade, para a qual despertámos tardiamente. Entre os edifícios emblemáticos da RNBP, podemos incluir, o da Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes, de Portimão, de «plano aberto», num só piso, oferecendo, aí, aos utilizadores toda a informação, nos mais diversos suportes; o da Biblioteca Municipal de Almeirim, construção moderna, de raiz, a marcar uma centralidade, numa zona de expansão urbana; o da Biblioteca Municipal Rosa Peixoto, na Póvoa do Varzim, que, por detrás da velha fachada romântica de granito, descobre «um grande cenário de vidro ondulante a sugerir o movimento da página de um livro» (GARCIA, 1992, p.13-19, cit. in VENTURA, 2002, p. 76); o da Biblioteca Municipal de Beja José Saramago, pela sua grande volumetria (mármore, madeira e vidro) e pela sua envolvimento e centralidade, localizada perto de uma Escola, de um Jardim-de-Infância e da Casa de Cultura; o da Biblioteca Municipal do Seixal, que reproduz um espaço da via pública, com calçada à portuguesa e candeeiros de iluminação pública, grande estrutura envidraçada a olhar o azul do céu e o rio Tejo; e outras bibliotecas, que instaladas em edifícios antigos (palacetes, casas senhoriais, antigos conventos, antigas cadeias) recuperados das ruínas, recriaram novas noções da memória dos lugares, como as de Ponte de Lima, de Guimarães, de Abrantes, do Crato e tantas outras.

As primeiras 80 bibliotecas da Rede Nacional das Bibliotecas Públicas, que foram inauguradas, revelam que, depois de 1987, o país já não era o mesmo. A realidade nacional estava a passar por profundas mutações, no sector da leitura e das bibliotecas, com vista à recuperação de um atraso que nos separava das estatísticas dos países da União Europeia. Se, antes da definição da clara vontade política de alterar o quadro negro das bibliotecas, estas trabalhavam, individualmente e desgarradas de quaisquer indícios de linhas de tarefas comuns, sem relações entre si, conforme já referimos, doravante falarão a uma só voz.

As bibliotecas apresentam-se, como agentes activos e intervenientes, nas comunidades locais e no contexto da pluralidade nacional, conseguindo, perante a Comunicação Social um papel de relevo, antes menosprezado. Sintomático deste novo e diferente entendimento da biblioteca pública, foi um artigo de Carvalho e Pena, (2000), (cit. em CALIXTO, 2000, p. 2), publicado na revista *Visão*, onde se pode ler:

«São bibliotecas de portas abertas, estas da nova geração. Acabaram - se os espaços sorumbáticos com cartazes a impor o silêncio, fichas burocráticas para requisitar livros. Hoje o self-service das obras é ponto assente. Aliás tudo ali é para ser mexido e usufruído. Tudo ali está organizadamente desarrumado. Tudo ali está vivo. Desde a secção infantil, ateliers, zonas de áudio, vídeo e multimédia, a área da Informática e da Internet, passando pelos bares e auditórios...».

Este panorama revelador das rápidas transformações, operadas no conceito de biblioteca pública, antes desconhecido pela maioria dos bibliotecários indiciava, que o nosso país estava a construir um caminho para o futuro. Alicerçava-se, numa escala gradual de cumprimento dos princípios conceptuais dos Manifestos da UNESCO (IFLA, 1994). Para Carvalho e Pena, que são observadores estranhos à especificidade da missão da Biblioteca Pública, ressalta a ênfase colocada, nos aspectos relacionados com a acessibilidade dos utilizadores às estantes, com a organização sistemática dos livros, com o acervo de documentos não impressos, e a oferta de outros novos serviços, como as TIC e os novos espaços de apoio aos utilizadores e à comunidade.

Do plano conceptual da RNBP, a realidade nacional transitou para uma aplicação prática, que se caracteriza por:

«Espaços completamente novos ou renovados, geralmente de grande qualidade arquitectónica [...] mobiliário e equipamentos novos, atractivos e funcionais, ergonomicamente concebidos [...] recursos de informação novos, diversificados e actualizados, constituídos por materiais impressos e audiovisuais, englobando de forma crescente suportes digitais; recursos humanos com formação especializada recentemente adquirida».

(CALIXTO, 2000, p. 5)

Depois, este autor conclui o mesmo texto, com especial focalização, para as grandes diferenças do passado:

«Os serviços para crianças e jovens, anteriormente praticamente inexistentes, e que têm desenvolvido um intenso trabalho de promoção do livro e da leitura, traduzindo-se na captação de novos utilizadores e representando claramente um investimento para o futuro; os sectores audiovisuais, que alargaram o anterior conceito de Biblioteca [...] e contribuindo igualmente para a atracção de públicos pouco susceptíveis de serem atraídos exclusivamente pela leitura; actividades de animação regulares; uma filosofia de gestão preocupada com aspectos essenciais do “marketing” [...]; adaptação progressiva das Tecnologias de Informação e Comunicação, fazendo uso local dos CD-ROM’s e disponibilizando o acesso à internet; disponibilização crescente de serviços de informação à comunidade e às empresas, assumpção progressiva de papéis como os de apoio à aprendizagem ao longo da vida».

José Calixto sintetiza, de facto, com base, no excerto do texto supra, um conjunto de dados recolhidos, a partir de relatórios de investigação realizados, no nosso país e no estrangeiro, constatando, que já é possível encontrar bons exemplos de bibliotecas públicas portuguesas a oferecerem serviços referenciados pelas normas do Manifesto da UNESCO de 1994. Falamos de uma biblioteca que convida a entrar, «isto é, uma biblioteca onde nos apeteça ir», conforme dissemos, na introdução. (ECO, 2002, p. 45)

Com evidência, esta estratégia, que defende uma filosofia de «fixação» de utilizadores e de captação de novos públicos, através da oferta de novos serviços, como novos suportes de escrita e todo o tipo de pedidos de consulta, já é abordada por Anne-Marie Chartier (1992, cit. in FURTADO, 1999, p.11), como uma meta que era necessária para a realidade francesa, mesmo antes de 1914. Este novo discurso de biblioteca pública remete-nos para a ideia de transformar estes lugares em espaços polivalentes de oferta de informações de todo o género, que não os usuais. Segundo as sugestões de Coyecque, inscritas no «*Bulletin de l’Association des Bibliothécaires de France*», em 1914, as atribuições das bibliotecas deveriam passar por:

«A biblioteca municipal deve visar e atingir um triplo objectivo: distrair, instruir, informar, fornecendo informações de qualquer género, um horário de comboio, a escolha de uma creche, um caso de reforma, as condições de um exame, uma dificuldade jurídica, uma formalidade administrativa, etc. [...]. São evidentes os benefícios do livre acesso às estantes, condição essencial, indispensável a um bom rendimento».

(COYECQUE, cit. in FURTADO, 1999, p. 11-12).

Estava proclamada uma das características cruciais da Biblioteca contemporânea, a prioridade no livre acesso às estantes aquela pedra angular, que o bibliotecário não pode rejeitar para construir bibliotecas e que já o Arcebispo de Évora tinha escrito «As bibliotecas só se compreendem, enquanto forem úteis e de fácil acesso para o público» (Cenáculo, 1790, cit. in VAZ; 2003, p. 487).

A oferta gradual de novos serviços, como é o caso dos documentos não impressos, CDs, videocassetes e de outras informações de carácter utilitário fez com que as bibliotecas francesas começassem a ser conhecidas por mediatecas, na década de 60. Pretendiam, assim, os bibliotecários franceses responder, com esta nova designação, à pluralidade de novos serviços e suportes, de modo a disponibilizar informação a um todo social. Independentemente das desigualdades sociais, dos diferentes níveis de literacia ou iliteracia, não haveria exclusão social, garantindo o Estado a total gratuidade dos serviços. Arquétipo francês, que inspirou toda a produção teórica inspiradora da RNBP e dinamizou os seus primeiros passos. Estava-se, ainda longe das políticas conservadoras inglesas dos anos 80 e 90, tendentes à privatização das Bibliotecas Públicas, que tanto tem contestado Bob Usherwood (1999).

Mesmo antes da publicação do primeiro Manifesto da UNESCO (1949), os bibliotecários franceses, ingleses e nórdicos foram incorporando, no seu ideário, muitas das atribuições, que caracterizam as bibliotecas, como lugares -chave da esfera pública contemporânea. Falamos da constituição, enriquecimento, actualização e universalismo das suas colecções, em toda a espécie de suportes. Tudo, em nome da captação de novos públicos, da gratuidade de prestação de serviços e da interiorização de que as bibliotecas constituem, complementarmente, lugares de socialização, de formação cívica, e de debate público de ideias. Vontade de mudar, que se manifestou, de forma transversal, no Manifesto da UNESCO de 1949, que é considerado o paradigma mais consensual, o documento mais importante para os bibliotecários.

Aquele documento referência, entre as diversas considerações, ampliava a missão histórica das bibliotecas públicas, como parceiros imprescindíveis para a prossecução do processo educativo e como uma força comunitária fundamental para a socialização do indivíduo. A segunda versão do Manifesto da UNESCO, publicada, em 1972, dilata, ainda mais, os princípios norteadores de 1949, no sentido em que a biblioteca pública tem que assumir a missão de contribuir para a preservação e difusão da memória editorial, constituindo-se, como um instrumento pluridisciplinar de melhoria e dinamização cultural. Inovadoras, neste documento, são as preocupações com a criação de novos serviços específicos, isto é, para o público infantil e para as pessoas com deficiência, na medida em que aparece, pela primeira vez, tal menção:

«O texto de 1972 define a biblioteca pública como uma instituição democrática de ensino, de cultura e de informação *«ilustrando a fé na democracia, da educação para todos e em todas as idades, assim como na aptidão de cada um para apreciar as realizações da humanidade no domínio do saber e da cultura»*, assumindo-se como *«o principal meio de dar a todos livre acesso ao tesouro dos pensamentos e das ideias humanas e às criações da imaginação do homem»*.

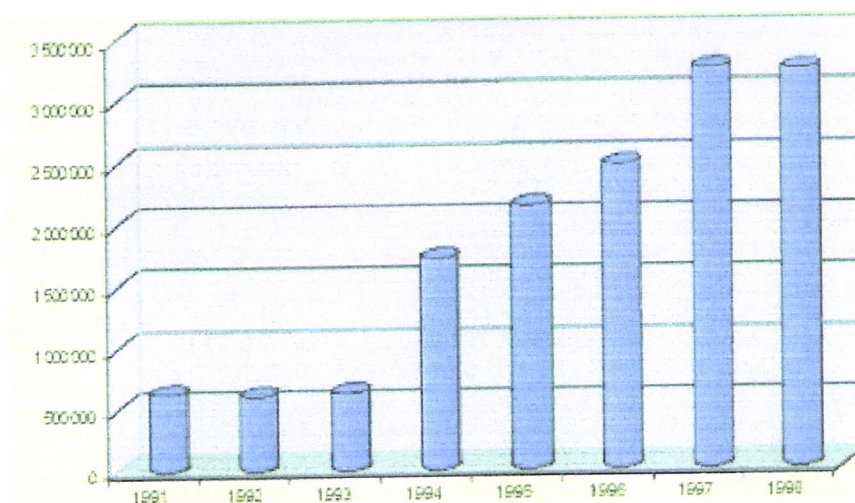
(VENTURA, 2002, p. 82)

Termina o texto de 1972 com o conselho de que a biblioteca pública deve empenhar-se em facultar o acesso livre a todas as pessoas da comunidade, sem distinção de raça, nacionalidade, sexo, língua, religião, estrato social ou nível de habilitações. Trata-se de uma biblioteca para todos, em que se assume, claramente, a gratuidade dos seus serviços. Se o Manifesto de 1949 coloca uma tónica particular, no papel educativo da biblioteca pública, concluímos, que a edição de 1972 acumula este enfoque com a promoção do acesso livre ao conhecimento, à cultura e ao lazer.

Retomando a análise das profundas mutações operadas, no panorama da RNBP, constatamos, que, face às 80 bibliotecas inauguradas até 1999, «não é, pois surpreendente que o número dos utilizadores das bibliotecas públicas portuguesas tenha aumentado de forma tão significativa» (CALIXTO, 2000, p. 3). Com efeito, as estatísticas divulgadas pelo *Millenium Study* (LibEcon 2000), financiadas pela União Europeia provam, que o número de utilizadores inscritos nas bibliotecas públicas aumentou de 628.000, em 1991, para 3.233.904, em 1998, revelando um acréscimo, aproximadamente, de 6% para 32%. (ver gráfico 1). Se fizermos uma leitura complementar, observamos, que aqueles números foram multiplicados por 5 em 8 anos.

O número de empréstimos triplicou de 70, por mil habitantes, para 207, por mil habitantes, em 1991. Falamos, pois, de «uma revolução silenciosa», usando a feliz expressão de Calixto (1996, p. 100), que percorre, transversalmente, o país de norte a sul e as Regiões Autónomas, desde 2003 e, que não tem merecido a devida atenção, por parte dos órgãos de comunicação social, pelo impacto causado no acréscimo de utilizadores e da importância, que assumem, junto das comunidades, onde se constroem, quotidianamente.

Gráfico n.º 1 Utilizadores da RNBP (1991-98)



Fonte : (CALIXTO, 2000, p. 4)

Estes números, que fazem a Rede têm sido objecto de discussão, de análise em diversos encontros internacionais de bibliotecários, pelo que são apresentados, como exemplos de transformações bem sucedidas, a merecerem uma atenção particular. Um dos factores essenciais para o sucesso deste panorama em rápida transformação, justifica-se pelo sucesso da correcta parceria mediatizada pelo Estado e pelas Autarquias, que deram forma ao estabelecido, no Manifesto da UNESCO de 1994:

«A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e estatais. Deve ser objecto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a literacia e a educação».

Como exemplos, de reconhecido sucesso das Bibliotecas da Rede, podemos citar os casos das Bibliotecas Municipais de Beja e do Seixal, ambas inauguradas, em 1993, que demonstram uma tendência emergente para alterações positivas, nos hábitos de frequência de bibliotecas em Portugal. A Biblioteca Municipal de Beja/José Saramago corresponde à tipologia de uma BM2, ocupa uma área de 1.861 m² e dispõe de quatro pólos, localizados, em quatro freguesias do concelho, Salvada, Beringel, Albernoa e Santa Vitória, corporizando a ideia de abertura de uma «rede municipal de cultura», no âmbito de uma política de descentralização cultural. Os seus fundos documentais encontram-se, em constante renovação, e exemplificando, observamos um acréscimo, nos anos de 1996 e 1997, em que o número de monografias cresceu em mais de 10%, passando de 52.977 para 69.527 títulos, disponíveis para consulta local e empréstimo. Estes números excedem, claramente, a média nacional de aquisições das bibliotecas públicas portuguesas e ultrapassam, ainda, o clausulado do contrato-programa estabelecido com o IPBL, que aponta um número mínimo de 4.000 monografias a adquirir, anualmente.

Quanto aos documentos não impressos, em 1998, a BMBJS dispunha de 3.045 CD áudio e 1.153 vídeos, adquirindo-se mensalmente cerca de 180 títulos de publicações periódicas, (jornais e revistas), de âmbito local, regional, nacional e estrangeiro. E esta orientação para o crescimento contínuo do seu acervo documental permanece, em 2000, no sentido em que a BMBJS comprou mais de 6.000 documentos, ficando com um fundo de 112.569 documentos, devido a um investimento de 75.000 euros reservados para a actualização e renovação dos suportes informativos. No que se refere ao quadro de pessoal, em 1998, trabalhavam, na BMBJS 3 Técnicos Superiores de Biblioteca, Arquivo e Documentação, e 18 Técnicos-Adjuntos de Biblioteca, Arquivo e Documentação, a par de vários animadores pedagógicos, que prestam serviço, nas actividades da biblioteca infantil. Em conformidade, com os dados disponibilizados, entre 1997 e 2000, o número de utilizadores inscritos cresceu cerca de 35%, chegando quase aos 20.000, numa cidade, que possui 35.000 habitantes. Em 2000, esta biblioteca emprestou 84.000 documentos (VENTURA, 2002, p.71-72). Em 2005, já disponibilizava um fundo bibliográfico de mais de 120.000 monografias, CDs, CD-ROMs, DVDs, VHSs, recursos electrónicos, jornais e revistas. No plano editorial, a biblioteca edita duas revistas, a «Rodapé» e a «Pé de Página», sobre literatura. Ao longo do ano, desenvolve um conjunto de actividades, nomeadamente o Projecto Anual de Promoção do Livro e da Leitura, o Clube dos Papa – Livros (Clube de Leitura para pais

e crianças, entre os 6 e os 8 anos), Histórias de Colo e Embalo (projecto associado às actividades de Bebeteca, para pais e crianças, entre os 12 e 24 meses e entre os 2 e 5 anos), Comemoração do Dia Mundial do Livro, a 23 de Abril e Palavras Andarilhas (Encontro Nacional dos Aprendizizes de Contar). A BMBJS participa no projecto da Carta Europeia de Condução em Informática e, para além das ofertas tradicionais, desenvolve outros serviços, tais como, Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABES), Serviço de Apoio aos Pólos (SAPO), Serviço de Edições Municipais (apoio à edição de autores locais) e Serviços de Amblíopes e de Invisuais.

A Biblioteca Municipal do Seixal, mostra, igualmente, condições bastante favoráveis ao seu desenvolvimento. Funciona, numa área de 2.000m², tem dois pólos, um na Amora e outro em Corroios e um número crescente de «Pontos de Acesso» situados em «Lojas do Múncipe», multifuncionais, distribuídas por todo o concelho. No ano de 1999, a BMS oferecia 80.000 monografias, 610 CD-ROM, 5.145 CD áudio, 2.572 vídeos e 1.492 títulos de publicações periódicas a um concelho, cuja população ascende a quase 500.000 habitantes. Também, em 1999, o número de utilizadores era, na ordem dos 25.908, correspondendo a uma taxa de cobertura de 175, por cada mil habitantes, tendo sido os vários serviços utilizados 136.560 vezes, fazendo circular 156.693 documentos; o índice de utilização correspondeu a 1.053 documentos, por cada mil habitantes; o contador automático da biblioteca assentou 230.663 entradas. A biblioteca colocou mais de 50 computadores multimédia em rede, à disposição dos utilizadores. Os recursos humanos estavam contabilizados, num total de 34 Técnicos: 2 Técnicos Superiores, 19 Técnicos – Adjuntos, 7 Auxiliares e 6 técnicos especializados em áreas específicas de apoio. (VENTURA, 2002, p.72).

Estas alterações da realidade das bibliotecas públicas portuguesas, que indiciam a entrada, no trilho de um bom caminho, não devem justificar «um cruzar de braços», por parte das políticas culturais, que competem ao Ministério da Cultura e, que os bibliotecários devem influenciar. De acordo com o *Millenium Study*, Portugal é o país da Europa, que menos investe, nas suas bibliotecas públicas, não obstante reconhecermos os passos decisivos tomados para percorrer o longo caminho, até nos aproximarmos dos níveis médios europeus. Na década de 1985 a 1995, a SEC multiplicou por nove as verbas dispendidas, na área do livro e da leitura, tendo sido a maior fatia absorvida, no projecto de desenvolvimento e sustentação da RNBP. Por sua vez, este investimento foi ultrapassado pelos Municípios participantes, aspectos reveladores da inversão das políticas culturais tradicionais do passado.

Ainda à data do *Millenium Study*, enquanto a média europeia apontava para um investimento médio em bibliotecas públicas, na ordem dos 15.243 euros, por mil habitantes, a média portuguesa ficava, nos 1.799 euros. No capítulo do pessoal especializado, que trabalha em bibliotecas públicas, enquanto a média europeia era de 31,9%, por cada 100 mil habitantes, no nosso país era de 14,3%, por cada 100 mil habitantes. O número de livros e de periódicos encadernados, disponíveis na RNBP, cresceu significativamente, de 0,6 por mil habitantes, em 1991, para 0,9, por cada mil habitantes, em 1997, sendo a média europeia de 2 por cada mil habitantes. Em França, a média está em 2,2 e, na Finlândia está em 7,3, sempre por cada mil habitantes. Concluimos, assim, que em Portugal, o número de livros, por habitante, se encontra longe do projecto de revisão das «Guidelines» da IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*), que sugere uma orientação genérica, entre 1,5 e 2,5 per capita.

Constatar este atraso estrutural, no campo da leitura pública e das bibliotecas, torna a realidade portuguesa, ainda mais preocupante, quando comparamos os elevados índices dos países do norte europeu, com a inexistência de tradição de leitura pública, em Portugal. Quadro sombrio, que se agrava pelo facto de apenas metade da nossa população portuguesa possuir hábitos de leitura, de apenas 15% dos lares portugueses disporem de livros e, em última instância, os alarmantes níveis de iliteracia e de abandono escolar, que caracterizam a população.

Em 1995, pelo Despacho nº. 55/95, de 12 de Dezembro (anexo 2), do Ministro da Cultura é nomeada a Dr.^a Maria José Moura para coordenar um Grupo de Trabalho, com o objectivo de proceder a uma primeira avaliação do percurso da RNBP, até ao momento. Do grupo, fizeram parte as Dras. Gabriela Lopes da Silva, Fernanda Eunice Figueiredo e os Drs. Eloy Rodrigues e Rui Casteleiro. Para o efeito, esta equipa, apresentou em 1996, um Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal (Moura, 1996), em que se fazia uma reflexão sobre a actual conjuntura nacional e internacional, sugerindo novas directrizes para a acção futura das bibliotecas da Rede, a promover pelo IPLB, nova designação do IBNL, conforme já referimos, anteriormente. Naquele Relatório, estavam subjacentes vários aspectos, de que destacamos a publicação revista e actualizada do Manifesto de 1994, as modificações e progressos da biblioteconomia, a explosão das indústrias da tecnologia e da informação e a necessidade de esclarecer os objectivos e papel da biblioteca pública. Nova versão, que a privilegia, como fonte vital na promoção dos direitos fundamentais.

Face à emergência da chamada Sociedade da Informação, que aponta tendências para o registo da informação, em suporte digital, para a informação multimédia e para o aumento do recurso às facilidades de rede para acesso e distribuição de produtos e serviços de informação, de que é prova, o crescimento da Internet, o referido relatório tece algumas considerações, com base no Manifesto de 1994. Persistem os aspectos fundamentais de conciliação das missões tradicionais de promoção da leitura e de acesso à informação, normas reforçadas, a que se adiciona a diversidade de suportes e de serviços às colecções das bibliotecas. A aplicação deste grande objectivo do último Manifesto faz da biblioteca «o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros». Em suma, recomenda-se uma adaptação do papel tradicional da biblioteca, que, doravante assumirá novos papéis, com a inclusão de todos os tipos de suporte e tecnologias apropriadas, cujas potencialidades já se encontravam inscritas, nas bibliotecas públicas portuguesas (CALIXTO, 2002).

Com base, no Relatório de avaliação das bibliotecas da RNBP, o IPLB faz surgir, em 1997, uma nova versão do Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas, que introduz algumas reformulações, no sentido de responder às mutações criadas pelo novo paradigma social e tecnológico. Desta forma, reajusta-se a orgânica do referido programa, no sentido de flexibilizar algumas áreas funcionais, nomeadamente a consulta e disponibilização de documentos áudio, vídeo e multimédia e a criação de novos serviços, como o «da informação à comunidade», «auto-formação de adultos» e «aprendizagem à distância». Permanece, nesta última versão, a obrigatoriedade de que as bibliotecas públicas devem possuir um fundo documental mínimo, tanto em documentos impressos, como em documentos audiovisuais e digitais. Esta insistência deriva do sinal negativo focalizado pelo Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal de 1996, em que o Grupo de Trabalho confirma que, em 1994, o conjunto das bibliotecas portuguesas disponibilizavam apenas, entre 50% e 60% do total dos fundos documentais previstos, nos programas-tipo.

Em 2003, a área geográfica de intervenção da Rede estendeu-se aos Municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Dos 308 concelhos existentes, no território nacional, 260 já integram a Rede, até 22 de Setembro de 2005 foram inauguradas 141 bibliotecas e as restantes 119 bibliotecas encontram-se em fase de instalação.

4.3. As Bibliotecas da RBNP e a Sociedade da Informação

Entre os vários aspectos da chamada Sociedade da Informação, destacamos o novo ambiente informacional e tecnológico, que tem suscitado, entre os bibliotecários, um conjunto de sucessivas interrogações, no sentido de acompanhar a mudança. O debate, em torno desta problemática, tem sido incontornável, face ao aumento vertiginoso, não só dos suportes digitais, como da crescente democratização do acesso aos computadores, que se traduz, na progressiva redução dos preços destes equipamentos. Algumas opiniões mais alarmistas falam do desaparecimento das bibliotecas ou da sua marginalização, pelo menos, nos moldes tradicionais, em que as conhecemos.

Contudo, a ideia, que prevalece, entre os bibliotecários mais intervenientes, é a de que a emergência do novo paradigma informacional e tecnológico, antes de ditar o fim das bibliotecas tradicionais (assentes maioritariamente no livro) obriga-as a enfrentar novos desafios. Segundo Maria Luísa Cabral (1996), livro é todo o suporte que transmite informação, pelo que num significado mais vasto, livros são também as publicações periódicas, os manuscritos e todos os documentos digitais. Logo, é de todo crucial, reflectir sobre o conceito de biblioteca pública, definir ou redefinir as suas missões, no sentido de enfrentar este novo contexto, bem como sobre as transformações, que as fundamentam. Com o advento da Sociedade da Informação, as bibliotecas públicas, sem negarem toda a sua herança histórica, ampliam, reforçam e aprofundam as missões que sempre as caracterizaram: ferramentas de democratização do conhecimento e de lugares de socialização. Chris Batt (1995) defende que, embora «as bibliotecas públicas enfrentem o seu maior desafio de sempre» (cit. in VENTURA, 2002, p.80), devido à emergência do novo modelo informacional e tecnológico, este impacto poderá constituir «a oportunidade de se tornarem mais relevantes do que nunca para a vida das pessoas». Esta posição é reafirmada por outros autores, como Geoffrey Nunberg (1988), que descreve as bibliotecas, como «instituições híbridas», que fornecem informação de todo o tipo de suportes, no sentido de facultar sempre o acesso universal ao conhecimento e reforçar o debate cívico. Nesta mesma linha de concordância, Clifford Lynch (1988) considera, que as bibliotecas públicas são as instituições mais bem posicionadas para enfrentarem as profundas transformações, em curso, devido ao «conjunto de funções muito intrincadas e específicas que desempenham» (cit. in VENTURA, 2002, p. 80), em benefício das populações, onde se enquadram: «a

biblioteca pública é a porta de acesso local ao conhecimento», como defende a UNESCO.

Mesmo que, administrativamente, as missões das bibliotecas municipais da RNBP não se encontrem regulamentadas por documentos específicos, para enfrentarem a emergência da Sociedade da Informação, as bibliotecas públicas acabaram por adoptar as directrizes expressas, nos Manifestos da UNESCO, muito particularmente, o de 1994. Logo, os bibliotecários orientam-se, segundo objectivos, que correspondam às missões descritas, no referido Manifesto, fazendo um juízo pessoal sobre o que deve ser a biblioteca ideal: articulação dos livros e da leitura com a mediatização da Informação. Partindo do pressuposto, que desde a fundação da Biblioteca de Alexandria (o maior acervo documental da Antiguidade), em 290 a.C., a história das bibliotecas tem sublinhado as suas missões fundamentais de promover a constituição, a conservação e o enriquecimento das colecções, com vista à sua disponibilização para os utilizadores. A prevalência do aspecto patrimonial, que vimos, no passado, tornou as bibliotecas, mesmo as públicas, como é o caso da BPE, lugares de memória editorial, circunstância, que se tornará, obviamente, extensiva aos novos suportes audiovisuais ou multimédia. Assim, também, as bibliotecas públicas assumem, naturalmente, a sua vocação de constituírem, como colecções de documentos não impressos a preservar e a difundir, a que o utilizador pode aceder sem sair daquele espaço físico.

Missão, que deixando de ser, exclusivamente, patrimonial alarga a sua esfera de acção para políticas culturais de promoção da leitura, do livro, dos documentos não impressos, das TIC e da articulação de actividades com a comunidade, conforme temos vindo a focalizar. Sempre em nome da franca acessibilidade às colecções, para um público, cada vez mais amplo, em coerência com as normas dos Manifestos da UNESCO de 1949, 1972 e de 1994.

Francis Miksa emprega a expressão «*biblioteca moderna* para se referir à organização social que surgiu nas últimas duas ou três décadas do séc. XIX e que ainda hoje nos acompanha» (FURTADO, 1999, p. 10). Segundo Miksa, a «*biblioteca moderna*» nasceu da necessidade de responder a contextos sociais e culturais, que lhe eram estranhos. Trata-se do crescimento espectacular da produção editorial do séc. XIX, em que o preço dos livros era elevado e eram difíceis de conservar para a maioria dos cidadãos, num tempo de Liberalismo dominante, com uma particular paixão pela Instrução. A biblioteca «*pública*», (por oposição à *privada*), que é entendida, como um espaço, fundamentalmente da responsabilidade de Estado, ganha força, no séc. XIX,

como já observámos, no caso da BPE: transitou da dependência da Igreja para a do Estado, em meados desse século.

Contudo, será entre as duas guerras mundiais, que os bibliotecários franceses começaram a valorizar, não só os livros utilitários e as leituras efémeras, surgindo, neste contexto, toda a informação necessária à comunidade, diríamos nós por exemplo, um horário de transportes públicos, os requisitos para uma carta de condução, uma exposição, etc. Dentro destes pressupostos, continuam os bibliotecários franceses com a defesa intransigente, de que um Estado democrático tem a obrigação de fornecer gratuitamente ao cidadão todo e qualquer suporte escrito de que tenha necessidade. Anne-Marie Chartier (1992) reforça esta premissa «A leitura não se destina apenas a formar as pessoas, mas também a ser-lhes útil na sua vida quotidiana. Não deverá ser assim considerada como o instrumento por excelência da vida moderna num país desenvolvido?» (cit. in FURTADO, 1999, p. 11).

Esta produção teórica francesa, que também enfrentou, nos anos 30 do século passado, a expansão das revistas, do rádio e do cinema permite-nos levantar uma síntese da estratégia desenhada para ultrapassar uma conjuntura, que lhe era, supostamente, negativa. O desenvolvimento e a coesão social serão garantidos pelas bibliotecas públicas e suportados pelo Estado, num múltiplo conjunto de funções que lhe são atribuídas, sempre na linha norteadora da diversidade de suportes informativos, da conservação, manutenção das suas colecções, da preocupação em disponibilizar toda a informação a um público, potencialmente global, bem como a atitude voluntarista da biblioteca, para abandonar os seus muros, para estabelecer uma relação estreita com a comunidade e para assumir as suas responsabilidades de formação cívica.

Até à publicação do primeiro Manifesto de 1949, as bibliotecas públicas francesas, inglesas e dos países nórdicos vão integrando, progressivamente, toda uma multiplicidade de atribuições, próprias de lugares da esfera pública contemporânea, tais como: a constituição, preservação e actualização dos seus fundos documentais e a sua disponibilização aos utilizadores, mediante livre acesso e gratuidade dos seus serviços, bem como a gradual incorporação dos mais diversos suportes de informação. Desta forma, procura-se cumprir a dimensão universalista das suas colecções e a definição de estratégias tendentes à captação de novos públicos, numa filosofia, em que se encontra subjacente a plena assunção, de que as bibliotecas públicas se identificarem, como centros cívicos da comunidade e de espaços de socialização. Toda esta vontade das

bibliotecas públicas procurarem, incessantemente, uma adaptação a novos contextos percorre, transversalmente, todos os Manifestos da UNESCO, tal como referimos atrás.

O Manifesto de 1994 resume todas as preocupações, antes enunciadas, assumindo, formalmente, todo o ideário das bibliotecas públicas, face ao novo contexto informacional e tecnológico, surgido, nos primeiros anos da década de 90 do séc. XX. A biblioteca pública deve assumir-se, como um instrumento de e para a promoção da Democracia, reafirmando-se a igualdade de acesso para todos; é reforçado o conceito de acessibilidade universal à informação, conhecimento e cultura, mediante todos os suportes, em que se incluem as novas tecnologias, diversificadas e adequadas; a biblioteca pública é uma porta de acesso local às redes globais de informação e, simultaneamente, um centro de informação de carácter local; reafirma-se a importância dos Fundos Locais; confirma-se, que a biblioteca pública deve oferecer serviços e colecções, que correspondam às necessidades e expectativas de todos os utilizadores, incluindo os públicos potenciais; saliente-se a necessidade de apoiar a educação individual, a autoformação, de acordo com a noção de aprendizagem ao longo da vida, a educação formal e a aprendizagem da informática; defende-se a criação de serviços, que desenvolvam competências de leitura; reconhece-se a diversidade cultural e o valor da tradição oral, valorizando-se simultaneamente, o conhecimento sobre a herança cultural, as artes e a ciência; reforça-se o papel do bibliotecário, como intermediário activo entre os utilizadores e os recursos disponíveis, que deve aplicar princípios de gestão e critérios de funcionamento profissionalizados; reconhece-se, com algumas reticências, o princípio da gratuidade dos serviços; estimula-se as bibliotecas públicas a trabalharem, no quadro de uma rede nacional, que una todo o tipo de bibliotecas, escolares, públicas, de investigação, especializadas, universitárias e nacionais.

Uma reflexão sobre a biblioteca dos novos tempos encaminha-nos, novamente, para o conceito de Miksa de «biblioteca emergente» para designar as modificações do contexto tecnológico e informacional, que recomendam uma transformação muito dinâmica da «biblioteca moderna». As bibliotecas da RBNP, que modificaram, radicalmente a noção tradicional de biblioteca pública, pelas transformações operadas, elas próprias ampliaram a sua missão, cumprindo as disposições dos Manifestos. Tendo em conta o conjunto de missões-chave, enunciadas, naqueles documentos, concluímos, que não se registam alterações significativas, antes reconhecem a crucial necessidade das bibliotecas públicas se adaptarem aos novos contextos tecnológicos e sociais. Adaptação esta, que é aprovada por sucessivos relatórios publicados, posteriormente,

como o PUBLICA (*Plannig meeting of Publica*, 1995), do *Public Libraries and Information Society* (Segbert, 1997) promovidos pela União Europeia. Também, o relatório *New Library: the people's network* (1997), que se aplica à realidade inglesa confirma o conjunto de missões, que as bibliotecas públicas devem trilhar, neste início do séc. XXI.

Por iniciativa do programa PUBLICA, estas preocupações foram retomadas, num encontro realizado, em Copenhaga, em 1999, e que, reuniu responsáveis do sector das bibliotecas de 31 países europeus. As conclusões desta Conferência de Copenhaga foram registadas numa Declaração, em que se publicam as linhas gerais tendentes à definição de uma política europeia comum relativa às bibliotecas públicas. Reforça-se o seu papel crucial, no aprofundamento da:

«Democracia e cidadania, no desenvolvimento económico e social, no auxílio à aprendizagem contínua e na promoção do «património cultural, literatura e literacia. Na intervenção de abertura da conferência, a Ministra da Cultura da Dinamarca reforçou a ideia de continuidade da *biblioteca pública*, como um genuíno lugar de encontro cultural para todos: pais, crianças, estudantes, imigrantes, adolescentes e adultos e reformados».

(NIELSEN, cit. in VENTURA, 2002, p.86)

Como depreendemos, não se acrescenta, nada de significativamente novo, nem ao Manifesto de 1994, nem às conclusões do relatório PUBLICA. Antes de mais, assistimos a uma melhor sistematização sobre o alcance, desafios derivados do novo contexto informacional e tecnológico e do funcionamento em rede. Em resumo: amplia-se a missão sempre fundamental das bibliotecas, que é a de seleccionar, reunir, organizar e disponibilizar informação e conhecimento a todos. Funções, que Calixto (2000) confirmará, como necessidades emergentes para um bom desempenho das bibliotecas da RNBP.

Para o caso português e, como já dissemos, perante a inexistência de legislação específica, que oriente, claramente as missões das bibliotecas públicas, assume-se, como documento-chave, os sucessivos Manifestos da UNESCO, as várias versões do Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas, com relevo para o de 1997, que actualizou os anteriores, quer com a integração do último Manifesto, quer com as recomendações implícitas, no Relatório sobre as Bibliotecas Públicas em Portugal (Moura, 1996). Este

documento, que já foi referido, anteriormente, atesta o impacto cultural das bibliotecas da RNBP, sintoma do vazio cultural assumido pela sua ausência e reafirma as já tradicionais missões das bibliotecas públicas que, no novo contexto tecnológico da Sociedade da Informação, devem reforçar a diversificação de suportes, bem como promover acções de combate à info-exclusão. Propõe, finalmente, o referido Relatório que os futuros contratos-programa, a celebrar, entre o IBNL e os Municípios incluam estas propostas, que se proceda ao estudo de um instrumento legislativo (Lei ou Carta das Bibliotecas Públicas Portuguesas, que regulamente as grandes linhas de orientação para o sector, rumo a uma estratégia nacional de democratização do acesso à informação, já expressa no «Livro verde sobre a sociedade da informação», também de 1997.

Contextualizado a nova biblioteca do século XXI, José Calixto (2000), ao analisar as transformações operadas, na realidade nacional, opta por falar de um «alargamento do conceito de biblioteca pública». Estabelece, pois, um argumento para a correlação entre o aumento do número de utilizadores com as solicitações, que se caracterizam por uma maior exigência e diversificação. Neste quadro, face a novas exigências, as bibliotecas públicas responderam com o desempenho de novos papéis, desafios, que os decisores políticos e os bibliotecários enfrentam. O mesmo autor divide esses papéis, em cinco grandes áreas:

«O aumento contínuo e diversificado dos recursos de informação disponíveis, os desenvolvimentos originados pelas TIC, a necessidade de aumentar em número e qualificar os recursos humanos, a que se liga a investigação e produção teórica sobre bibliotecas públicas, e, finalmente, um conjunto de questões relacionadas com a gestão da rede e dos serviços locais, de que resulta a necessidade de aumentar significativamente os investimentos do país nas bibliotecas públicas».

(CALIXTO, 2000, p. 1)

A diversidade de novos utilizadores tornou-se num tema tão importante, como o aumento de utilizadores, que procuraram as bibliotecas, passando de um quadro restrito para uma heterogeneidade de grupos. As crianças e os jovens frequentam a biblioteca, como local de apoio, de elaboração dos trabalhos de casa ou de trabalhos de grupo; requisitam livros de ficção, ouvem música, visionam filmes, utilizam computadores, o espaço biblioteca é ponto de referência e de socialização. Os estudantes universitários

procuram as bibliotecas públicas para completar necessidades, não resolvidas, nas bibliotecas universitárias ou são o único recurso, em cidades e vilas de menor população, onde abriram universidades particulares, incapazes de responderem às necessidades dos seus alunos. Adultos das mais diversas origens, com níveis sociais, educativos e culturais heterogéneos, que consultam os serviços de leitura de publicações periódicas, de informação e referência, audição e visionamento de materiais audiovisuais, Fundos de Estudos Locais e empréstimo domiciliário. Homens de negócios e profissões liberais, que procuram informação adequada, referente aos respectivos ramos de actividade, em que se incluem a consulta do «Diário da República», estatísticas, normas e directórios; professores do Ensino Básico e Secundário utilizam as bibliotecas públicas, quer para preparação de aulas, quer para pesquisa bibliográfica, quer para recolha de informação técnica, sobre as orgânicas das bibliotecas escolares. Embora todos estes serviços possam ser identificados, como tradicionais, nos países do centro e norte europeu, o facto essencial é reconhecer, que no nosso país era «a excepção e não a regra», antes do advento da RNBP, como reconhece Calixto (2000). Como já antes vimos, a década de 90 trouxe as TIC para as bibliotecas públicas, mais-valia que, se não alterou profundamente, a sua missão, arrastou consigo uma alteração das rotinas documentais, que facultou o acesso a suportes digitais, com relevo para a Internet.

Perante estas alterações significativas, na procura de serviços, resultantes de transformações económicas e sociais e do novo panorama tecnológico, Calixto (2000) desenha novos papéis, que se dividem em quatro grandes grupos, de acordo com uma grelha de análise de Thorhauge (1997). Considera-se a biblioteca pública, como um centro cultural, como um centro para a educação e aprendizagem, como um centro de informação geral e como um centro social.

Os papéis educacionais inscrevem-se, numa lógica de que as bibliotecas públicas sempre foram perspectivadas, como recursos educativos. Contudo o seu número escasso, os livros aferrolhados, desactualizados e em fundos restritos nunca poderiam desempenhar cabalmente os seus aspectos educacionais. A aprendizagem ao longo da vida foi, também, uma outra transformação da década de 90, que ampliou e catapultou a Educação, para além dos bancos da escola:

«As bibliotecas em todo o mundo parecem experimentar um claro crescimento de procura de serviços relacionados com a educação. Os problemas de literacia

são mais actuais – tanto nos países em vias de desenvolvimento como nos países desenvolvidos».

(NIEGAARD, 1994, cit. in CALIXTO, 2000, p. 7).

Aliás, o Manifesto da UNESCO de 1994 sublinha estes papéis educacionais, que já analisámos anteriormente: a necessidade de apoiar a educação individual, a auto – formação, de acordo com a noção de aprendizagem ao longo da vida, a educação formal e a aprendizagem da informática; defende-se a criação e fortalecimento de hábitos de leitura nas crianças e nos jovens, desde a primeira infância e a criação de serviços, que promovam competências de leitura; confirma-se a diversidade cultural e o valor da tradição cultural, as artes e a ciência; o apoio às escolas, nomeadamente às suas bibliotecas escolares e o apoio aos estudantes do ensino superior.

Os papéis sociais das bibliotecas do Reino Unido foram investigados por Linley & Usherwood (1998), e remetem-nos para as conclusões de que a biblioteca pública é encarada, como «uma marca» da comunidade que reforça a identidade de pertença a uma determinada localidade, sendo a sua utilidade reforçada pela ausência de outros equipamentos; a sua frequência aumenta a confiança dos indivíduos e dos grupos, podendo ajudar os idosos e os problemas de isolamento e solidão. No caso português, em que observamos a pobreza de muitas famílias que se identificam com baixos níveis de literacia e longos períodos de desemprego, as bibliotecas públicas são locais de abrigo, onde os serviços oferecem acesso gratuito. Este papel é tendente à inclusão, pois para além dos serviços tradicionais, dispõem as bibliotecas públicas de Serviços de Informação à Comunidade, nomeadamente a orientação para organismos de intervenção e apoio comunitário. Também as bibliotecas públicas, neste combate à exclusão social, constituem instrumentos deveras importantes, nomeadamente, para a maioria dos lares, para as escolas, onde os livros são escassos e onde o computador e o acesso à Internet são inacessíveis. Face a estes aspectos retirados do «Livro verde para a sociedade da informação», a biblioteca pública promove um contributo indispensável à construção das sociedades democráticas, pois o uso das TIC pressupõe a formação de indivíduos críticos e participativos, na formação da cidadania.

Os papéis culturais das bibliotecas públicas demonstram-se pelo facto de que em muitas localidades do interior, onde a oferta cultural escasseia, são elas próprias a única porta de acesso a bens e actividades culturais. Para tal, enunciamos: o empréstimo domiciliário de livros e de materiais audiovisuais, as actividades de animação,

realizadas, a partir dos recursos documentais ou exteriores, como exposições, debates, encontros, o acolhimento de actividades de grupos da comunidade e de associações, que aproveitam as instalações da biblioteca e, por último, a divulgação de actividades culturais, promovida pelos serviços de informação à comunidade.

Os papéis informacionais decorrem do Manifesto da UNESCO de 1994, que define a biblioteca pública como «o centro local de informação», em que constam as missões de «assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local» e de «proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse». Dados relativos à realidade portuguesa dizem-nos, que estes papéis se encontram pouco desenvolvidos. As razões invocadas residem, na falta de tradição deste sector que, perante a sua inexistência, não conduz os interessados à biblioteca, o que por sua vez, não implementa os papéis informacionais. Constituem serviços caros e exigem mão-de-obra especializada. Mesmo assim, registamos, que as TIC estão a facilitar algumas iniciativas, que poderão potenciar verdadeiros serviços de informação às comunidades locais, caso sejam correctamente exploradas.

Citamos o CONSTAT (concelho em estatística), que fornece informação estatística em CD-ROM sobre dados e características económicas, sociais e culturais de cada concelho; o desenvolvimento do Projecto ILLIERS, uma actividade comunitária, em que se integram as bibliotecas de Palmela e do Barreiro, que desenvolve um modelo de um serviço de informação, para consulta, na Internet; a generalização da Rede Informática da Leitura Pública, que na segunda fase, prevê um módulo de informação à comunidade, cujas potencialidades poderão ser, eficazmente, exploradas. Além destes aspectos inovadores e pontuais, já é ponto comum a consulta do «Diário da República», como observei, na BPE, e de outra informação oficial, como por exemplo estatísticas e normas, ou directórios de empresas. No entanto, consideramos, que os papéis informacionais das bibliotecas públicas, poderão potenciar a abertura de um grande número de oportunidades aos utilizadores. Logo, destacamos: o alargamento contínuo da esfera pública das bibliotecas e o conseqüente aumento da valorização da consciência social e política dos seus papéis, bem como o aumento da sua significância; a sua afirmação, junto do Poderes Central e Local, no sentido de garantir financiamentos adequados e autonomia, em termos de gestão; a diversificação de financiamentos, conjugada com a diversificação de actividades, poderá articular a vertente cultural da biblioteca pública, desde que se associe a outras áreas. Exemplificando, podemos

mencionar: a educação e a formação profissional; a inclusão social e o desenvolvimento económico; a saúde; a ciência e a tecnologia. Em suma: o Estado tem de reconhecer que as bibliotecas públicas são instrumentos essenciais para se atingirem os valores da chamada Sociedade da Informação ou do Conhecimento, como alguns lhe chamam.

Ao regressarmos à análise do Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas, de 1997, consideramo-lo, como o ponto de partida para os desafios, que as bibliotecas públicas terão de enfrentar, no séc. XXI, nomeadamente, pelo enfoque colocado em cinco medidas de acompanhamento, nas seguintes áreas: formação, desenvolvimento tecnológico, autonomia, telecomunicações e consórcio. Nos aspectos de formação, é proposto um programa faseado de formação sobre a utilização de tecnologias multimédia, adequado às responsabilidades respectivas dos Bibliotecários e restante pessoal das Bibliotecas Públicas; esta formação deverá incluir familiarização com computadores, escritório electrónico, gestão integrada das bibliotecas em rede, aplicações, etc, no sentido em que a biblioteca potencie todas as capacidades das novas tecnologias. No desenvolvimento tecnológico, deve fomentar-se uma política de aquisição de software multimédia de gestão integrada, nas Bibliotecas Públicas apoiadas, ao abrigo das linhas de acção, criar uma página das bibliotecas apoiadas, com o objectivo de futura ligação dos respectivos catálogos a essas «homepages» e criar o cartão magnético de utilizador, que proporcione o acesso a serviços de empréstimo, de mensagens e de ligação a outros, que eventualmente, acarretem custos. Quanto à autonomia, é urgente analisar a estrutura administrativa e financeira dos Municípios para que se torne viável uma maior autonomia das Bibliotecas Municipais, consonante com uma nova estrutura de orçamento, que possibilite a entrada de receitas derivadas da prestação de serviços à comunidade. No âmbito das telecomunicações, devem ser negociadas tarifas preferenciais para as Bibliotecas Públicas. Quanto à medida de consórcio, deve ser fornecido apoio jurídico e logístico para a criação de uma associação de Bibliotecas Públicas, de carácter intermunicipal, que gradualmente, as represente, junto das instâncias autárquicas, do Poder Central e da Comissão Europeia.

O Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas, de 1997, conclui nas suas recomendações a perspectiva de que compete ao IPLB garantir a coordenação e a execução de uma política nacional de desenvolvimento da Rede de Bibliotecas, de modo a assegurar o acesso à informação de interesse, para todos os cidadãos. À RNBP compete desempenhar um papel significativo para a passagem à Sociedade da Informação, mediante a utilização dos novos serviços e produtos transmitidos pelas

auto-estradas da informação. Isto é, deve fomentar novas perspectivas de comunicação, de intervenção social, cultural, profissional ou lúdica, que se encontrem subjacentes ao novo contexto informacional e tecnológico.

Desenvolvimento e Investigação

Capítulo 5 – Os utilizadores da BPE: as expectativas da mudança

5.1. O inquérito e a sua metodologia

A construção do inquérito por questionário, que constituiu o instrumento-base de análise desta tese de dissertação, teve subjacentes as diferentes utilizações previstas, no modelo de análise e que delas usufruem os utilizadores/frequentadores da BPE, procurando saber quais são as suas expectativas, em termos de oferta de novos serviços. E porque, os Manifestos da UNESCO, consideram a biblioteca, vocacionada para desenvolver múltiplas missões, acabámos por dividir o inquérito em seis áreas: procura de informação/práticas culturais, de lazer, avaliação dos serviços existentes, a partir dos quais se questionou o seu funcionamento, reestruturação dos serviços existentes, expectativas da criação de novos serviços, a importância das TIC e o papel da BPE, numa perspectiva de inserção, na comunidade. Desta forma, começou por se centrar, no perfil dos utilizadores reais e na respectiva regularidade de acesso e das diferentes utilizações, para depois explorarmos a avaliação dos serviços frequentados e as suas expectativas, no que se refere ao papel das novas tecnologias da informação e de «boas-práticas», com vista à prossecução do Manifesto da UNESCO de 1994, atrás referenciado. A biblioteca deve ser acessível a todos pelo que deve chamar a si os potenciais utilizadores, já que:

«O seu potencial cultural [da biblioteca] é tanto maior quanto melhor saiba articular a sua acção, de modo inclusivo, com outras instituições sociais, sejam elas a escola, a família ou a comunidade, de molde a potenciar o acesso universal à informação».

(FORTUNA, e outro, 2000, p. 17)

Aplicámos ao inquérito por questionário (com respostas fechadas e abertas), metodologias de cariz quantitativo, devido à sua potencial capacidade para melhor objectivar a informação e por considerarmos, que esta técnica se apresenta mais facilmente operacionalizável, para recolher a informação pretendida para um conjunto vasto de populações. Das respostas abertas do inquérito, retirámos diversos trechos relativos a opiniões de utilizadores que iremos citando, progressivamente.

O inquérito, por questionário, foi aplicado a uma amostra de 300 utilizadores da BPE, seleccionados aleatoriamente, por indicação do orientador e decorreu, entre os meses de Janeiro de 2003 e Outubro de 2004. Este prolongamento temporal da

aplicação do inquérito, justificou-se, entre outras razões, com o intuito de melhor se diversificar a amostra, que se construiu em diversas horas do dia e em diferentes dias da semana. O inquérito foi sujeito a aplicação semi-directa, pelo autor desta dissertação, que os entregava, pessoalmente, aos utilizadores, recolhendo-os ao fim de uma hora, resolvendo algumas dúvidas, decorrentes do seu preenchimento, sempre que solicitado.

Ao longo do período, em que recolhemos os dados referentes ao questionário privilegiámos a observação directa, portadora de diversas vantagens, nomeadamente a espontaneidade dos utilizadores – o material de análise – a apreensão dos seus comportamentos e acontecimentos do próprio momento e a autenticidade desses mesmos acontecimentos. Uma das dificuldades, que constatámos, pela observação directa, foi o facto de os utilizadores revelarem um relativo desconhecimento dos termos técnicos das bibliotecas, nomeadamente os conceitos essenciais de tratamento documental, catálogos manuais/automatizados e Porbase (catálogo informatizado e colectivo das Bibliotecas Públicas Portuguesas). Assim se justifica o comentário generalizado, que ouvimos tantas vezes “de que se vai à BPE consultar um livro, que se encontra indisponível na biblioteca da Escola/Universidade ou para estudar/realizar trabalhos de grupo, porque «o ambiente é sossegado, agradável». Como reconheceu, Henri Lemaître, em 1931, «Os utilizadores devem ser ensinados a servir-se da colecção de livros postos à sua disposição» (cit. in FURTADO, 1999, p. 12).

Uma segunda dificuldade, confirmada pela observação directa, prende-se com a recolha de dados dos segmentos infantil (praticamente inexistente) e infanto-juvenil, pela escassa representatividade, em termos de frequência da BPE.

5.2. As entrevistas semi-directivas

A entrevista semi-directiva constituiu um outro método de recolha de informações, que revelou algumas vantagens, relativamente ao inquérito por questionário. Nós, os investigadores, estamos em contacto directo com os outros interlocutores, a quem apresentámos uma série de perguntas – guia, relativamente abertas e sobre cujos resultados, temos uma fraca directividade. Esta característica, que pode, eventualmente, dispersar subjectividades de valores do próprio investigador, revela maior fecundidade de informação, quanto maior for a argumentação perante o entrevistado.

Recolhemos, assim, informação, através de duas entrevistas semi-directivas, realizadas junto do Senhor Director da BPE, Prof. Dr. José António Calixto (22 de Julho

de 2004) e de Francisca Maria Vilas-Boas (15 de Maio de 2005), aluna do 10º. Ano de Escolaridade, Turma E, do Curso de Ciências e Tecnologias da Escola Secundária Gabriel Pereira, de Évora, no Ano Lectivo 2004/2005. Decidimos entrevistar o Prof. Dr. José Calixto, por o considerarmos a pessoa, mais bem posicionada e melhor conhecedora, para confirmar as previsões formuladas, no inquérito, por questionário, e as nossas hipóteses teóricas e empíricas. A referida aluna foi seleccionada, porque se trata de uma potencial utilizadora, só lá foi uma vez, porque precisava de um livro para um trabalho escolar, embora revele práticas e gosto pela leitura, ao contrário de alguns colegas, que consideram o acto de ler «uma seca».

O Prof. Dr. José António Calixto é um Técnico Superior, com um rico e extenso percurso, na área das bibliotecas públicas, quer na sua gestão, quer numa já vasta bibliografia produzida, nesta área temática e sempre em nome da defesa das missões – chave daquelas instituições. Foi Director da Biblioteca Municipal de Setúbal, uma das bibliotecas públicas da RNBP, é doutorado pela Universidade de Sheffield (Reino Unido), um dos países europeus, que mais tem influenciado, ultimamente, as «boas práticas», que se estão a desenvolver para a realidade nacional ou que se encontram projectadas. Ainda, neste aspecto da «liderança» das bibliotecas públicas, já mostrou à comunidade, uma ampla vontade de inserção, ou seja, a desejável mudança, que todos nós ambicionamos para a BPE, desde que tomou posse do cargo de Director, em 2003. Esta vontade de mudança, que se fundamenta, num profundo conhecimento de toda a problemática da instituição, no que respeita às expectativas dos reais utilizadores e potenciais utilizadores, já se traduziu em melhorias qualitativas e quantitativas. Falamos da melhoria do atendimento/ recepção, da iluminação da Sala de Cimélios, dos serviços da Sala de Leitura Geral, dos Serviços de Referência, com estantes de livre acesso aos utilizadores (antes eram solicitadas aos funcionários), da instalação de dois postos de acesso à Internet, das conferências, do lançamento de livros, das visitas guiadas e da futura promessa de abertura do serviço de empréstimo domiciliário. Logo, trata-se de um obra, extremamente meritória, não obstante, os «bloqueios» vividos pela BPE e que se tornaram públicos, num artigo escrito, com base numa entrevista concedida a Roberto Dores, num jornal de Évora:

«Explica José António Calixto que a situação vivida pela BPE até é conhecida na cidade e noutros sítios, dado que temos um acervo documental muito rico e único, mas a bibliografia corrente, aquela documentação que chega

mensalmente através do depósito legal, não está acessível já há uma série de anos» [...] Um cenário que é atribuído a alegadas dificuldades de funcionamento da própria biblioteca pública e que se agrava com a falta de condições a novas tecnologias. «Para além dos livros, hoje em dia a informação circula em muitos outros suportes, nomeadamente magnéticos e com acesso à Internet».

(DORES, 2004, p.13)

As entrevistas semi-directivas, que conduzimos, junto do Director da BPE e da aluna do Ensino Secundário confirmaram as nossas hipóteses/expectativas, a ponto de as exceder, no sentido, em que, a do Director da BPE nos alertou para duas questões, excluídas do inquérito, por questionário, - Os Serviços de Referência e a Biblioteca, como instrumento de Aprendizagem ao Longo da Vida, que, foi registada numa resposta aberta do questionário, por um empregado de hotelaria *«Devo mencionar que visitei este espaço no período de um mês, só por razões profissionais. Devo ainda dizer que este espaço é fantástico»*. Ainda, relativamente a este serviço, o entrevistado disse:

«Há a realização deste princípio da biblioteca que é muito actual, nos nossos dias, que é de um organismo de apoio de aprendizagem ao longo da vida [...] mas a verdade é que as bibliotecas têm que ser e em muitos países já o são, e em Portugal, umas mais, outras menos [...]. Há bibliotecas que são agentes para a carta europeia de condução informática [...] Houve uma formação na Biblioteca de Beja [...] Vamos mais uma vez “bater” na divulgação dos cursos de formação, que há disponíveis, na localidade, nas comunidades locais, sobretudo para os cursos de aperfeiçoamento profissional, portanto isto implica uma boa ligação, quer à Universidade, quer ao Instituto do Emprego».

A propósito dos Serviços de Referência, acrescentou o entrevistado:

«De qualquer modo, a simples disponibilidade dos livros em livre acesso já é um passo importante e portanto podemos dizer que é um serviço novo, que vamos estabelecer. Outro aspecto que está muito associado a este é a existência de programas de animação, aquilo a que chamamos de formação ou educação de utilizadores, no sentido de desenvolver competências de informação, porque

é falacioso pensar que basta a biblioteca estar aberta e os livros disponíveis para as crianças e as pessoas, de uma forma geral saibam procurar e aceder à informação».

5.3. As expectativas dos utilizadores da BPE

Gráfico nº. 2 – Caracterização dos inquiridos

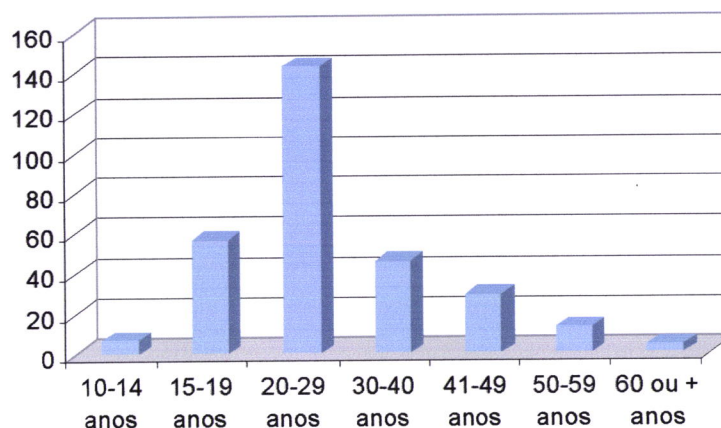
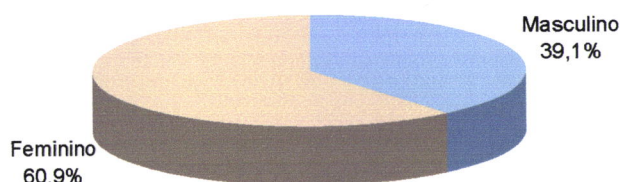


Gráfico nº. 3 – Caracterização segundo o género

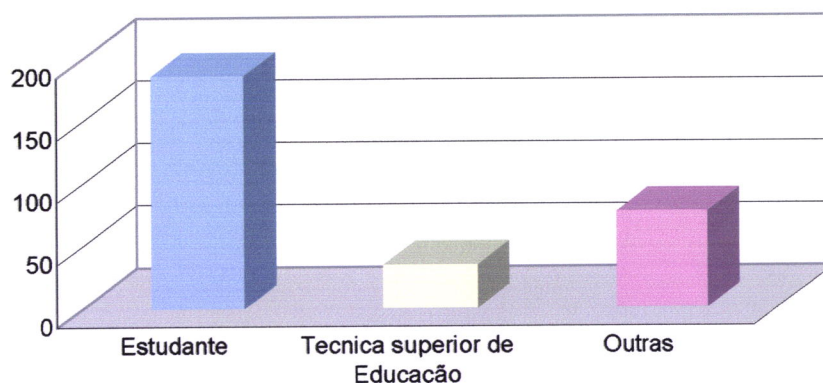


Quanto ao género dos frequentadores da biblioteca, verificamos uma sobre-representação do feminino. No que se refere ao escalão etário, é entre os 20 e os 29 anos, que se situam o maior número de utilizadores da biblioteca, representando 47,8 % do total. O grupo dos utilizadores cujas idades variam entre os 15 e os 19 anos, também, tem a sua significância, representado 19,1 % dos frequentadores.

Estes grupos com maior incidência, são constituídos, principalmente, por frequentadores, que se dedicam ao estudo - estudantes do ensino secundário e superior. Quanto à localidade constatamos, que 86 % dos utilizadores são provenientes de concelhos alentejanos, dos quais 79,3% são do concelho de Évora e 14 % têm residência fixa, noutros concelhos localizados, fora do Alentejo. Assim, podemos concluir, que os utilizadores da biblioteca, provenientes de Évora, são os mais assíduos, quer por motivos de residência, estudo ou profissão.

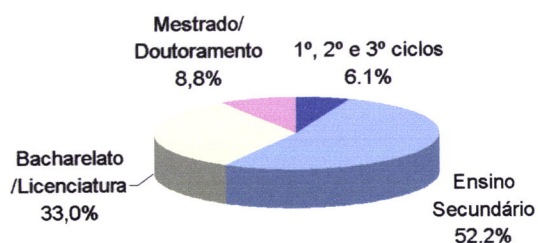
Os utilizadores da biblioteca, provenientes de outras regiões - estudantes a residir, temporariamente, em Évora - representam, no total 14 % dos inquiridos, valor considerável, quando assumido no conjunto.

Gráfico n.º 4 – Caracterização segundo a actividade



Quanto à actividade, são os estudantes os mais representativos, seguidos dos professores, apesar de termos um leque bem variado de profissionais, que por algum motivo frequentam a BPE, inclusive indivíduos de outras nacionalidades, que não se limitam a visitar o edifício como equipamento cultural, mas também, consultam alguma documentação.

Gráfico n.º 5 – Habilitações Literárias



As habilitações dos utilizadores da BPE variam, entre os Ensinos Básico e Secundário, o Mestrado/Doutoramento, sendo mais representativo o grupo, que possui o Ensino Secundário, de 52,2 % de todos os inquiridos. Este grupo é o mais representativo, já que 62,5 % dos utilizadores são estudantes. A biblioteca é mais utilizada por motivos escolares, quer por estudantes do Ensino Secundário, quer por estudantes do Ensino Superior, ou mesmo já licenciados e ou mestrados/doutorados, no sentido de ser um local ideal de pesquisa e de investigação, inclusive no desempenho de actividades profissionais, e não apenas na necessidade de investigação de propósito escolar.

Desta forma, repetimos as conclusões de outros investigadores: a biblioteca pública tem tendência a confundir-se com a biblioteca escolar, que, por norma, não lhe assegura a informação necessária. Francisca Vilas-Boas diz na entrevista «*Fui lá [à biblioteca] para consultar um livro, acho que era de Fernando Savatez para um trabalho de Filosofia, que não encontrei na Escola*». Isto é a BPE, mesmo, não fazendo parte da Rede, acaba por desempenhar funções, que pertencem à Biblioteca Escolar.

Antes já Calixto tinha escrito que o desenvolvimento das bibliotecas públicas, a partir de 1987:

«Veio chamar a atenção para a virtual inexistência das bibliotecas escolares, tornada mais notável pelo lançamento das Reformas do Sistema Educativo [...]. Num nível muito elementar, a biblioteca pública desempenha funções que a aproximam e fazem correr o risco de se transformar numa Biblioteca escolar».

(CALIXTO, 1994, p. 57)

Seguindo o mesmo raciocínio, citamos um outro autor:

«Mas o maior motivo que melhor poderá explicar a notória paraescolarização das bibliotecas públicas, apresenta-se transversal [...]. De acordo com um estudo efectuado em escolas dos 2º. e 3º. Ciclos do distrito de Portalegre (Garraio, 1994) que retrata, certamente, uma situação mais ou menos generalizável ao conjunto do país, em muitas das escolas observadas não existiam, ainda, bibliotecas escolares ou, quando existiam, encontravam-se deficientemente instaladas [...] e com fundos documentais que apenas multiplicavam os manuais escolares em uso ou, pior ainda, que já se encontravam desactualizados».

(VENTURA, 2002, p. 129-130)

As bibliotecas escolares, num estágio de desenvolvimento, inferior e bem demarcado dos resultados surpreendentes das bibliotecas da RBNP, aumentaram o número de leitores e fizeram perigar as suas missões-chave, que assumem, para se inserirem, na comunidade. Daí que outros utilizadores, se queixem de conflitos com os estudantes, provocados pelo barulho, da falta de lugares, temendo-se até que os pedidos dos estudantes, acabem por influenciar a política de aquisições das bibliotecas públicas, quando estas estão vocacionadas para servirem todos os níveis etários, independentemente, das suas habilitações literárias ou ocupação.

O tardio lançamento do Programa da Rede das Bibliotecas Escolares, que foi legislado pelo Despacho Conjunto nº. 184/ME/MC/96 de 6 de Junho, representa a política cultural mais recente do nosso país para criar novas bibliotecas e é um dos factores explicativos, que remete os estudantes para constituírem o grupo mais representativo dos utilizadores das bibliotecas públicas. Com efeito, um inquérito, por questionário, aplicado, em 1995, a uma amostra da população portuguesa, pessoas com mais de 15 anos e que soubessem ler, confirmava que as «Bibliotecas Municipais [eram] as mais concorridas -50%- depois, *as escolares -24%-*, *a Nacional -13%- as itinerantes -8%-*, *as de colectividades -3%-*, *as de empresa -3%-* e, por fim, *as paroquiais - 2%-*» (FREITAS, e outra, 1998, p. 84).

Na sequência da referida legislação foram criadas a RBE e nomeado um Gabinete Coordenador, em 1996, dependentes do Ministério da Educação, que abriram as primeiras candidaturas, em 1997. Um documento norteador da RBE, «Lançar a Rede das Bibliotecas Escolares» (VEIGA et ali, 1996), sistematiza alguns dos seus conceitos mais pertinentes, que salientamos:

«As bibliotecas escolares são recursos básicos do sistema educativo, sendo-lhes reconhecido um papel central nos domínios da leitura e da literacia, da aquisição de competências de informação e do aprofundamento da cultura, em geral».

(Gabinete das Bibliotecas Escolares, 2003, p. 17)

Face à diferenciação, entre as missões da biblioteca escolar e da biblioteca pública, Calixto (1994) admite, que pelo facto de ambas se integrarem, no subsistema nacional de informação, não podem ser separadas uma da outra. Uma das articulações possíveis é a criação do SABES – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares, já

referenciado, atrás, quando caracterizámos a Biblioteca Municipal de Beja José Saramago. A outra residirá numa definição de políticas de literacia, pelos Ministérios da Educação e Cultura, enquadrar no progressivo alargamento da RBE, «alavanca potencialmente suscitadora de uma capacitação forte (e espera-se que duradoura) de hábitos de leitura entre a população jovem» (FREITAS, e outra, 1998, p.110).

Gráfico n.º 6 – Utilizador da BPE

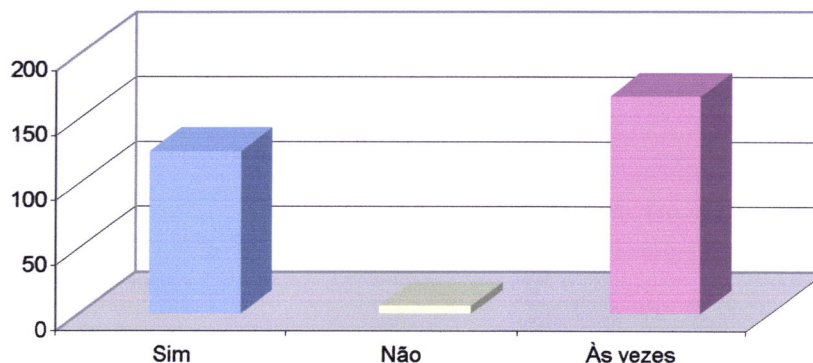
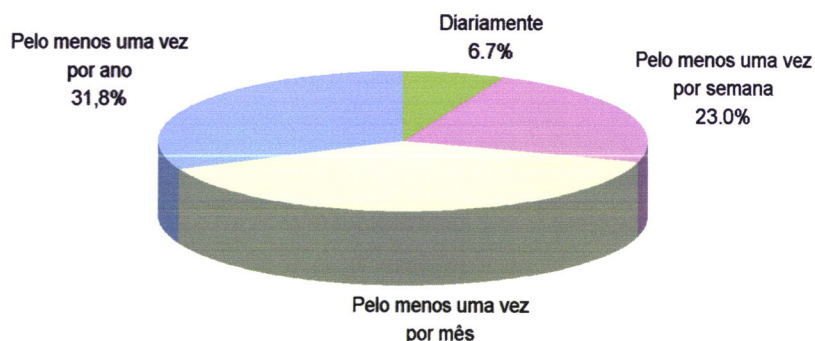


Gráfico n.º 7 – Frequência de utilização da BPE

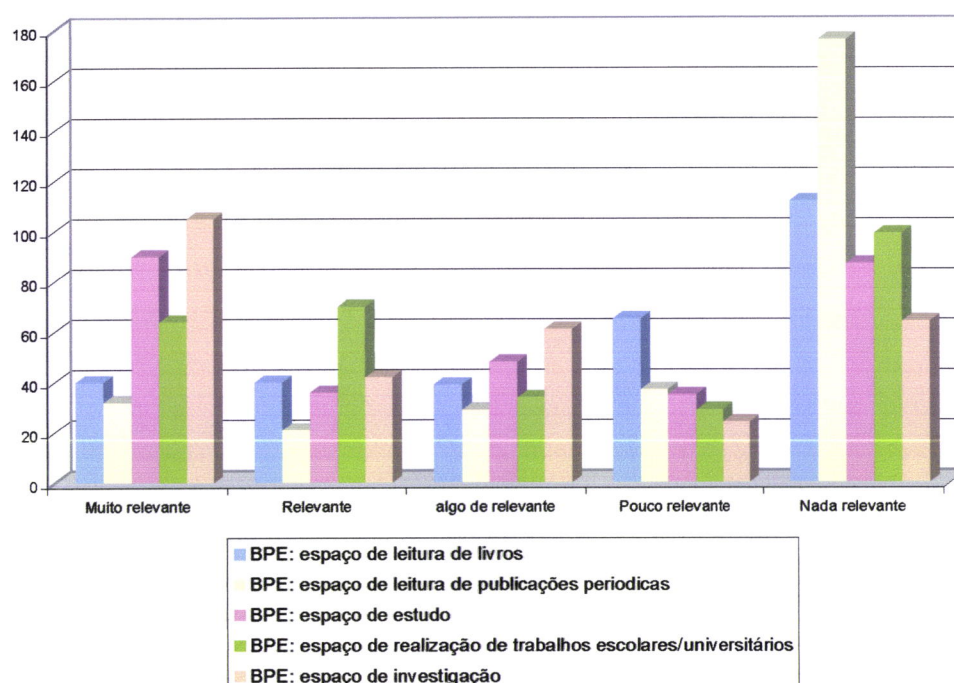


Dos inquiridos, que responderam ao presente questionário, 41,8 % consideram frequentar a Biblioteca, assiduamente, 2,3% consideram ser frequentadores pontuais, e por fim, 55,9 % considera frequentar às vezes. Este grupo é o que tem maior representatividade na utilização da BPE. A frequência da biblioteca varia no número de vezes, que é visitada, dividindo-se em categorias – 6,7% frequenta diariamente, 23% semanalmente, pelo menos uma vez por mês (38,5%), seguido de pelo menos uma vez por ano (31,8).

Quadro n.º 2 – As opções de frequência da BPE

	<i>Muito relevante</i>	<i>Relevante</i>	<i>Algo de relevante</i>	<i>Pouco relevante</i>	<i>Nada relevante</i>
BPE: espaço de leitura de livros	40	40	39	65	112
BPE: espaço de leitura de publicações periódicas	32	21	29	37	176
BPE: espaço de estudo	90	36	48	35	87
BPE: espaço de realização de trabalhos escolares/universitários	64	70	34	29	99
BPE: espaço de investigação	105	42	61	24	64

Gráfico n.º 8 – Motivos de frequência dos utilizadores da BPE

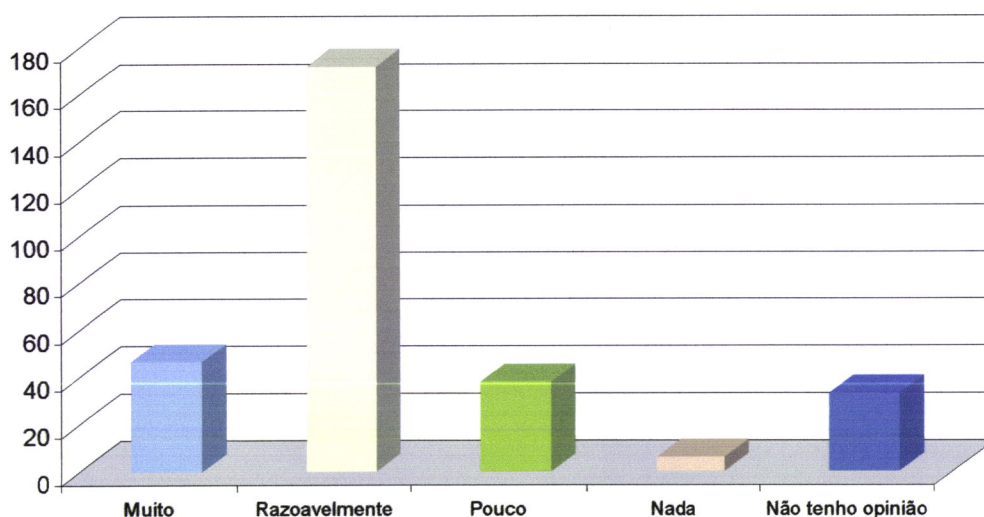


O motivo que leva os frequentadores da BPE, na sua utilização, centra-se, essencialmente, como espaço de investigação, apesar de também ser considerado um importante espaço de estudo para um grupo de inquiridos – os estudantes. Todas as categorias estão associadas de forma positiva e moderada com o facto de ser utilizador da biblioteca, ou seja, tanto o utilizador assíduo como o esporádico da biblioteca

considera a BPE, como espaço de leitura de publicações periódicas, que assumem a frequência mais elevada (176), de leitura de livros (112) de realização de trabalhos escolares/universitários (99) não sendo estes nada relevantes; a biblioteca, como espaço de investigação e também de estudo, é muito relevante (64).

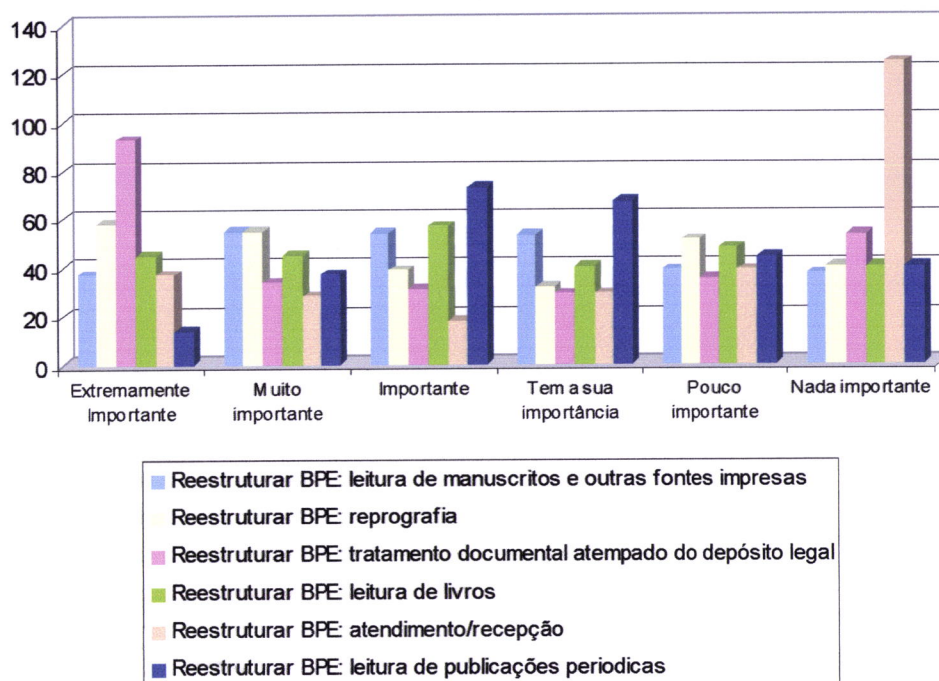
Outros motivos indicados, que levam os utilizadores a frequentarem a biblioteca foram os seguintes: a actualização literária, consulta do Diário da República, visita ao edifício, manuscritos, pesquisa na Internet, pesquisa bibliográfica do livro antigo – livros raros, o silêncio e conforto, bem como assistir a conferências. Uma estudante diz: *«Realmente é uma biblioteca bonita, mas podia ser muito mais útil para os estudantes»*. Aquelas sugestões e esta opinião valorizam a existência dos serviços existentes e reforçam a emergência de outros, ainda inexistentes e que a BPE poderia vir a dinamizar.

Gráfico n.º 9 – Expectativas



As expectativas dos utilizadores, face aos actuais serviços da biblioteca, quanto ao atendimento/recepção, investigação, leitura, catálogos e reprografia, são consideradas de razoáveis e até muito correspondidas. A opinião é, essencialmente, positiva, pois cerca de 74 % opõe-se a 26 % da opinião menos positiva, e negativa atendendo às necessidades documentais, de informação, de recreio ou de autoformação sentidas. Esta percentagem de inquiridos, que não têm opinião, está directamente relacionada com a presença dos utilizadores pouco assíduos ou mesmo esporádica na BPE.

Gráfico nº. 10 – Reestruturar



Utilizador da Biblioteca – Reestruturação do tratamento do depósito legal

X ²	Probabilidade	V de Cramer
26,192	0,036	0,178

Utilizador da Biblioteca – Reestruturação do atendimento/recepção da BPE

X ²	Probabilidade	V de Cramer
31,455	0,000	0,195

Quanto ao questionamento de que serviços deveriam ser reestruturados para melhor adequação ao funcionamento dos serviços da BPE, face às necessidades dos utilizadores, a resposta mais representativa centra-se na necessidade de reestruturar o serviço actual do tratamento documental atempado do Depósito Legal, isto é cerca de 62,6 %, conforme afirma uma Bibliotecária, «*Empréstimo domiciliário muito importante assim como a disponibilização de um catálogo informatizado*». Opinião, que é reforçada pela entrevista concedida pelo Director da BPE,

«Porque o problema é que nós, nem sequer temos realmente um catálogo informatizado, portanto nós temos vários catálogos espalhados, o que é o melhor princípio, como diz Umberto Eco para despistar as pessoas e para não as fazer chegar à informação, entre diversos catálogos organizados sobre diferentes critérios».

As categorias utilizador da biblioteca e necessidade de reestruturação do tratamento documental do Depósito Legal estão associadas, apesar de ser uma associação fraca. Os serviços de reprografia, também, deveriam ser reestruturados, segundo 61,5 % dos inquiridos, principalmente, pelos valores praticados nas fotocópias dos manuscritos e por os utilizadores não acederem a um serviço mais prático e rápido, de self-service. Uma Professora inquirida, diz *«As fotocópias são muito caras e já que o horário é tão restrito deviam ser mais acessíveis para que se possa trabalhar em casa».*

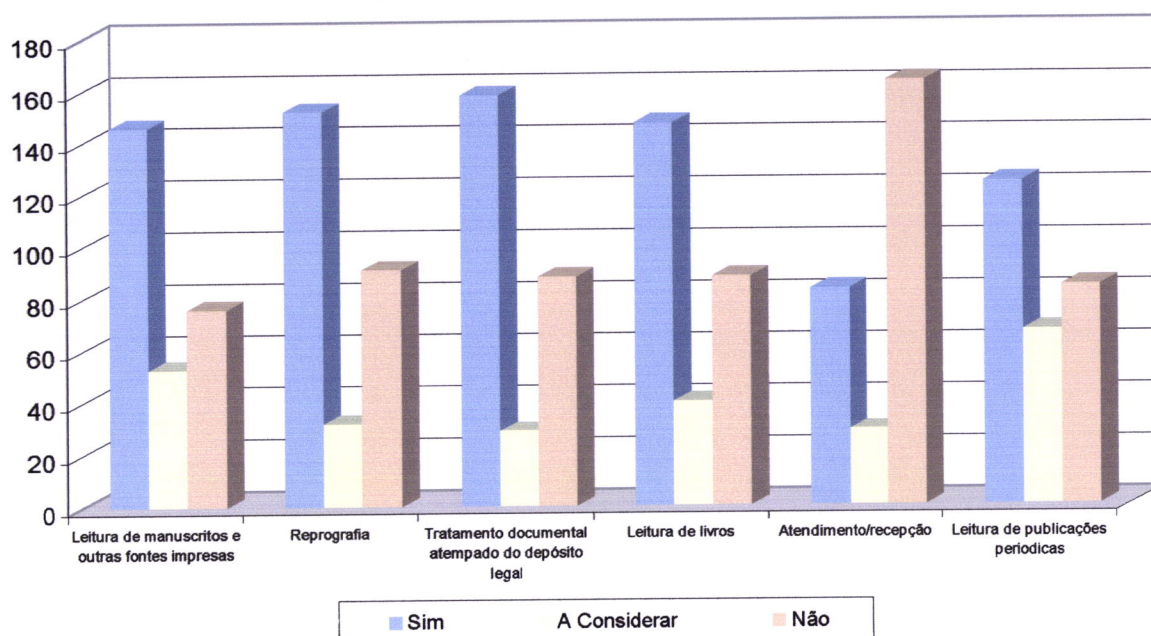
Também, se destaca a importância para a categoria de leitura de publicações periódicas, assumir necessidades de reestruturação. Atendendo aos serviços apresentados, o que é considerado mais adequado, actualmente, sem necessidade de reestruturação é o atendimento/recepção, *«De salientar a óptima atenção e atendimento por parte dos funcionários»*, avaliação comprovada por um comerciante.

E nesta questão, pode-se aferir, que existe uma associação positiva, embora fraca, entre o utilizador da biblioteca e a necessidade de reestruturar o serviço de atendimento/recepção da BPE.

Utilizador da Biblioteca – Reestruturação do atendimento/recepção da BPE

X ²	Probabilidade	V de Cramer
31,455	0,000	0,195

Gráfico nº. 11 – A importância de reestruturar a BPE nas categorias



Todos os serviços devem ser reestruturados, de acordo com a opinião dos inquiridos, excepto na parte do atendimento/recepção, em que os valores são negativos. O serviço, mais importante a reestruturar, é o tratamento documental atempado do Depósito Legal, seguido, de imediato, pelos serviços de reprografia, conforme constatou uma estudante, «Tenho conhecimento que a B.P.E. tem grandes problemas com a catalogação e com falta de espaço devido à abundante informação bibliográfica, que por vezes nem os próprios funcionários sabem se têm ou não uma determinada bibliografia». Também a consulta de manuscritos e outras fontes impressas, bem como o serviço da leitura de livros são serviços apontados, com necessidade de reestruturação. Recomendação que se contextualiza, na opinião de um estudante:

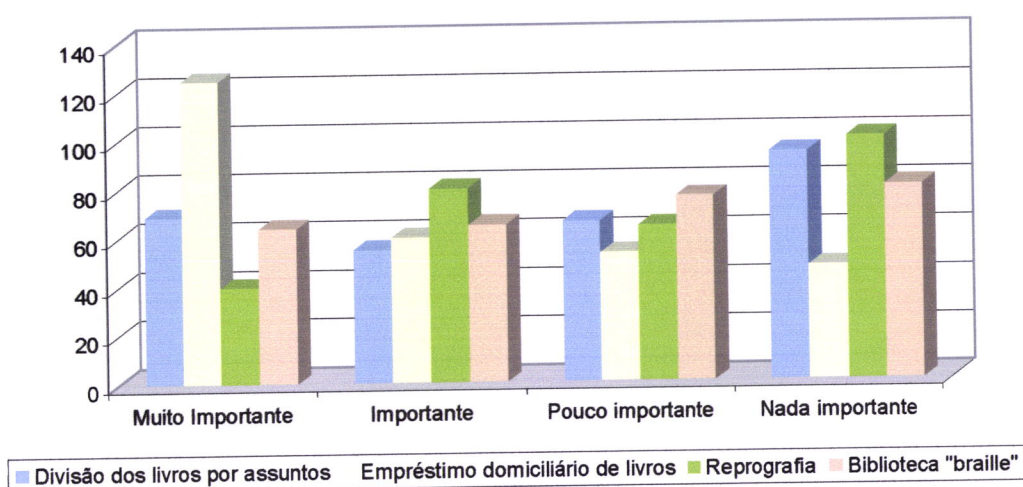
«Agradar-me-ia a ideia, e suponho que não só a mim, de poder ter e aceder a uma biblioteca de música de várias épocas desde as épocas da música medieval à contemporaneidade. O conhecimento e a apreciação da música e relacioná-la com a arte e os manuscritos aqui existentes (ligadas às nossa origens: islâmicas talvez) e poder haver também o seu empréstimo domiciliário.

Lembrei-me... poderia haver a possibilidade de se ser sócio da biblioteca pública e pagar uma pequena contribuição ... ».

O Director da BPE reafirma esta linha de pensamento, parafraseando José Luís Borges que fala da Biblioteca, como um mundo onde tudo cabe:

«Não falámos de outro aspecto importante, que é o das tecnologias dos audiovisuais, por exemplo, a música em outros suportes. Nós temos aqui tanta música em papel, mas não temos nenhum disco de música e, portanto muita coisa cabe, de facto, na biblioteca pública e é isto que é uma paixão muito grande».

Gráfico nº. 12 – A importância de novos serviços na BPE



A importância de novos serviços, na BPE, excede as expectativas, na implementação do serviço de empréstimo domiciliário de livros, sendo considerado muito importante, de que é exemplificativo o comentário de um professor:

«Penso que o empréstimo domiciliário de livros e o alargamento do horário de funcionamento são medidos absolutamente fundamentais para, pelo menos iniciar a recuperação da B.P.E. e a tornar digna do nome de «biblioteca». Por favor, mudem depressa!».

Esta chamada de atenção, que apela para mudança é possível e é explicitada pelo Director da BPE, neste sentido:

«E à primeira questão acerca dos [novos serviços], alguns são básicos e o primeiro deles, entendo eu e entendem muitas outras pessoas, é um serviço de empréstimo de documentos, para crianças, nomeadamente, daí a própria existência de um sector infanto-juvenil, nas bibliotecas, que esta biblioteca não tem, como sabe [...] para o qual nós estamos a trabalhar para abrir, no próximo ano».

E o entrevistado, mais à frente, a propósito da realização das conferências do Cenáculo e do lançamento de um livro de Mário de Carvalho conclui:

«Ouvi dizer a pessoas, que há vinte anos que não punham aqui os pés [à Biblioteca]. Agora as pessoas virão, se nós tivermos serviços que lhe interessem e um deles, obviamente, também para adultos é a questão do empréstimo domiciliário. Nós fizemos uma experiência há pouco tempo [uma participação na Feira do Livro [...]]. Provámos o que é a questão do empréstimo domiciliário, que teve um sucesso extraordinário».

A abertura do serviço de empréstimo domiciliário, no futuro, cumpre, inegavelmente, uma das missões-chave das bibliotecas públicas, que se encontra estabelecida nos Manifestos da UNESCO e de que faz eco “O Manifesto da Leitura Pública” (1983), aquele documento que antecipou a mudança das bibliotecas portuguesas, conforme nós, já salientámos e onde se pode ler:

«Sem pôr em causa o papel importante das bibliotecas vocacionadas primariamente para a conservação do Património Cultural, a leitura pública exige que as nossas bibliotecas divulguem de um modo activo o livro e outros suportes da informação – discos, materiais audiovisuais, gravuras, etc. Torna-se claro, que isso só será conseguido através do acesso directo (livre acesso) do público às estantes e da prática do empréstimo generalizado, como actividade principal da biblioteca pública».

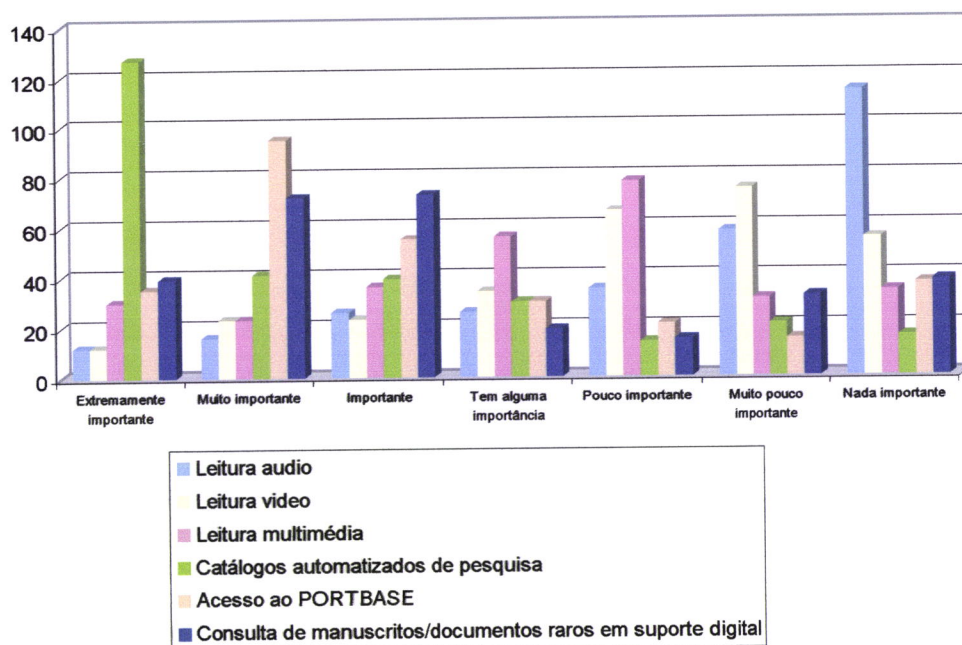
(cit. in NUNES, 1998, p. 77-78)

A importância da existência da biblioteca «Braille» é relativa, visto que apesar de estar representada em todas as categorias de muito importante a nada importante.

Esta categoria apresenta, no total, um valor negativo, sendo, assim, um serviço necessário para o qual se torna imprescindível uma acção de sensibilização dos utilizadores da biblioteca para as necessidades de outros potenciais utilizadores. É um serviço dirigido a um público específico, e atendendo à igualdade de oportunidades, que deve estar presente em todas as situações na nossa sociedade, afirmando-se como um serviço a considerar apesar não ser referenciado, como essencial para os inquiridos.

A reprografia, é um serviço cuja reestruturação é importante para o bom funcionamento da biblioteca, mas como novo serviço a implementar perde um pouco de representatividade. Isto significa, que interessa manter o serviço de reprografia da biblioteca, mas repensando melhor o seu funcionamento e preçário actual, na sequência do registo de um estudante, «*Considero que o preço a pagar pelas fotocópias é exageradamente caro*».

Gráfico nº. 13 – A introdução das TIC



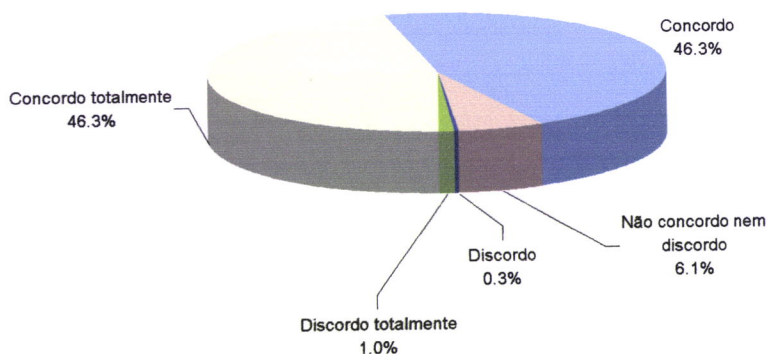
A introdução da informática e das TIC, na consulta e rentabilização da pesquisa dos fundos documentais da BPE, é considerada de extrema importância, com valores de destaque; é de relativa importância, no acesso a futuros catálogos automatizados para pesquisa bibliográfica dos fundos documentais, da instituição. Muito importante é o acesso ao PORTBASE (catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas), conforme diz um

operador de dados, «Reforço a pertinência da questão 8 [do inquérito] em relação ao item f”, ou seja, tratamento documental atempado do depósito legal». Igualmente é considerada importante a consulta de manuscritos ou documentos impressos raros, em suporte digital.

As TIC vão trazer a optimização da pesquisa, que pode ser efectuada em menos tempo e aceder a manuscritos, que de outro modo não seria. A utilização das novas tecnologias rentabilizará o tempo útil da pesquisa dos utilizadores, facto que beneficiará mais pessoas, em menos tempo, princípio, conforme reafirmou um estudante, «Acho que a biblioteca de Évora, como todas as outras, deveria ter toda a documentação antiga, manuscrita ou impressa, digitalizada e disponível através da Internet».

A leitura multimédia, a leitura vídeo e a leitura áudio têm a sua importância, ainda que sejam consideradas pouco importantes, muito pouco importante e nada importantes, respectivamente. Estes serviços, ainda não estão presentes na biblioteca, pelo que ainda não despertaram o interesse/necessidades dos utilizadores, que, provavelmente, mudariam de opinião, logo que estivessem à sua disposição.

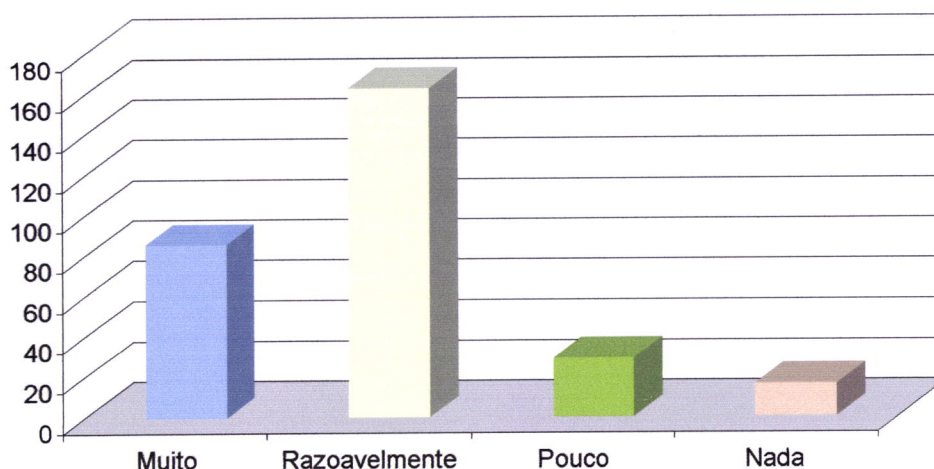
Gráfico nº. 14 – Interacção tecnologia – utilizador



Quanto ao considerar que «a biblioteca do séc. XXI aconselha um perfil de interacção entre tecnologias e utilizadores» constata-se uma aprovação elevada de cerca de 92,6 % do público-alvo concorda totalmente, com a afirmação, e apenas 1,3 % discorda e 6,1 % não emite opinião sobre o assunto. A adesão massiva dos inquiridos a esta questão vai de encontro a uma recomendação sugerida pelo Manifesto da Unesco de 1994, que apresenta a «melhor sistematização sobre o alcance, desafios e oportunidades

resultantes da explosão tecnológica e do funcionamento em rede» (VENTURA, 2002, p. 86).

Gráfico nº. 15 – Frequência de acções de formação, na óptica do utilizador



Através da visualização do gráfico acima, podemos concluir que os utilizadores da biblioteca consideram positiva a frequência de acções de formação, na óptica do utilizador, especificamente, na área das tecnologias, com vista a melhorar o seu desempenho, aquando da utilização dos futuros serviços, que foram sugeridos, tal como diz Figueiredo e Calixto:

«Na era da informação a biblioteca pode ser o centro de desenvolvimento permanente dos indivíduos que aprendem a enfrentar com êxito o seu ambiente em mudança: as fontes de informação incluem não só livros mas também a ampla gama das novas tecnologias».

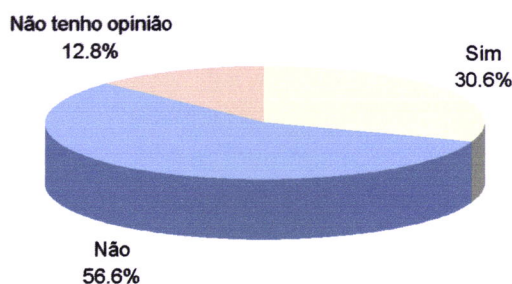
(1998, p. 58)

Na entrevista, Calixto reforça o sentido:

«É essencial [...] uma questão que também está associada a esta [a dos catálogos normalizados], que é a disponibilização e mais uma vez, de formação no sector de novas tecnologias de informação e do acesso à Internet [...]. Portanto, como sabe, as tecnologias vieram introduzir novidades e outras exigências às bibliotecas e as crianças têm, obviamente, uma grande aptidão

para a utilização das novas tecnologias. Podem, inclusivamente ser uma boa arma de divulgação de informação e de estímulo à utilização de bibliotecas».

Gráfico nº. 16 – Horário actual da BPE



Os inquiridos, quando questionados se consideravam que o horário actual praticado, na biblioteca, servia os interesses dos utilizadores, manifestaram-se negativamente. Não concordam com o horário estipulado, visto que não satisfaz as suas necessidades. Apenas 30,6 % diz concordar com o horário e 12,8 % não tem opinião sobre o assunto.

Dos 56,6 % que afirmam não estar satisfeitos com o actual horário de funcionamento da biblioteca, 61 dos inquiridos responderam, que o horário mais adequado seria das 9 horas às 19 horas; 35 responderam, que deveria estar aberto das 9 horas às 20 horas; 18 manifestaram a proposta das 9 horas às 22 horas e apenas 11 dos inquiridos das 9 horas às 24 horas; e as restantes pessoas (38) sugeriram os mais variados horários, desde as 6 horas da manhã, como abertura, às 24 horas como encerramento, ou mesmo o funcionamento contínuo 24 horas diárias, sem interrupções.

Quanto à ideia de abrir a biblioteca ao sábado, foi aceite, automaticamente, por 86,9 % dos utilizadores, que sugeriram os mais variados horários de funcionamento para este dia. O mais sugerido foi das 9 horas às 13 horas, por 35,1 % dos utilizadores da biblioteca, e das 9 horas às 19 horas por 10,9 %. Os restantes 54 % variam, desde a abertura às 8 horas e o encerramento às 2 horas, indicando alternativas de funcionamento, nos períodos da manhã/tarde e tarde/noite.

Assim, podemos concluir que os utilizadores/inquiridos da biblioteca não se encontram satisfeitos com o tempo de funcionamento e indicam como solução para esta

situação o alargamento do horário semanal, inclusive aos fins-de-semana e feriados. Denota-se, que há uma necessidade de manter a biblioteca aberta por um período diário, mais alargado de tempo, para responder às necessidades dos utilizadores. Poderemos, assim, sintetizar as premissas, antes desenvolvidas, por respostas abertas, respectivamente de uma Historiadora de Arte e de um estudante:

«Sendo a BPE uma biblioteca de referência numa cidade universitária julgo que seria de fomentar uma articulação mais visível com as necessidades dos estudantes, em termos de espaço completo onde pudessem desenvolver as suas actividades de investigação, ... Um horário muito mais alargado e a introdução de serviços informáticos actuais teriam de ser uma aposta!»; «Os horários deviam ser mais alargados, para melhor corresponderem a estudantes que só podem fazer pesquisar a horas mais tardias, devido às aulas».

Como exemplo, refira-se que a Biblioteca Municipal de Beja José Saramago:

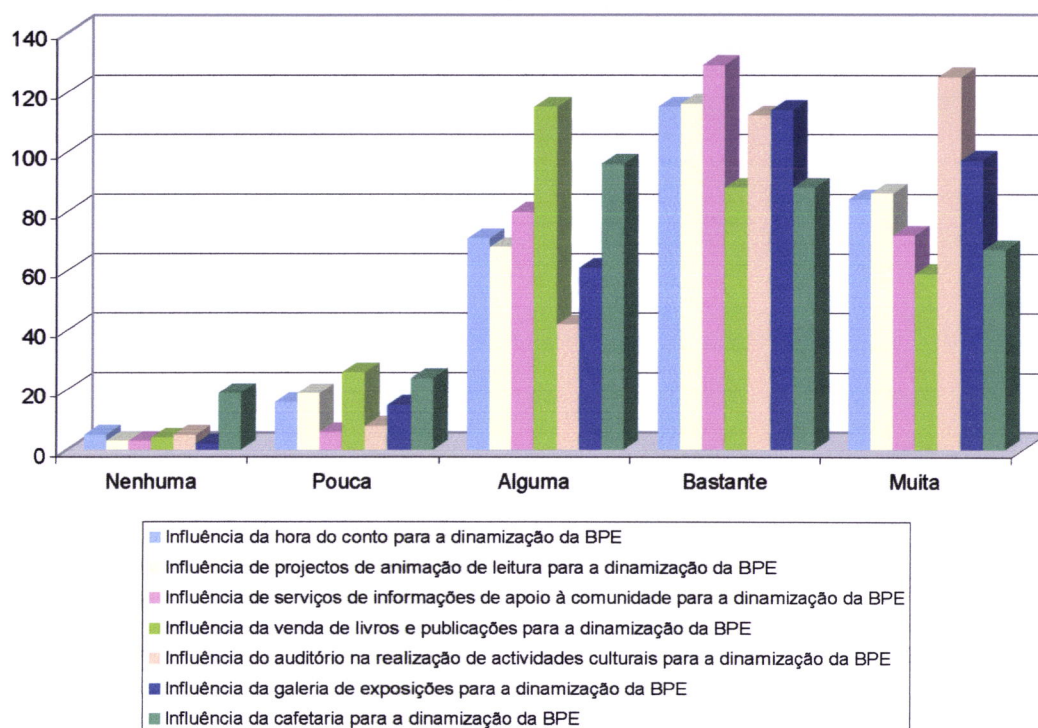
«Nesse ano [de 2000], a biblioteca abria ao público 60 horas por semana, correspondendo, deste modo, a uma recomendação importante do Manifesto da Unesco, facto que ajuda a explicar os elevados índices de utilização que aí continuam a registar-se relativamente à média nacional».

(VENTURA, 2002, p.71)

Quadro nº. 3 – Estratégias de dinamização da BPE

	<i>Nenhuma</i>	<i>Pouca</i>	<i>Alguma</i>	<i>Bastante</i>	<i>Muita</i>
<i>Influência da hora do conto para a dinamização da BPE</i>	5	16	71	115	84
<i>Influência de projectos de animação de leitura para a dinamização da BPE</i>	3	19	68	116	86
<i>Influência de serviços de informações de apoio à comunidade para a dinamização da BPE</i>	3	6	80	129	72
<i>Influência da venda de livros e publicações para a dinamização da BPE</i>	4	26	115	88	59
<i>Influência do auditório na realização de actividades culturais para a dinamização da BPE</i>	5	8	42	112	125
<i>Influência da galeria de exposições para a dinamização da BPE</i>	2	15	61	114	97
<i>Influência da cafeteria para a dinamização da BPE</i>	19	24	96	88	67

Gráfico nº. 17 – A influência das estratégias para inserção da BPE na comunidade



destaca-se, como bastante importante, a influência de serviços de informações de apoio à comunidade; de muito importante a influência da existência de um auditório, para a realização de actividades culturais. Relativamente aos serviços de apoio à comunidade, o Director da BPE disse:

«A ideia de que está tudo, na Internet, é uma falácia muito grande, porque as pessoas sabem muito bem, que encontram aí informação ou que é errada ou é desactualizada e enfim, há muita informação e pouco conhecimento [...], daí o papel das bibliotecas nesse caso, inevitavelmente. Mas isso é apenas um aspecto, a questão do serviço de informação à comunidade [...]. Mas há outros serviços de informação, que as bibliotecas podem prestar para pequenas empresas, associações».

As actividades da «Hora do Conto» – espaço do maravilhoso, reservado às crianças, com actividades de animação da leitura, dos projectos de animação da leitura, onde as crianças participam na encenação de «estórias» e da galeria de exposições são estratégias consideradas, como bastante importantes, no contributo para a dinamização da biblioteca e sua inserção na comunidade, instituição a exigir novo espaço, segundo

algumas opiniões retiradas do inquérito. Expectativa comprovada, na opinião de um estudante:

«Pessoalmente, a biblioteca tem muito para mostrar, apenas não lhe é permitido pelo espaço, condições ou ordens superiores talvez. Modificando a estrutura física poder-se-iam adaptar as salas a conteúdos específicos visados neste questionário (eventos, exposições, crianças e turismo)».

Inquestionavelmente, é, junto das crianças, que as bibliotecas mais devem investir, de modo a afirmarem a sua missão pedagógica na criação do gosto pela leitura, de acordo com Figueiredo e Calixto (1998). Contudo, é neste sector infantil, que estes dois autores reconhecem a existência de fragilidades, das bibliotecas da RNBP, «nomeadamente a falta de espaço, escassez de fundos documentais e de pessoal especializado, pelo que reconhecem haver um longo caminho a percorrer para se implementarem as recomendações subjacentes às *Linhas de orientação para as bibliotecas para crianças (IFLA, 1996)*, justificando que:

«O acesso desde muito cedo a histórias e livros é essencial para o desenvolvimento de pré-competências de leitura, contribuindo para que a criança venha a ser um bom leitor, estudante e um cidadão pleno. A biblioteca deve promover a leitura e ser o suporte e o garante de um acesso amplo, livre, igual a livros e outros materiais».

(FIGUEIREDO, e outro, 1998, p. 54)

Na continuidade destas linhas de pensamento, a estudante entrevistada, sobre as estratégias para favorecerem o gosto por hábitos de leitura entre as crianças, respondeu:

«Acho que há inúmeras actividades, por exemplo criar a hora do conto, onde haveria uma educadora, disponível para contar, fazer banda desenhada [...], criar, por exemplo, uma semana de um qualquer escritor infantil e dar a conhecer às crianças a obra, sei lá incutir-lhes o espírito das fábulas [...] para que “os meus colegas que não gostam de ler um livro, (é um bicho de sete cabeças) fossem educados, desde mais pequenos para o gosto da leitura e se essa educação passasse pela biblioteca, melhor ainda».

Por fim, os serviços, menos considerados nesta consulta, de como dinamizar a biblioteca, encontram-se quer na venda de livros e de outras publicações referentes a Évora e à sua região, quer na existência de uma cafetaria, no interior das instalações da biblioteca. Mesmo assim, registamos a opinião de um trabalhador estudante «*Deviam arranjar uma cafetaria*».

CONCLUSÃO – Um bom caminho para o amanhã

«Como utilizadora da BPE, considero que a mesma reúne todas as condições para ser uma das melhores do país, devido a todo o seu espólio. Mas isso depende das entidades superiores competentes se interessarem pela cultura portuguesa. A BPE precisa de um espaço real: um ou mais edifícios (mantendo o actual), tecnologias, formação profissional dos actuais funcionários, e actualização dos quadros de pessoal, inserindo pessoal qualificado, tudo isto para se poder elevar a já tão grande instituição».

Opinião de uma utilizadora, Técnica Superior de Arquivo

Na fundação da Biblioteca Pública de Évora, a «já tão grande instituição», como diz o excerto final do comentário de uma utilizadora, esteve Frei Manuel do Cenáculo, um Homem adepto do ideário das Luzes, alguém que defendia a utilidade dos livros. Eram instrumentos – chave para a emancipação do indivíduo e não deviam encontrar-se aferrolhados, nas estantes. Um construtor de bibliotecas, um mecenas, cuja vida foi percorrida, incessantemente, pela abertura de várias bibliotecas, que abrangessem todas as áreas do conhecimento, com vista à divulgação dos saberes úteis, através da leitura. Na introdução aos Estatutos da BPE, Cenáculo assumiu uma posição inovadora, para o seu tempo, «Outro ponto que ficou bem vincado, foi, mais uma vez, a exigência de que a biblioteca servisse o público» (VAZ, 2003, p. 493), ou seja a missão de servir o público, criticando, logo, todos os coleccionadores de livros, que os escondiam dos leitores. Não obstante as dificuldades vividas pela BPE, após a morte do Arcebispo de Évora, em 1814, um estrangeiro, de visita a Portugal, em 1822, Adrien Balbi, considerava a segunda do país, em número de volumes. A Técnica Superior de Arquivo confirma «Uma das melhores do país, devido a todo o seu espólio», reflexão pessoal, que nos remete para a vertente patrimonial da BPE e da possível criação de um Centro de Estudos de Documentação Antiga.

A BPE foi cumprindo as suas missões-chave, durante todo o séc. XIX, sem grandes atribulações, não obstante as recomendações e as queixas descritas, nos relatórios dos seus Directores, com particular relevo, a falta de verbas para aquisição de «obras modernas», conforme as intitulava, o Dr. Joaquim Heliodoro Cunha Rivara (1845) e de publicações periódicas, na opinião do Dr. Augusto Filipe Simões (1864). O edifício da Biblioteca Pública chegou mesmo a ser ampliado, com os contornos

arquitectónicos actuais. Entra o século XX, e a BPE conhece a «explosão bibliográfica», por ser beneficiária do Depósito Legal, desempenhando, regularmente, as suas funções até à década de 1980. Aqui, inicia um período crítico, quando a comunidade mais dela precisava. A população aumentou e surgiram novas exigências, com novas realidades: a massificação dos Ensinos Básico e Secundário e o acréscimo dos estudantes universitários. Visivelmente, a BPE deixa de responder, adequadamente, às necessidades dos utilizadores, logo reduziu o seu universo de utentes que, entretanto, construíram expectativas de reestruturação dos serviços existentes e de oferta de novos serviços.

Recordemos, então, que o Manifesto da UNESCO de 1994, reafirma que «A biblioteca pública deve disponibilizar colecções e serviços que correspondam às necessidades dos utilizadores.» (VENTURA, 2002, p. 83) e que as linhas gerais da revisão daquele documento explicam-se, pelos progressos da biblioteconomia e pelo novo contexto informacional e tecnológico. É pois, nesta contextualização, que aplicámos ao trabalho, uma metodologia confirmadora da legitimidade da generalidade das nossas hipóteses, levantando até questões para as quais não estávamos motivados. Referimos os «Serviços de Referência» e «A aprendizagem ao longo da vida» a que se junta a questão das instalações da BPE. As respostas abertas dos utilizadores estendem-se desde a reestruturação do edifício centenário, como «núcleo central» de outros, a construir, como diz a citada Técnica Superior de Arquivo, a outras respostas, das quais destacamos, a de um reformado, *«E é preciso fazer já uma NOVA BIBLIOTECA (edifício) para albergar condignamente o que esta tem... e o que não tem e lhe faz falta»*. A hipótese empírica relativa ao sector infantil da BPE não foi estudada, por sabermos que constitui uma das «fragilidades» típicas das bibliotecas da RNBP, reforçada, naquela Instituição, por constituir um serviço praticamente, inexistente.

No desenvolvimento da investigação, confirmámos as nossas previsões iniciais, a começar pela paraescolarização da Biblioteca Pública, identificada por Ventura (2002), com base em Garraio (1994) e estudadas por Calixto (1994), no sentido em que 52% dos utilizadores da BPE são estudantes do Ensino Secundário. Muito se espera da progressiva cobertura nacional da RBE, para que se inverta este quadro. As missões da biblioteca pública não se podem confundir com as das mediatecas escolares, aquele «sinal menos na caderneta», de que falou Calixto (1996, p. 41). A BPE desempenha um lugar importante de investigação. Um número muito expressivo dos inquiridos, 62,6%, aponta a necessidade de se tratar, atempadamente, o Depósito Legal, para que

disponham de catálogos normalizados, adaptados às novas tecnologias, daí que 92,6% dos inquiridos concordem totalmente com a frequência de acções de formação em TIC, na óptica do utilizador.

«Historicamente as bibliotecas públicas sempre armazenaram muitos tipos de materiais diferentes. [...] É absolutamente lógico que hoje forneçam e usem os novos meios de comunicação».

(USHERWOOD, 1999, p. 121)

Um outro autor escreve:

«Uma das finalidades da biblioteca consiste em permitir que o público leia os livros. Mas depois creio que nasceram bibliotecas cuja função era de não deixar ler, de esconder, de ocultar o livro. É claro que essas bibliotecas também eram feitas para permitir que se encontrasse [...]. Perante esta pluralidade de objectivos de uma biblioteca, permito-me agora elaborar um modelo negativo em dezanove pontos de uma má biblioteca».

(ECO, 2002, p. 17)

Não é este modelo de catálogos sugerido, ironicamente, por este autor, que desejam os utilizadores da BPE, nem o próprio Director, conforme nos disse, na entrevista, porque, como afirma Schoots «Um dos meios de tornar a informação acessível é o catálogo, que já informatizámos.» (1992, p. 97). O segundo serviço, a reestruturar, é o empréstimo domiciliário, que excede as expectativas, considerado muito importante. Aliás esta questão do empréstimo domiciliário e da acessibilidade das colecções é uma preocupação central dos Manifestos da UNESCO, missão que marcou a mudança no panorama das bibliotecas públicas, através do arranque da RNBP. Acessibilidade das colecções e empréstimo domiciliário, serviço que a BPE vai abrir, brevemente. O horário actual da Instituição serve, apenas 30,6% dos utilizadores, contra 56,6%, que não se encontram satisfeitos, propondo, assim, horários mais alargados, nomeadamente os trabalhadores estudantes e os estudantes universitários. As estratégias tendentes à inserção da BPE, na comunidade, foram muito valorizadas pelos utilizadores, das quais destacamos, em primeiro lugar, os serviços de apoio à comunidade.

Concluindo este trabalho, consideramos ser legítimo afirmar, que as expectativas, dos utilizadores da BPE, em termos de oferta de novos serviços se enquadram nas missões-chave da filosofia subjacente ao modelo das bibliotecas públicas da RNBP. Se à nossa volta, o mundo muda, vertiginosamente, vem-nos à memória a metáfora de José Luís Borges, que fala da biblioteca, como se fosse um reflexo de um mundo muito grande, porque o mundo cabe aí (cit. in ECO, 2002, p. 44). Biblioteca, que Schoots (1992) diz reflectir um espelho da Sociedade e tal como esta se altera, também, as bibliotecas deverão mudar para acompanhar essas transformações. Logo, abrir-se-á um bom caminho para o amanhã, *«para se poder elevar a já tão grande instituição»*, no desempenho dos seus papéis educacionais, sociais, culturais e informacionais. E se nos permitem, terminamos com um trecho de comentário final de um utilizador: «Por favor, mudem depressa!» para que tenhamos uma biblioteca, isto é onde apeteça ir, cumprindo a sua missão inclusiva de sempre: Patrimonial e Leitura Pública.

BIBLIOGRAFIA



ANSELMO, Artur

1997 *Estudos da história do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores

BAD.

2004 *Manifesto da leitura Pública*.

http://www.apbad.pt/pmanif_leitura_publ.htm, [acedido a 12-06-2004]

BARATA, Paulo

2003 *Os livros e o liberalismo*. Lisboa: Biblioteca Nacional

BEJA. Câmara Municipal

2005 *Biblioteca Municipal*

<http://www.cm-beja.pt>, [acedido a 30-09-2005]

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

1940, In *O Arraiolense* (Arraiolos), ano 5º., nº.203, 13 de Abril, p.4

BRAGA. Biblioteca Pública de Braga

2004 *A BPB hoje*

<http://www.bpb.uminho.pt/bpb=hoje=asp>, [acedido a 18/03/2004]

CABRAL, Luís; REAL, Manuel

1982 *A biblioteca pública: aspectos tipológicos e linhas gerais da sua evolução*. Lisboa:

BAD

CABRAL, Maria Luísa

1996 *Bibliotecas, acesso sempre*. Lisboa: Colibri

CALIXTO, José

1994 «Biblioteca pública versus biblioteca escolar». *Cadernos BAD*, (3), p. 57-67

1996 *A biblioteca escolar e a sociedade da informação*. Lisboa: Caminho

2000 *As bibliotecas públicas portuguesas: transformações, oportunidades e desafios*.

http://rbp.iplb.pt/iniciativas/conferencia/jose_calixto.html, [acedido a 10-02-2003]

2004 «Entrevista concedida ao autor da tese sobre a BPE», em 22 de Julho de 2004

CARITA, Alexandra; ROBALO, Mário

2005 «O legado de C S Gulbenkian», in *Expresso – Caderno Actual*, nº. 1.708, de 23 de Julho, p. 22

CARTA DE ÉVORA

1942, In *Brados do Alentejo* (Estremoz), ano 22º., nº. 610, 27 de Setembro, p. 8

CHARTIER, Roger

1988 *A história cultural entre práticas e representações*. Algés: Difel

1997 *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega

CRUZ, António

1985 «Bibliotecas Públicas», in Joel Serrão, dir. - *Dicionário de História de Portugal*.

Porto: Figueirinhas, vol. 1, p. 340-341

DARNTON, Robert

1994 «Historia de la lectura», in Peter Burkhe, ed. - Formas de hacer Historia. Madrid: Alianza, p. 177-208

DAVID, Celestino Froes; RODRIGUES, Marcial

2001 Pela Biblioteca Pública de Évora: defesa de uma instituição cultural. Évora: Grupo Pró-Évora

DOMINGOS, Manuela D.

1992 «Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória». *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2,7 (1), p. 137-158.

1995 Subsídios para a história da Biblioteca Nacional. Lisboa: Biblioteca Nacional

1999 «Bibliotecas itinerantes», in António Barreto; Mónica, Maria Filomena, coord - Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, p.181-182

DORES, Roberto

2004 «Cultura: Biblioteca Pública de Évora pouco acessível à população», in *Diário do Sul* (Évora), ano 35º., nº. 9.563, 18 de Junho, p.13

ECO, Umberto

2002 A biblioteca. Algés: Difel

ESPANCA, Túlio

1980 «Subsídios para a história da Biblioteca Pública de Évora», in Nova miscelânea. Évora: Nazareth, p.73-147

ÉVORA A CIDADE DA PROVÍNCIA ONDE MAIS SE LÊ

1948 In *A Defesa* (Évora), ano 26º., nº. 10, série diária, 23 de Junho, p.1

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça

1988 Dicionário do livro. Lisboa: Guimarães Editores

FERREIRA, Paulo; MENDES, Ricardo; PEREIRA, Inês

2001 Jovens, leitura e novas tecnologias da informação – a Biblioteca Afonso Lopes Vieira. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais

FERREIRA, Virgínia

2001 «O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos», in Augusto Santos Silva; José Madureira Pinto - orgs. Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Afrontamento, p.165-196

FIGUEIREDO, Eunice; CALIXTO, José

1998 «Os serviços para crianças e jovens nas bibliotecas públicas portuguesas». *Liberpolis: revista das bibliotecas públicas* (1), p. 51-78

FORTUNA, Carlos; FONTES, Fernando

2000 Bibliotecas Públicas, utilizadores e comunidades: o caso da Biblioteca Municipal António Boto. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, vol. 1

FREITAS, Eduardo de; PIRES, Isabel

1998 *As bibliotecas em Portugal: elementos para uma avaliação*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais

FURTADO, José Afonso

1999 «As bibliotecas públicas, as suas missões e os novos recursos de informação». *Liberpolis: revista das bibliotecas públicas*, (2), p. 9-44

GASCUEL, Jacqueline

1987 *Um espaço para o livro: como criar, animar ou renovar uma biblioteca*. Lisboa: D. Quixote

GUEDES, Fernando

1987 *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história: sécs. XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo

GUERREIRO, Jacinto Salvador

2000 «Beja, diocese de», in Carlos Moreira Azevedo, dir. - *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. A – C, p. 183-200

GOUVEIA, António Camões

1993 «Estratégias de interiorização da disciplina», in José Matoso, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 4, p. 415-419

LEÃO, Francisco Cunha

1992 «A Biblioteca da Ajuda». *Cadernos BAD*, (1) p. 193-199

LEITURA NOS JARDINS

1957 In *A Defesa* (Évora), ano 35º. nº. 1.769, 1 de Junho, p. 4

MOURA, M. J., ed.

1986 *Leitura pública: rede as bibliotecas municipais: relatório*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura

1996 *Relatório sobre as bibliotecas públicas em Portugal*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura

NIEGAARD, H.

1994 «UNESCO's Public Library Manifesto». *Cadernos BAD*, (3) p. 7-16

NUNES, Henrique Barreto

1998 *Da biblioteca ao leitor*. Braga: AB

PAIVA, João Pedro

2000 «A Igreja e o poder», in Carlos Moreira de Azevedo, dir. - *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2, p. 135-185.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional

2002 *Serviços para editores: Depósito Legal, a constituição de uma colecção nacional* <http://www.bn.pt/servicos-ao-publico/sp-deposito-legal.html>, [acedido a 10-02-2005]

PORTUGAL. Gabinete das Bibliotecas Escolares

2003 «Rede das Bibliotecas Escolares». *Páginas Arquivos e Bibliotecas: a & b*, (11), p. 7-35

PORTUGAL. Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

2004-2005 Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

http://www.iplb.pt/pls/diplb/!main_page?levelid=16, [acedido a 19-02-2005]

2005 Bibliotecas Públicas

http://www.iplb.pt/pls/dipolb/!main_page?levelid=20, [acedido a 29-10-2005]

PÓVOA DO VARZIM. Câmara Municipal

2005 Biblioteca Municipal Rosa Peixoto

<http://www.bib-rocha-peixoto.rects.pt/bib/docs/index.php?cat=historia>, [acedido a 22-02-2005]

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc

1998 Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva

RAMOS, Luís A. de Oliveira

2000 «Iluminismo», in Carlos Moreira Azevedo, dir. - Dicionário de história religiosa de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. C-I, p.414-418

2001 «A revolução das Luzes», in Roberto Carneiro, coord. - Memória de Portugal.

Lisboa: Círculo de Leitores, p. 376-423

REBELO, Carlos Alberto

2002 A difusão da leitura pública: as Bibliotecas Populares (1870-1910). Porto: Campo das Letras

REDONDO

1884 «Redondo: festa civilizadora», in *Progresso do Alentejo*, ano 2º., nº. 131, de 31 de Dezembro, p.2

SARAIVA, António José

1985 «Frei Manuel Cenáculo Villas-Boas», in Joel Serrão, dir. - Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, vol. 2, p.36-37

SCHOOTS, P. J. Th

1992 A biblioteca pública: um espelho da sociedade. Lisboa: IPLL

TORGAL, Luís Manuel Reis

1973 «Tradicionalismo e contra-revolução: o pensamento e a acção de José da Gama e Castro», in Seminário de Cultura Portuguesa. História das Ideias. Coimbra: Universidade, p.1-27

1993 «A instrução pública», in José Matoso, dir.- História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 5, p. 609-651

USHERWOOD, Bob

1999 A biblioteca como conhecimento público. Lisboa: Caminho

VAZ, Francisco António Lourenço

[2003] «As bibliotecas e os livros na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo», in tomo 2, sep. - La memoria de los libros: estúdios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América.[S.l.]: Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, p. 483-498

VENTURA, João J. B.

2002 Bibliotecas e esfera pública. Oeiras: Celta.

Viana do Castelo. Câmara Municipal

2005 Biblioteca Municipal

<http://www.cm-viana-castelo.pt/biblioteca/paginas/index1.htm> , [acedido a 14-02-2005]

VILAS-BOAS, Francisca Maria Canhão

2005 «Entrevista concedida ao autor da tese sobre a BPE», em 15 de Maio de 2005